UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MATEUS RIBEIRO DE OLIVEIRA GONÇALVES

VÍNCULOS QUE ATRAVESSAM AS RUAS:

Uma análise de condições de vulnerabilidade social entre adolescentes com trajetória de rua em cumprimento de medidas socioeducativas

Belo Horizonte

2022

MATEUS RIBEIRO DE OLIVEIRA GONÇALVES

VÍNCULOS QUE ATRAVESSAM AS RUAS:

Uma análise de condições de vulnerabilidade social entre adolescentes com trajetória de rua em cumprimento de medidas socioeducativas

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial de obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profª. Dra. Andréa Maria Silveira (PPGS/UFMG)

Belo Horizonte

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 20 (vinte) dias do mês de Dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do discente **Mateus Ribeiro de Oliveira Gonçalves**, intitulada: **"Vínculos que atravessam as ruas: Uma análise de condições de vulnerabilidade social entre adolescentes com trajetória de rua em cumprimento de medidas socioeducativas."**. A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Andréa Maria Silveira** - Orientadora (DSO/UFMG), **Cláudio Chaves Beato Filho** (DSO/UFMG) e **Frederico Poley Martins Ferreira** (FJP) . Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa **(x)**

Reprovação da Defesa**( )**

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Frederico Poley Martins Ferreira**, **Professor do Magistério Superior**, em 21/12/2022, às 06:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Silveira**, **Professora do Magistério Superior**, em 21/12/2022, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Chaves Beato Filho**, **Professor do Magistério Superior**, em 22/12/2022, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1961933** e o código CRC **320FAD7B**.

Referência: Processo nº 23072.272999/2022-62 SEI nº 1961933

AGRADECIMENTOS

São muitas as causas e os alvos dos meus agradecimentos, mas espero que nesse espaço limitado e nessas poucas letras eu consiga, ao menos, demonstrar a dimensão dessa gratidão.

Primeiramente, fica o meu agradecimento à educação superior pública e gratuita brasileira, que mesmo diante constates ameaças e tentativas de descredibilização, continua demonstrando a sua relevância e necessidade.

Direciono meus agradecimentos também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que durante dois anos, por meio da bolsa de mestrado, permitiu que um jovem negro de periferia não precisasse conciliar jornadas de 6, 7, 8 ou mais horas de trabalho diárias com o ritmo maçante de estudos que um curso de mestrado exige. E por permitir que tantos outros cientistas se dediquem exclusivamente à produção de conhecimento no Brasil. Um privilégio que muitos jovens de origens parecidas com a minha, lamentavelmente, não tiveram e não terão a chance de experimentar.

Agradeço às políticas de reserva de vagas para negros, adotada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, que me permitiu, mesmo tendo nota suficiente para ser aprovado entre as vagas de ampla concorrência, ser o único candidato aprovado em reserva de cotas raciais no curso de mestrado da coorte de 2020, e fazer bom uso dessa conquista de uma população que, ainda hoje, é minoria numericamente expressiva na pós-graduação brasileira.

Os agradecimentos se estendem também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que financiou a coleta dos dados documentais que foram utilizados neste trabalho.

Agradeço à professora Andréa Maria Silveira, por ter aceitado o desafio de reconduzir a minha orientação em uma altura já avançada do curso e ter feito esse trabalho com tanta excelência. Estendo também os agradecimentos ao professor Bráulio Figueiredo Alves da Silva, por ter aceitado a coorientação e, principalmente, por ter concedido acesso aos documentos que serviram de base para as análises feitas neste trabalho.

Ficam os meus mais profundos agradecimentos ao meu pai, filho de trabalhador rural do extremo norte de Minas, e à minha mãe, nordestina da Bahia, que doaram parte de si para que eu tivesse uma formação que a eles próprios não foi possível. De forma indireta, os dedos deles também escreveram este trabalho.

À minha amiga Ana Luíza, que por inúmeras vezes, lá de Portugal, “pomodorou” comigo durante a escrita deste trabalho em dias que o ânimo me faltava. Esses dias não foram poucos. Agradecimentos semelhantes estendo à minha amiga Priscila, que de Maringá-PR, também me entusiasmou durante os últimos dias de construção deste estudo. Direciono também esse agradecimento a todos meus amigos que, direta ou indiretamente, me deram suporte para que eu conseguisse concluir esta etapa dos estudos.

Por fim, direciono a minha gratidão maior a Deus, o meu sustentador até aqui e adiante.

Muito obrigado!

Steven me conta histórias sobre os homens e mulheres com quem ele trabalha, histórias que frequentemente tratam de tristeza e tragédia. Ele seria o primeiro a dizer que o problema da pobreza não é simplesmente um problema financeiro. É uma falta de comunidade, uma falta de vínculos profundos: família, amigos, pessoas com quem você pode contar, pessoas que te seguram quando você cai.

(Trecho retirado do livro "Liturgia do Ordinário", Tish Warren, Ed. Tomas Nelson, 2021, p. 115)

RESUMO

Este trabalho se localiza teoricamente entre estudos que abordam temáticas sobre vulnerabilidade social e políticas públicas, passando por discussões sobre pobreza, exclusão social, criança e adolescente em situação de vulnerabilidade, violência e criminalidade, delinquência juvenil e situação de rua. Foi realizada a análise documental e a análise de conteúdo tendo como base 23 relatórios de Planos Individuais de Atendimento (PIAs), voltados para o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que têm em comum em suas trajetórias experiências em situação de rua. Tais documentos foram disponibilizados pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH). A partir de suas análises, foram construídas 50 categorias relativas a seis dimensões principais de análise identificadas no *corpus* de documentos analisados. Tais dimensões foram 1 – "Fragilidade dos vínculos familiares" (onze categorias), 2 – "Fragilidade dos vínculos comunitários" (nove categorias), 3 – "Fragilidade dos vínculos escolares" (onze categorias), 4 – "Envolvimento em atividades laborais" (cinco categorias), 5 – "Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua" (oito categorias) e 6 – "Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua" (seis categorias). Foram identificados aspectos que apontam para fragilidades de vínculos essenciais para a integração dos adolescentes acompanhados pelas equipes dos PIAs, configurando um processo de progressiva vulnerabilização social que se reflete no direcionamento desses sujeitos à situação de rua e em experiências vulnerabilizantes vividas nesse ambiente. Este trabalho direciona considerações a respeito da importância de iniciativas voltadas para o fortalecimento de vínculos e de construção de perspectivas para além do contexto de vulnerabilidade vivenciada por esses adolescentes em seus processos de proteção e integração social.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, criança e adolescente, situação de rua, medidas socioeducativas, delinquência juvenil.

ABSTRACT

This work is theoretically located among studies that address issues on social vulnerability and public policies, including discussions on poverty, social exclusion, vulnerable children and adolescents, violence and crime, juvenile delinquency and homelessness. A document analysis and content analysis were carried out based on 23 reports of Individual Care Plans (IAPs), aimed at monitoring adolescents in compliance with socio-educational measures who have in common experiences on the streets throughout their lifes. Such documents were made available by the Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH). From their analyses, 50 categories related to six main dimensions of analysis identified in the corpus of analyzed documents were constructed. Such dimensions were 1 - Fragility of family ties (eleven categories), 2 - "Fragility of community ties" (nine categories), 3 - "Fragility of school ties" (eleven categories), 4 - "Involvement in work activities" (five categories), 5 – "Causes, motivation and influences for moving to the street environment" (eight categories) and 6 – "Elements present in the daily life of adolescents during their stay in the street environment" (six categories). The aspects identified pointed to weaknesses in essential bonds for the integration of adolescents monitored by the PIAs teams, configuring a process of progressive social vulnerability that is reflected in the direction of these individuals to the street situation and in vulnerable experiences in this environment. This work directs considerations about the importance of initiatives aimed at strengthening bonds and building perspectives beyond the context of vulnerability experienced by these adolescents in their processes of protection and social integration.

Keywords: Social vulnerability, children and adolescents, homelessness, socio-educational measures, juvenile delinquency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1	**Categorias identificadas na dimensão "Fragilidade dos vínculos familiares", seus conceitos e exemplos de índices**	p. 97
Quadro 2	**Categorias identificadas na dimensão "Fragilidade dos vínculos comunitários", seus conceitos e exemplos de índices**	p. 101
Quadro 3	**Categorias identificadas na dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares", seus conceitos e exemplos de índices**	p. 104
Quadro 4	**Categorias identificadas na dimensão "Envolvimento em atividades laborais", seus conceitos e exemplos de índices**	p. 108
Quadro 5	**Categorias identificadas na dimensão "Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua", seus conceitos e exemplos de índices**	p. 111
Quadro 6	**Categorias identificadas na dimensão "Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua", seus conceitos e exemplos de índices**	p. 114

TABELAS

Tabela 1	**Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Fragilidade dos vínculos familiares"**	p. 100
Tabela 2	**Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Fragilidade dos vínculos comunitários"**	p. 103
Tabela 3	**Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares"**	p. 107
Tabela 4	**Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Envolvimento em atividades laborais"**	p. 109
Tabela 5	**Número de casos correspondentes às categorias associadas à dimensão “Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua"**	p. 113
Tabela 6	**Número de casos correspondentes às categorias associadas à dimensão “Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua"**	p. 116

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS

Gráfico 1	**Frequência absoluta da analogia dos atos infracionais**	p. 92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

A situação de rua entre crianças e adolescentes: trajetórias individuais em estruturas sociais11

O papel da inserção relacional e a configuração da vulnerabilidade social 13

A inserção familiar, comunitária, escolar e econômica e outros aspectos da dimensão relacional da vulnerabilidade 15

A dimensão relacional da vulnerabilidade considerada no caso do adolescente em conflito com a lei 19

O PIA e seu olhar individualizado para as trajetórias 20

CAPÍTULO 1 23

REVISÃO DA LITERATURA 23

1.1 - Debate teórico sobre vulnerabilidade social 23

1.2 - A situação de rua entre crianças e adolescentes e sua constituição como uma realidade de vulnerabilidade social 36

1.2.1 - Família 43

1.2.2 - Comunidade e Instituições de Acolhimento 47

1.2.3 - Educação e vínculos escolares: 52

1.2.4 - Trabalho Infantil e relações laborais 56

CAPÍTULO II 62

OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO 62

2.1 - Objetivos 62

2.2 - Percurso Metodológico 64

CAPÍTULO III 74

ANÁLISE PRÉVIA 74

3.1 - Contexto: 74

3.2 - Autoria: 79

3.3 - Autenticidade e confiabilidade do texto: 82

3.4 - Natureza do texto 85

3.5 - Os conceitos chaves e a lógica interna do texto 88

CAPÍTULO IV 91

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES 91

4.1 - Análise em um plano amplo das dimensões identificadas 92

4.2 - Apresentação de resultados de análise da dimensão "Fragilidade dos vínculos familiares" e de suas categorias: 98

4.3 - Apresentação de resultados de análise da dimensão "Fragilidade dos vínculos comunitários" e de suas categorias: 102

4.4 - Apresentação de resultados de análise da dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares" e de suas categorias: 105

4.5 - Apresentação de resultados de análise da dimensão "Envolvimento em atividades laborais" e de suas categorias:..... 109

4.6 - Apresentação de resultados de análise das dimensões associadas à situação de rua e de suas categorias:..... 111

CAPÍTULO V..... 119

DISCUSSÃO ACERCA DOS RESULTADOS..... 119

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 135

INTRODUÇÃO

A situação de rua entre crianças e adolescentes: trajetórias individuais em estruturas sociais

O estudo desenvolvido por esta dissertação se localiza teoricamente entre as discussões sobre vulnerabilidade social e políticas públicas, passando por temas como pobreza, exclusão social, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, violência urbana, delinquência juvenil, criminalidade e vida nas ruas[1]. A inserção nesse campo teórico pretende ser feita a partir da análise de aspectos que evidenciam condições de vulnerabilidade social entre crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. O estudo tem a intenção de analisar dimensões apontadas pela literatura como relevantes para a configuração de um contexto de vulnerabilidade social na realidade da situação de rua entre crianças e adolescentes, passando principalmente pela disposição dos vínculos familiares, escolares, do envolvimento desses jovens com o mercado de trabalho e com a criminalidade.

Desde a década de 1980 o tema sobre crianças e adolescentes em situação de rua tem ganhado visibilidade em meio a produções acadêmicas e nas pautas da gestão pública. Isso foi acompanhado por uma mudança de paradigma sobre a natureza do problema, que passou a ser visto, sobretudo, como uma questão social. Reconhecer tal fenômeno como uma questão social implica em deslocá-lo de uma perspectiva individualizante e estigmatizante para um entendimento que reconhece a existência de uma coletividade que compartilha condições resultantes do funcionamento da estrutura social e econômica. Como salientado por Rosemberg (1994), o uso da rua para sobrevivência deixa de ser tido como um atributo pessoal e passa a ser encarado como "uma condição na qual algumas pessoas se encontram em alguns momentos da vida" (Rosemberg, 1994, p. 33).

A realidade da situação de rua entre crianças e adolescentes tem sido abordada pela literatura por meio de uma variedade de aspectos, passando desde características psicológicas dos adolescentes ou membros de seus núcleos familiares a influências estruturais e macroeconômicas (Ferguson, 2006). Ferguson (*ibdem*), por exemplo, ao analisar estudos que

[1] Tomo emprestado a expressão "vida nas ruas" de Rosa (2017), que a utiliza como um "referencial para a problemática em torno da habitação dos espaços públicos, que compreende um universo múltiplo e, às vezes, esquivo às categorizações" (*Ibdem*, 2017, p. 20). Desse modo, a autora pretende abrir espaço para as diversas categorizações a partir da contingência do fenômeno, sem limitar a problemática em uma definição fixa.

abordam a temática de crianças e adolescentes que, em função da vida nas ruas, se envolvem em atividades laborais, identifica três principais caminhos que a literatura utiliza para tratar dos fatores que contribuem para a produção da situação de rua entre esse público. A primeira forma de abordagem considera os fatores de risco familiar ou individual, ou "fatores micro", envolvendo situações de desemprego dos pais ou responsáveis, a pobreza familiar, características psicológicas das crianças e adolescentes ou do próprio núcleo familiar em que estão inseridas. A segunda abordagem identificada pela autora se caracteriza por dar enfoque aos fatores comunitários, ou "fatores meso", considerando as condições precárias de sobrevivência, a exposição à abusos e violência, as limitações de acesso a recursos e oportunidades em função do estrato a que pertencem, a inserção precoce no mercado de trabalho, considerando a natureza da atividade laboral e as condições nas quais é realizada. Essa segunda abordagem parece focalizar algo que seria análogo aos tipos de capitais (social, humano e cultural) dispostos a essas crianças e adolescentes. A terceira perspectiva percebida pela autora é uma abordagem por meio dos fatores "macro", ou seja, a partir das influências estruturais, compreendendo o que ela chama de "choques sociais" (guerras, crises econômicas, epidemias etc.) (*ibdem*, 2006, p. 707), processos de urbanização, dívidas externas e a exclusão social de grupos marginalizados. Ferreira (2011), em comentário sobre as abordagens encontradas nessas análises, ressalta que a situação de rua, no caso, vivenciada por crianças e adolescentes, possui causalidade múltipla e é produzida pela atuação em conjunto de fatores "micro", "meso" e "macro".

Os debates sobre pobreza e infância ao redor do mundo durante a década de 1980 apontam para a necessidade de se considerar a multiplicidade de fatores que causam as realidades de pobreza e as especificidades dos contextos locais onde o fenômeno é vivenciado. Nesse período estavam em voga discursos estendidos a níveis globais que sustentavam a utilização da expressão "de rua" para se referir a crianças e adolescentes que vivenciavam realidades de pobreza ao redor do mundo (Rosemberg, 1993). Ao analisar esses discursos, Rosemberg (*ibdem*) identifica um contexto de tensões, incongruências e limitações, onde a tentativa de conceitualizar o fenômeno da situação de rua entre crianças e adolescentes de forma generalizante corroborava com a produção de estimativas discrepantes e com o reforço de estigmas sobre a pobreza em países em desenvolvimento, sobretudo em países da América Latina. A autora sugere a utilização de modelos que levem em consideração a "pluralidade de modos de organização das famílias pobres, dos relacionamentos entre pais e filhos em famílias empobrecidas" (*ibdem*, p. 76) e que identifiquem formas diferentes de crianças e adolescentes

vivenciarem o fenômeno da rua, como no caso das categorias "meninos na rua" e dos "meninos de rua"[2]. A utilização de generalizações se mostra insuficiente para abarcar a complexidade do fenômeno, que é composto pela particularidade das trajetórias individuais em interação com o contexto socio estrutural local.

Um marco nesse período foi a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1989. A incorporação das disposições da Convenção nas estratégias de organização de políticas públicas no Brasil, suscitou a problematização da expressão "de rua" para se referir a essas crianças e adolescentes. Essa expressão teve reflexos na forma de nomeação das pessoas que vivenciavam a situação de rua, sendo apropriada também para se referir ao público adulto, indicando o reconhecimento de uma coletividade que compartilha essa experiência. O reconhecimento de uma "população" (reflexo da abordagem do fenômeno como uma questão social) passa a possibilitar estratégias políticas mais bem direcionadas, mesmo que sob o reforço de estigmatizações e de generalizações insuficientes para abarcar a complexidade desse público (Robaína, 2015).

O papel da inserção relacional e a configuração da vulnerabilidade social

Conceber essa realidade como um fenômeno social também implica em considerar que, para além do direcionamento da estrutura econômica na qual está inscrita, ela se compõe de relações que, em conjunto, formam redes por meio das quais tal fenômeno se materializa em relações vivenciadas cotidianamente com indivíduos e grupos. No caso das crianças e adolescentes em situação de rua, a natureza das relações familiares, dos vínculos escolares e relações de trabalho desses jovens é apontada pela literatura como principal aspecto que influencia a configuração ou não dessa realidade e seus possíveis formatos (Gontijo e Medeiros, 2009; Ferreira, 2011; Ribeiro, 2003; Santana et al., 2005).

O universo da rua também pode apresentar significações variadas em função da natureza das relações estabelecidas nesse meio e da conjuntura relacional vivenciada por esses jovens. Martins (2000) convida a refletir sobre a frequente colocação da pobreza, no sentido de insuficiência de renda, como única responsável pela situação de rua entre crianças e

[2] Os primeiros seriam os que permanecem temporariamente na rua, mas possuem vínculo familiar, enquanto os segundos seriam "os que permanecem na rua e que perderam, parcial ou totalmente, o vínculo familiar" (Rosemberg, 1993, p. 76). Segundo a autora, essa distinção só começou a ser pensada ao final da década de 80 (*ibdem*, 1993).

adolescentes. O autor apresenta outras hipóteses explicativas que podem ou não estar aliadas à pobreza. Uma delas seria a violência doméstica, "que pode vir de pais ou responsáveis mentalmente enfermos, usuários de drogas lícitas ou ilícitas ou condições de vida desfavoráveis" (*ibdem*, p. 253). Ribeiro (2003) afirma que, para essas crianças e adolescentes, "a rua é uma alternativa em função de uma situação circunstancial e de suas condições de vida" (*ibdem*, p. 623). Para a autora, a rua pode aparecer como uma alternativa até mesmo para a busca de liberdade e diversão, e isso em função das possibilidades restritas encontradas por esses jovens para se integrarem socialmente, através, por exemplo de atividades escolares ou esportivas (Ribeiro, 2003).

A diversidade de formas possíveis de configuração das redes de relações familiares, de trabalho, escolares e de amizade, as motivações que direcionam esses jovens para o ambiente da rua, além das significações atribuídas a esse espaço vão ao encontro das discussões promovidas pela literatura sobre vulnerabilidade social. Essa abordagem aposta em um entendimento mais amplo do conceito, reconhecendo limitações em generalizações que advêm de uma compreensão puramente econômica que vincula o fenômeno à pobreza, entendida unicamente como insuficiência de renda (Castro e Abramovay, 2005; Cunha et al., 2004; Carneiro, 2005).

A discussão teórica sobre o conceito de vulnerabilidade, juntamente com os conceitos de pobreza e exclusão social, tem jogado luz nas dimensões sociológicas desses fenômenos e demonstrado a importância dos dados relacionais para sua compreensão, e tem considerado a influência de outras formas de capitais para além da renda. Amartya Sen (2000) marca o entendimento econômico sobre a pobreza ao incluir a concepção de capacidades, ou seja, "de condições que permitam aos indivíduos viverem a vida que julgam importante ser vivida" (Carneiro, 2005, p. 7), como um elemento a ser considerado na mensuração de níveis de pobreza, abrindo espaço para o reconhecimento da influência de elementos subjetivos na configuração de uma realidade de pobreza. Cunha et al. (2004) ressaltam a importância de se considerar dados relacionais, ou seja, que se refiram às redes de reciprocidade, de confiança, de trocas de informações em que o grupo ou indivíduo está inserido, seu capital social, para diferenciar condições de vulnerabilidade específicas em um mesmo estrato de renda. Castro e Abramovay (2005) demonstram o quanto a disposição de capitais culturais, sociais e simbólicos podem tornar mais propensa a instauração de um quadro de vulnerabilidade. Carneiro (2005) afirma que a concepção sociológica ganha espaço na discussão sobre o conceito de pobreza na

medida em que este é entendido como uma condição de exclusão social, o que permite abordar de forma mais ampla as diversas possibilidades de manifestação desse fenômeno.

Entendido como uma realidade de vulnerabilidade social (Gontijo e Medeiros, 2009), o fenômeno da situação de rua entre crianças e adolescentes evidencia muito bem o caráter multidimensional de uma condição de vulnerabilidade. Isso, porque a permanência das crianças e adolescentes nas ruas seria resultado de um conjunto de forças de atração e repulsão muito variado e distinto, sendo ainda mais complexos que os observados em relação à população adulta que vivencia o fenômeno (Ferreira, 2011, p. 341 e 342).

Essa característica pode ser explicada pela compreensão da formação da realidade desses jovens por meio de um processo de progressiva desfiliação social, na medida em que se encontram em contextos de inserção relacional precária (Gontijo e Medeiros, 2009). Dessa forma, os fatores circunstanciais relativos à condição de vida, condições familiares e estruturais e às possibilidades restritas de inserção social que são dispostas a esses indivíduos (Ribeiro, 2003) têm influência mais evidente na construção de tal situação que os atributos individuais desses jovens e contribuem para tornar o fenômeno mais complexo. Ribeiro (2003) observa ainda que o peso de fatores circunstanciais na configuração da condição de vulnerabilidade, no caso da realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, dificulta a sustentação da ideia de que o fator determinante para a permanência desses jovens nas ruas seria a vontade própria.

A inserção familiar, comunitária, escolar e econômica e outros aspectos da dimensão relacional da vulnerabilidade

O peso que o aspecto da inserção relacional exerce na constituição de uma conjuntura de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que atribui ao Estado, à família e à sociedade responsabilidades para lhes garantir proteção de seus direitos:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de deixá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1990, p. 23)

Na discussão sobre a trajetória em situação de rua entre crianças e adolescentes, entendendo-a como uma realidade de desfiliação social, Gontijo e Medeiros (2009) enfatizam,

dentre outros fatores, os vínculos familiares como um dos elementos significativos para compreender essa condição. Dessa forma, o processo de desfiliação social seria sentido desde os núcleos familiares, onde geralmente são estabelecidos os primeiros laços. Tais laços se tornam fundamentais para a inserção de um indivíduo em outros grupos, de modo que, gradativamente, a rede vai se ampliando e sendo estabelecida sob influência dos vínculos iniciais. A família, sendo fonte desses laços iniciais, se configura como uma dimensão de extrema importância para a inserção relacional das crianças e adolescentes, sendo um elo de integração dos indivíduos à sociedade. Em contextos de fragilidade dos laços, a instituição familiar se depara com limitações no exercício do seu papel de criação e fortalecimento dos vínculos afetivos e no fornecimento de insumos para ampliação dos capitais humanos, culturais e sociais que permitem esses jovens se integrarem socialmente. Essas limitações são ainda maiores nos casos em que fatores de vulnerabilidade, como inserção em contextos de violência e abusos, têm como fonte o próprio ambiente familiar.

Como reflexo desse fenômeno, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2019, organiza os serviços socioassistenciais em níveis de complexidade e, para isso, utiliza como critério a natureza dos vínculos familiares e comunitários. Em uma ponta estão os serviços de proteção social básica, que têm como objetivo a prevenção de riscos, por meio do "desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (MDS, 2014, p. 12). Na outra ponta estão os serviços de proteção social especial, divididos entre os níveis de média e alta complexidade. Os serviços de proteção social de média complexidade são voltados para famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já os serviços de proteção social de alta complexidade são direcionados para famílias e indivíduos em situação de risco e/ou ameaça com origem no próprio contexto familiar ou comunitário, necessitando ser retirados de seus convívios (MDS, 2009). Ou seja, a natureza dos vínculos familiares interfere bastante na elaboração de um diagnóstico de vulnerabilidade, e serve como critério principal, juntamente com a natureza dos vínculos comunitários, para definir as formas de atuação dos Serviços de Proteção Social no país.

A natureza dos vínculos escolares também aparece como elemento que contribui para a identificação da condição de vulnerabilidade entre o público infanto-juvenil em situação de rua, juntamente à dos vínculos familiares (Gontijo e Medeiros, 2009). Esse aspecto está, ainda,

fortemente ligado à origem social e às oportunidades de vida, que, por sua vez se relacionam às forças dos vínculos que formam o capital social e cultural de cada um desses sujeitos. Aspectos relacionados a inserção no universo do trabalho e a disposição de condições familiares são determinantes das oportunidades de trajetória educacional (Guimarães et al., 2020). Em países desenvolvidos, por exemplo, pode ser percebido um prolongamento do período de transição de jovens para a vida adulta, possibilitado pelo estabelecimento de vínculos mais fortes com o sistema educacional e pelo apoio dos núcleos familiares. Por outro lado, entre jovens de países em desenvolvimento, o frequente envolvimento com atividades laborais antes da conclusão da trajetória educacional resulta no acúmulo de trabalho e estudos, gerando uma sobrecarga. Essa realidade marca o período de transição desses jovens para a fase adulta com informalidades recorrentes no âmbito da inserção no mercado de trabalho e com a fragilização dos vínculos escolares, o que faz com que a formação no ensino regular sofra variações em momentos de atividade e inatividade, além de aumentar a probabilidade da ocorrência de evasão escolar (Guimarães et al., 2020).

Uma dimensão que aparece com bastante frequência na literatura sobre vulnerabilidade entre o público de crianças e adolescentes, e até mesmo de jovens adultos e que contribui para a configuração dessa realidade, é o envolvimento desse público no universo do trabalho (Ferreira, 2011; Castro e Abramovay, 2005; Gontijo e Medeiros, 2009). Apesar das restrições legais por meio da Constituição Federal de 1988[3], da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)[4] e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[5] que estabelecem a proibição do envolvimento de menores de 14 anos em qualquer atividade laboral, e de menores de 16, exceto em caráter de aprendizado, o trabalho infantil é identificado frequente no contexto de crianças e adolescentes pobres (Alberto et al., 2010; Sarti, 1995) e, especificamente, está intimamente associado à realidade desse público em situação de rua (Ferreira, 2011).

No caso específico de crianças e adolescentes em situação de rua, a dimensão do trabalho pode ser tida, em alguns casos, como um critério de referência para identificar quem seriam esses sujeitos. Conforme Ferreira (2011) afirma, o envolvimento em atividades laborais, seria "uma estratégia e um elemento comum a todas elas" (*ibdem*, p. 340), independentemente do grau de imersão dessas crianças e adolescente no universo da rua. A inserção no universo

[3] "Art.7º, § XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;" (BRASIL, 1998).
[4] "Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (BRASIL, 2000)
[5] "Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade." (BRASIL, 1990)

do trabalho entre o público infantil em situação de rua, muitas vezes, pode estar relacionada à realidade do contexto familiar, envolvendo situações de insuficiência de renda, violência doméstica, uso de álcool e drogas etc. (Ribeiro, 2003; Martins, 2000) e podem, como consequência, impactar o desenvolvimento da trajetória escolar desse público, o que gera implicações negativas na aquisição de ativos relacionados a capitais humanos e culturais.

Castro e Abramovay (2005) destacam ainda dois outros aspectos que contribuiriam com a conformação de uma condição de vulnerabilidade entre jovens no Brasil. Esses aspectos se relacionam intimamente com as três apresentadas anteriormente e, com isso, podem refletir sobre a realidade específica de jovens em situação de rua. Um deles diz respeito à disposição dos direitos sexuais e reprodutivos no país e às taxas de gravidez na adolescência. O vínculo educacional e os vínculos comunitários exerceriam influência nessa dimensão na medida em que "as taxas de fecundidade entre as jovens que vivem em regiões consideradas mais desenvolvidas e que têm mais alta escolarização tendem a ser menores que entre as jovens de escolarização mais baixa" (*ibdem*, p. 7).

O segundo âmbito se refere à inserção em contextos de discriminações, preconceitos e violências. Além disso, o fator da discriminação pode conformar situações de vulnerabilidade a partir da exposição frequente desses jovens à violência policial, da vivência diária de violências simbólicas, verbais e físicas (*ibdem*) e demais elementos que contribuiriam para o encaminhamento desses jovens a espaços sociais e geográficos marginalizados.

Todos esses aspectos, que comporiam uma dimensão relacional da vulnerabilidade, estariam ainda inscritos em contextos socio estruturais de desigualdade, a partir de fatores que orientam processos de segregação, como raça, gênero, origem social etc. Tais fatores orientariam também a intensidade com que a precariedade da inserção relacional, em qualquer uma das dimensões apresentadas anteriormente, corrobora para ampliar o estado de vulnerabilidade, além de limitar o grau de aproveitamento das oportunidades de proteção social frente a riscos. O trabalho de Guimarães et al. (2020) demonstra, por exemplo, como um contexto de desenvolvimento econômico pode tornar condições estruturais de desigualdade mais evidentes. A partir da observação da trajetória ocupacional de jovens no Brasil, considerando a população de 14 a 29 anos, os autores chegaram à conclusão de que fatores socio estruturais de segregação limitam jovens brasileiros a acompanharem o ritmo do crescimento econômico nacional em suas trajetórias escolares e ocupacionais (*ibdem*), que, inclusive, tendem a acontecer de forma bastante precoce e precária entre jovens pobres, ainda

na fase da infância ou adolescência (Almeida, 2005), o que faz aumentar o abismo da desigualdade e concentrar condições de vulnerabilidade em recortes sociodemográficos específicos.

> Em primeiro lugar, a tendência à perda de qualidade nas ocupações onde predominam os jovens, com danos maiores para jovens negros e mulheres em famílias de baixa renda. Em segundo lugar, a tendência à ampliação do desalento, especialmente juvenil (negro e de baixa escolaridade) e à exclusão simultânea da escola e do mercado de trabalho entre as mulheres (...). (Guimarães et al., 2020, p. 492-493)

Além disso, contextos de discriminação, preconceitos e violências contribuem para que jovens brasileiros tenham suas condições de vulnerabilidade agravadas (Castro e Abramovay, 2005). Fatores como origem social, características raciais e étnicas, origem geográfica[6], exposição a contextos de violência e envolvimento com criminalidade e práticas ilegais são tomados como elementos que fortalecem processos de exclusão social por meio do acúmulo de desvantagens (Sampson e Laub, 1997), que, progressivamente, enfraquecem os "laços que ligam os indivíduos a instituições convencionais como família, escola e mercado de trabalho" (Oliveira et al., 2019, p. 3).

A dimensão relacional da vulnerabilidade considerada no caso do adolescente em conflito com a lei

O envolvimento de adolescentes com práticas desviantes, por exemplo, seja por causas estruturais, relacionais ou individuais, pode levá-los a ser acusados e rotulados publicamente, o que implicaria na sua discriminação e exclusão social, sendo um dos fatores que contribuem para ampliar as condições de vulnerabilidade. O rótulo de desviante adere ao indivíduo e define sua identidade pública, impedindo sua integração em grupos mais convencionais e contribuindo para o estreitamento dos laços com grupos desviantes (Oliveira et al., 2019). Pode-se observar, então, um processo de confinamento na condição de vulnerabilidade e de exclusão social que, progressivamente, intensifica o envolvimento do indivíduo com práticas desviantes e o torna ainda mais distante de um estado de integração social.

[6] Castro e Abramovay (2005) apresentam trechos de relatos de jovens que se afirmam terem se sentido discriminados em entrevistas de emprego pelo fato de morarem em bairros de periferia ou favelas, pela aparência física e maneira de se vestir e pela condição racial. Outros relatos também fazem referência a fatores como orientação sexual e condição social como elementos que influenciam negativamente na integração em diferentes espaços sociais. A dificuldade de integração social, principalmente por meio do mercado de trabalho, contribui para aprofundar a condição de vulnerabilidade social já vivenciada por esses jovens em diversas dimensões.

No Brasil, nos casos de adolescentes envolvidos com práticas infracionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a aplicação de medidas socioeducativas, "cujo objetivo é menos a punição e mais a tentativa de inserção social, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários" (Franscischini e Campos, 2005, p. 268). Esse objetivo é coerente com uma medida de proteção social que visa enfrentar situações de vulnerabilidade social gerada pelo contexto de inserção relacional fragilizada, como os que habitualmente são vivenciados por essas crianças e adolescentes (Oliveira et al., 2019; Franscischini e Campos, 2005).

Ao considerar o adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, o ECA não descarta a necessidade de responsabilização do adolescente nas situações em que este desenvolve condutas que transgridam as regras estabelecidas para possibilitar, minimamente, o convívio social (Franscischini e Campo, 2005). Consequentemente, a aplicação de medidas socioeducativas, no modelo do ECA, não é sustentada por concepções paternalistas, que tenderiam a isentar a responsabilidade dos adolescentes que praticaram atos infracionais. Considerar o adolescente como uma pessoa em desenvolvimento diz respeito "tão somente a tutela especial a que tem direito, por lei, assim como a identidade peculiar desses sujeitos, não implicando a supressão da sua sujeição ao ordenamento jurídico" (*ibdem*, p. 269).

Por outro lado, as disposições do ECA reconhecem a influência que condições de inserção relacional exercem na configuração de uma conjuntura de vulnerabilidade social na vida de caso de crianças e adolescentes. Isso se reflete na responsabilização de diversos setores da sociedade pela garantia dos direitos desse público. Adicionado a isso, o objetivo de integração social é compatível com a percepção de que a rotulação e a exclusão social contribuem para acumular desvantagens e que a dificuldade de integração em grupos convencionais aumenta a probabilidade do envolvimento mais frequente e intenso desses jovens em atividades transgressoras. Sendo assim, a aplicação de medidas socioeducativas orientadas pelo ECA não é sustentada por uma perspectiva retribucionista, ou seja, não enxerga que o aumento da repressão de forma proporcional à gravidade das infrações praticadas contribuiria para prevenir sua reincidência (Franscischini e Campos, 2005).

O PIA e seu olhar individualizado para as trajetórias

Em correspondência ao objetivo de gerar integração social, as medidas socioeducativas seguiriam pelo caminho de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Diferentemente da sanção de uma pena, a aplicação de uma medida, no caso das medidas socioeducativas estabelecidas pelo ECA, não busca estabelecer uma relação entre o ato infracional cometido e o rigor da punição. De maneira diferente, a medida socioeducativa busca uma maior individualização, na tentativa de adequar a pena não somente à infração cometida, mas à história de cada adolescente em particular (Franscischini e Campos, 2005).

O olhar individualizado para crianças e adolescentes que são atendidos por instituições que buscam integrar socialmente esses sujeitos é um princípio presente nas diretrizes do ECA. O Estatuto, a partir da alteração feita pela Lei nº 12.010/2009, estabelece a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) imediatamente após o acolhimento institucional da criança ou do adolescente por parte de instituições de acolhimento. O PIA seria elaborado com vista a promover a reintegração familiar e comunitária da criança e do adolescente acolhido e considerando a trajetória individual específica de cada um.

Em 2012, a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabelece a obrigatoriedade da elaboração do PIA por parte da equipe técnica das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Segundo a lei do SINESE, o PIA teria como objetivo direcionar a execução das medidas socioeducativas por meio da realização de um "diagnóstico interdisciplinar e multidimensional" (Oliveira et al., 2019, p. 5) que considere a "trajetória infracional, familiar, escolar, laboral e médica dos adolescentes" (*ibdem*, p. 5). Com a elaboração do PIA se torna possível transformar o sujeito em caso (*ibdem*, p. 6), de forma que a situação da criança e do adolescente passa a se tornar legível para a racionalidade da gestão institucional e passível de ser individualizada, comparada, medida, categorizada e agrupada, por meio da utilização de conhecimentos médicos, pedagógicos, psicológicos, (*ibdem*, p. 6) e de diversas outras áreas do conhecimento, para além dos saberes jurídicos.

Os registros dos PIAs se constituem como uma rica fonte de informações sobre a realidade de inserção relacional dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, considerando que essa realidade é levada em conta no direcionamento da execução de medidas que, além de terem como objetivo a responsabilização do adolescente pela prática do ato infracional, visam sua integração social e o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários como forma de prevenção da reincidência do ato. É importante ressaltar, porém, que os registros presentes nesses documentos refletem o olhar institucional de saberes

incorporados pelo sistema judicial (Oliveira et al., 2019, p. 6), e as informações que fornecem devem ser interpretadas dentro das limitações oferecidas pela forma como elas são produzidas.

Diante do exposto, acerca da relevância da compreensão do contexto de inserção relacional para a configuração de uma conjuntura de vulnerabilidade social, do entendimento do fenômeno da situação de rua entre crianças e adolescente como uma das formas de manifestação dessa conjuntura, e do lugar que a inserção social e o fortalecimento de vínculos possui na formulação e execução de uma medida socioeducativa, o trabalho realizado aqui teve por objetivo identificar aspectos que apontam para uma realidade de vulnerabilidade social entre adolescentes que estiveram em cumprimento de medidas socioeducativas e que, concomitantemente, possuem trajetória em situação rua. O caminho até esse objetivo foi percorrido por meio da análise de informações fornecidas por relatórios de Planos Individuais de Atendimento utilizados no acompanhamento e execução de medidas socioeducativas de adolescentes que compartilhavam dessa característica.

Como foi apresentado de forma breve anteriormente, em relação à vida nas ruas, a condição das crianças e adolescente que vivenciam esse fenômeno é marcada pela inserção fragilizada na rede de relacionamentos que integram um indivíduo em sociedade de forma mais evidente que em relação à população adulta (Ribeiro, 2003), sendo um processo que se inicia desde os vínculos sociais mais primários, como os familiares, comunitários e escolares (Cerqueira-Santos, 2004; Santana et al., 2005; Gontijo e Medeiros, 2009; Rizzini e Couto, 2019). O objetivo geral deste estudo é relacionar as análises feitas pelas equipes técnicas responsáveis pela elaboração dos PIAs, extraindo informações a respeito dos contextos familiares, comunitários, escolares e laborais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que possuem trajetória em situação de rua, com dimensões de vulnerabilidade social pertinentes à inserção relacional, exclusão social, acúmulo de capitais sociais, humanos e culturais e a contextos de violência e criminalidade.

CAPÍTULO 1

Revisão da literatura

1.1 - Debate teórico sobre vulnerabilidade social

A intensificação dos debates sobre vulnerabilidade social e a elaboração mais ampla de seu conceito é associada ao reaparecimento de temas na agenda internacional relativos ao bem-estar social e à pobreza, fomentado em grande parte pela realidade de permanência ou crescimento dos níveis de pobreza e da diversificação de suas formas de manifestação observada em países latino-americanos durante os anos oitenta e noventa (Busso, 2001). O enfoque surge como desdobramento de enfrentamentos de desafios metodológicos e conceituais relacionados à capacidade heurística dos enfoques que eram utilizados até então quando aplicados a realidades específicas.

Nesse contexto de mudanças de enfoques para tratar temas relacionados a desvantagens sociais, elaborações como as sobre marginalidade, entre as décadas de sessenta e setenta na América Latina, e sobre exclusão, entre as décadas de oitenta e noventa relacionadas ao contexto europeu, contribuíram para fomentar a construção de noções mais amplas sobre pobreza. Além do mais, essas noções surgiram em confluência de época com o crescimento de discussões que começaram a se valer do enfoque da vulnerabilidade social para explicação de realidades complexas de desvantagens sociais (*ibdem*).

Contribuições como as de Amartya Sen (1999) são apontadas como propulsoras de abordagens que incluem não somente condições de renda, mas também aquelas ligadas a dimensões psicossociais, de gênero, étnico-raciais, educacionais, laborais, políticas e demais aspectos que também podem fazer parte de situações de desvantagens sociais (Busso, 2001). Apesar de contribuições como essas, as fragilidades conceituais associadas ao caráter estático dos fatores considerados até então como geradores de condições de desvantagens sociais conduziram ao crescente interesse de organizações internacionais e cientistas sociais de diferentes disciplinas, especialmente durante a segunda metade da década de noventa, pela noção de vulnerabilidade social e pelo seu entendimento como um processo do qual tais condições fazem parte (Busso, 2001; Vignoli, 2000 e 2001 a).

Em meados da década de noventa, autores como Robert Castel (1994) teceram críticas sobre a prática de abordar uma questão social (forma como Castel nomeou as situações de

incerteza e instabilidade produzidas como consequência do funcionamento das relações de produção baseadas na submissão ao salário precarizado, na ampliação das desigualdades, que conduziriam a uma vulnerabilidade de massa[7]) por meio de categorias estáticas. Segundo o autor, esse tipo de abordagem trabalha utilizando classificações fragmentárias sobre a realidade social e corresponderiam mais a classificações administrativas que sociológicas. Classificar um indivíduo em situação de desvantagem social como desempregado de longa duração, indigente válido ou como um inapto ao trabalho, por exemplo, não seria suficiente para compreender os processos que compõem a formação de sua questão social. Como alternativa, Castel (1994) propõe uma abordagem transversal que priorize o qualitativo e compreensivo no lugar do quantitativo, com o objetivo de apreender o dinamismo da produção dos "mais desprovidos" (p. 24), algo que o caráter estático e fragmentado da abordagem por meio da classificação do indivíduo não conseguiria abarcar.

Por meio do enfoque transversal proposto por Castel (1994), as situações de privação não são interpretadas pelo conceito *sticto sensu* de pobreza, que se traduz em termos da falta de recursos materiais, mas pelo seu entendimento como sendo "modos particulares de dissociação do vínculo social" (*ibdem*, p. 22), aos quais Castel denomina "desfiliação". O caminho para uma se chegar a um estado de desfiliação passaria pela fragilização dos vínculos de integração em relação ao trabalho e dos vínculos de inserção em uma teia de sociabilidade comunitária e familiar, o que consistiria, para o autor, no processo de vulnerabilização social, ou seja, na ruptura progressiva em relação a toda participação social. Indivíduos e populações se encontrariam em situações de vulnerabilidade social não somente pela insuficiência de acesso a recursos materiais ou por preencherem uma classificação dentro de um sistema de relações de produção, mas também por estarem em posições fragilizadas no tecido relacional. Um processo de desfiliação apresentaria, em si, um processo de ruptura de vínculo com o social.

Compreender esse duplo processo, de exclusão na ordem do sistema de produção e de isolamento na ordem sócio relacional, corresponderia, para Castel (1994), à complexidade da constituição de uma condição de desvantagem social, de uma questão social, em seu dinamismo e suas particularidades.

> É preciso, no entanto, se esforçar por compreender esses seres de carne e osso, de sangue e de sofrimento, a partir do duplo processo que os constitui: aquele que vai da integração à exclusão na ordem do trabalho, e aquele que vai da inserção ao isolamento na ordem sócio relacional. (Castel, 1994, p. 28)

[7] Castel, 2006.

Ao final dos anos noventa e início dos anos dois mil, a noção de vulnerabilidade passou a ser amplamente utilizada em estudos sobre desvantagens sociais. Vignoli (2000) considera que os estudos de Moser e (Moser e Bronkhorst, 1999; Moser, 1999), elaborados em conjunto com seu grupo no Banco Mundial, contribuíram para engatilhar essa mudança de enfoque a partir da noção de "asset/vulnerabillity framework" (Moser e Bronkhorst, 1999). O enfoque da vulnerabilidade adotado por pelas autoras (*ibdem*), apesar de se valer de uma compreensão de vulnerabilidade associada estreitamente à pobreza, sugere que condições de debilidade em função da pobreza, ou em outras palavras, de vulnerabilidade associada à pobreza, poderiam ser contornadas pela gestão adequada dos ativos[8] que indivíduos ou comunidades possuem independentemente de seus níveis escassos de renda. Os pobres seriam gestores de uma gama complexa de ativos que, quando geridos de forma produtiva, teriam a capacidade de contrapor realidades de pobreza e vulnerabilidade de famílias (*ibdem*). Dessa forma, quanto maior for o número de ativos adquiridos e quanto melhor esses ativos forem administrados, menos propensos à condição de vulnerabilidade os indivíduos, as famílias ou as comunidades seriam (Moser, 1999, p. 5).

O enfoque na vulnerabilidade aparece, assim, como um meio de fornecer instrumentos analíticos que correspondam ao caráter dinâmico das realidades de desvantagens sociais que passaram a ser observadas nos contextos dos países latino-americanos ao final do século XX (Busso, 2001; Vignoli, 2000 e 2001 a). Conceber uma realidade de desvantagem social a partir da noção de vulnerabilidade implica em combinar dinamicamente níveis micro (relacionado a indivíduos e famílias), meso (o papel de organizações e instituições) e macro (relacionado à estrutura social e ao padrão de desenvolvimento) na busca de compreender como os sistemas de desigualdade e desvantagem se reproduzem (Busso, 2001, p. 10; Ferguson, 2006).

O caráter dinâmico da noção de vulnerabilidade se deve, sobretudo, à consideração que tal enfoque faz a respeito do conceito de "ativos". Com isso, indivíduos, famílias e comunidades que vivenciam condições de desvantagens sociais perdem o caráter exclusivamente passivo e passam a ser analisadas também pelos recursos que possuem e pela utilização destes em

[8] Moser (1999) indica que esses ativos podem estar relacionados ao envolvimento com o trabalho, aos níveis de capitais humanos e sociais, à natureza das relações familiares e a ativos produtivos (Moser, 1999, p. 5). No esforço de analisar as causas e o os efeitos da violência entre jovens e alguns casos de intervenções bem-sucedidas orientadas para a redução da violência entre jovens em situação de risco na América Latina e no Caribe, Moser (1999) ressalta que a inserção em contextos de violência pode corroer o potencial que tais ativos possuem de neutralizar condições de vulnerabilidade.

estratégias de respostas aos riscos provenientes das mudanças de oportunidades do entorno, que basicamente poderia ser entendido como o mercado, o Estado e a sociedade (Busso, 2001, p. 10; Vignoli, 2000 e 2001a). A perspectiva da vulnerabilidade social realiza, então, um exercício dialético entre o enfoque micro, que considera a mobilização que indivíduos, famílias e comunidades fazem de seus ativos, e o enfoque macro, que enfatiza o conjunto de oportunidades presentes no entorno, com a finalidade de abordar a heterogeneidade das condições de produção e reprodução de desvantagens sociais.

Já nos anos iniciais do século XXI, com pouco tempo de desenvolvimento do enfoque da Vulnerabilidade Social, se podia identificar uma ampla gama de perspectivas conceituais e aplicações em estudos, correspondendo à diversidade dos fenômenos de desvantagem social que eram observados. Isso refletiu a propriedade multidimensional desse enfoque que, além de possibilitar a análise de múltiplas dimensões que compõem uma realidade de vulnerabilidade social, permite que seja identificada uma diversidade de focos possíveis de atuação (Busso, 2001).

Por sua vez, as dimensões nas quais indivíduos, famílias e comunidades vulneráveis possuem maiores níveis de exposição a riscos de determinadas situações são definidas, principalmente, pelas desvantagens observadas em relação a disposição de ativos. Isso possibilita que sejam observadas condições diferenciadas de vulnerabilidade relacionadas a um conjunto amplo de aspectos, como discriminação, saúde, incapacidade na satisfação de necessidades básicas, condições de inserção no mercado de trabalho etc. (Busso, 2001), sem necessariamente estarem vinculadas de forma estreita à pobreza.

Dessa forma, é possível observar uma diversidade de prismas conceituais e aplicações adotadas em estudos sobre desvantagens sociais nos anos iniciais de desenvolvimento do enfoque da vulnerabilidade. A título de exemplo, Moser (1999) diferencia condições de vulnerabilidade em termos da disposição de ativos tangíveis e intangíveis. Os primeiros abrangeriam dimensões relacionadas ao trabalho, ao capital humano, ao acesso precário de famílias a recursos (como habitação) etc., e os segundos incluiriam aspectos como relações familiares e capital social. Outro exemplo seria o relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, de 1999 – 2000 (CEPAL, 2000), que associou o aumento da vulnerabilidade observado na época a mudanças significativas no mercado de trabalho, à disponibilidade e acesso a serviços sociais, às formas e graus de organizações sindicais e políticas, e às dificuldades de funcionamento e permanência de micros e pequenas empresas no

mercado (CEPAL, 2000, p. 49). Outros trabalhos mencionam desigualdades no acesso a ativos básicos, como terra, bens de capital e tecnologias, no acesso a crédito e no acesso à educação de boa qualidade como dimensões analíticas relevantes para se entender vulnerabilidade (B. Kliksberg, 1999 *apud* Busso, 2001, p. 11). Em 2001, o Banco Mundial apontou diversos setores que possuem relação com a configuração de contextos de vulnerabilidade entre camadas pobres, entre eles os relacionados à saúde, renda, nível de nutrição, vivência em contextos de violência, evasão escolar, acesso escasso a serviços básicos, desastres ambientais, e baixos níveis de participação em tomadas de decisão. Todos esses âmbitos manifestariam carências de ativos pessoais e comunitários, que também são aqui reconhecidos como "fundamentales para hacer frente a las crisis y reducir la vulnerabilidad" (Banco Mundial, 2001, p. 77).

Em suma, a insuficiência dos enfoques tradicionais, que se baseavam fundamentalmente em uma concepção econômica, conduziu a esforços metodológicos e analíticos aplicados ao desenvolvimento de enfoques que considerassem a influência de múltiplas dimensões na configuração de condições de desvantagens sociais. A potencialidade do enfoque de vulnerabilidade social para as discussões sobre desvantagens sociais se deve pelo fato de o conceito considerar, primeiramente, uma diversidade de possíveis ativos que indivíduos e famílias possam ter à disposição, dentre eles, ativos físicos, financeiros, humanos e sociais. Depois, o conceito leva em conta as estratégias adotadas por esses indivíduos ou grupos na utilização desses ativos. E, por fim, por não deixar de levar em conta o papel das estruturas de mercado, de Estado e da sociedade civil na constituição de uma condição de desvantagem social por meio da delimitação do conjunto de oportunidades que indivíduos, famílias e comunidades podem ter acesso (Busso, 2001, p. 3).

A relação que o enfoque da vulnerabilidade estabelece entre condições de desvantagem social e as disposições de ativos e as formas como são aplicados possibilitou a realização de estudos que considerassem aspectos não econômicos que dizem respeito à inserção social dos sujeitos. A literatura aponta para manifestações de condições de vulnerabilidade social que podem ser delimitadas em termos, por exemplo, da inserção em redes de relacionamentos, do acesso a formas de capitais, sejam eles sociais, culturais e humanos, da inserção em contextos de descriminação social e de violência, em termos geográficos e de diversos outros âmbitos que ultrapassam a concepção de vulnerabilidade social tida unicamente como insuficiência de renda (Busso, 2001; Castro e Abramovay, 2005; Cunha et al., 2004; Carneiro, 2005). Como reflexo dessas discussões, o entendimento mais amplo sobre o conceito parece permitir a identificação

de especificidades que distinguem condições de vulnerabilidade entre indivíduos ou grupos que possuem níveis iguais de renda, o que produz análises com maior correspondência à realidade observada.

A vulnerabilidade social é abordada por Carneiro (2005) a partir do enfoque da pobreza. Suas análises contribuem para enriquecer o entendimento deste conceito e para ampliar seu potencial explicativo de uma realidade que seria, antes de tudo, sociológica. Apesar de a insuficiência de renda ser diretamente associada a condições de vulnerabilidade em uma economia de mercado, os autores questionam a suposição de que métodos que se baseiam na mensuração de níveis de renda e de consumo como suficientes para medir a capacidade de indivíduos ou populações de satisfazerem suas necessidades básicas e propõem a reflexão sobre outras dimensões que compõem uma realidade de pobreza, para além da monetária.

Restringir o entendimento de pobreza à concepção econômica acaba por limitar o reconhecimento de outros fatores que contribuem para a produção dessa realidade, além de restringir as possíveis alternativas de intervenção. A partir dessa crítica, começam a surgir abordagens mais amplas sobre o conceito de pobreza que passam a adotar como enfoque variáveis de diversas naturezas, indo desde discussões sobre acesso a serviços básicos a debates sobre formas de mensuração de aspectos de natureza psicossocial. Um ponto que essas abordagens têm em comum é o reconhecimento de dinâmicas culturais e sociais que intervêm no processo de produção da pobreza e que demandam a utilização de outros parâmetros além da renda para orientar a atuação de políticas públicas (Carneiro, 2005).

A abordagem da pobreza por meio da identificação de necessidades básicas insatisfeitas aparece como um contraponto à perspectiva exclusivamente monetária e ganha destaque na América Latina por volta dos anos 70 e 80 (Carneiro, 2005). Em vez de especular a capacidade de satisfação das necessidades por meio do nível de renda, essa abordagem tem como foco a satisfação efetiva de tais necessidades e os produtos efetivamente consumidos. Surge, então, a noção de pobreza relativa, que leva em conta a situação de satisfação das necessidades de acordo com a realidade particular de cada sociedade.

Apesar de ter possibilitado uma concepção mais abrangente de pobreza, as abordagens com o enfoque das necessidades básicas, assim como as que centralizam a renda, concebem "a pobreza sob forma de privações materiais" (*ibdem*, p. 6) e não levam em conta aspectos relacionados à capacidade associativa e de organização social das comunidades e seu papel na superação de condições de pobreza (*ibdem*). Os autores apontam a contribuição da obra de

Amartya Sen (2000) a elaboração de uma noção de pobreza que considere aspectos associados à inserção relacional de indivíduos e grupos e suas capacidades de operação no meio social, para além do acesso a condições materiais.

Sen (2000) define o conceito de pobreza em relação a noção de capacidades. Tal conceito se refere ao conjunto de condições que permitem aos indivíduos operarem no meio social de forma a alcançarem níveis minimamente aceitáveis de realizações, sendo a renda apenas um dos possíveis meios que permitiriam esse alcance (Carneiro, 2005). A definição de Sen (2000) abre espaço para perspectivas seguintes que passam a considerar ativos de natureza social que contribuiriam com o enfrentamento de condições de pobreza, na medida em que o enfoque das capacidades aproxima o conceito de pobreza da concepção de exclusão social, sendo a privação de relações sociais um dos elementos que limitariam as capacidades, conduzindo a uma realidade de pobreza (Carneiro, 2005).

A partir do resgate feito em Sen (2000), Carneiro (2005) entendem que a pobreza, como um dos enfoques dentro das realidades de vulnerabilidade social, pode ser entendida sociologicamente a partir da dimensão da exclusão social, pressupondo, assim, a influência da disposição de ativos sociais na configuração de uma situação de pobreza. O elemento "capital social"[9], entendido pela autora como "o conteúdo de relações sociais que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação" (*ibdem*, p. 22), emerge como um ativo de natureza comunitária que possui grande importância no enfrentamento de condições de pobreza e que se expande na medida em que se expandem os laços comunitários. O foco passa a ser, então, a natureza dos vínculos que unem indivíduos e sociedade e estabelecem graus satisfatórios de integração social.

Abordada pela dimensão da exclusão social, a pobreza passa a ser entendida como um estado de precariedade da integração social e a se relacionar ao tema da coesão social (*ibdem*). A integração social ocorreria nos termos das características próprias de cada sociedade ou cultura, o que chama a atenção para a importância de se considerar as realidades sociais particulares no entendimento de condições de vulnerabilidade. A adoção do conceito de exclusão social também abre espaço para que seja levada em conta a influência de dimensões

[9] Apesar das variações a respeito do significado do termo (Bourdieu, 1986; Loury, 1977; Coleman, 1988), pode-se considerar um consenso de que capital social seria "a capacidade de os atores garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais" (Portes, 2000, p. 138).

subjetivas, de natureza psicossocial, que são construídas nas relações estabelecidas com diversos setores sociais e que estão envolvidas no processo de configuração da pobreza.

> Baixa autoestima, resignação, apatia, ressentimento, subalternidade, baixa expectativa quanto ao futuro são fatores de natureza não material que acabam por limitar as possibilidades das pessoas pobres se apropriarem de sua vida e acharem saídas possíveis para a situação em que se encontram. (Carneiro, 2005, p. 11)

Ao mesmo tempo em que a perspectiva da exclusão sobre a realidade da pobreza pode ter relações com a dimensão econômica, ela vai muito além de uma concepção exclusivamente monetária, abrangendo também a dimensão política, na medida em que trata do acesso a direitos, e a dimensão sociocultural, na medida em que se refere à inserção de indivíduos e grupos em redes de relações com demais atores sociais. Por essa abordagem, as condições de pobreza seriam mais bem compreendidas em suas especificidades quando a organização da rede de relações estabelecidas em torno do indivíduo ou grupo é levada em conta (Carneiro, 2005).

No que se refere ao desenho de políticas com objetivo de reduzir os níveis de vulnerabilidade experimentados por indivíduos e famílias pobres, a perspectiva da exclusão social aponta para a necessidade de fortalecimento das redes de vínculos comunitários por meio da promoção do engajamento e da construção conjunta, tendo como base de atuação a organização social já existente. Carneiro (2005) considera que qualquer estratégia que tenha como finalidade a superação de condições de pobreza deve considerar os ativos já dispostos pelos indivíduos, famílias e comunidades, pois isso possibilitaria o desenvolvimento sustentável dessas estratégias (*ibdem*).

A ênfase na gestão dos ativos existentes mesmo em meio a condições de pobreza reflete as contribuições do enfoque da vulnerabilidade social, de modo que "as formas pelas quais indivíduos, famílias e comunidades lançam mão de seus ativos durante períodos de crises e mudanças e conseguem ou não sobreviver a elas" (Carneiro, 2005, p. 22). As estratégias de utilização dos ativos se manifestam, dentre outras formas, na natureza das relações que compõem a rede onde estão inseridos. Medidas adequadas ao enfrentamento de condições de pobreza estariam, assim, relacionadas ao desenvolvimento de iniciativas que favoreçam o enriquecimento do capital social disposto (Carneiro, 2005).

Em Busso (2001), a vulnerabilidade social também é relacionada aos conceitos de pobreza e exclusão social, considerando o contexto da América Latina entre os anos 90 e início do século XXI. De acordo com o autor, estudos realizados com base em dados da organização

Latinobarômetro (1998 *apud* Busso, 2001) apresentam uma América Latina com sociedades marcadas pela sensação de desamparo, risco e insegurança. Essas sensações corresponderiam ao padrão de desenvolvimento econômico, predominante entre os países da região, que corroborava com a produção de altos níveis de concentração de renda e patrimônio e com a emergência de uma nova estratificação social com baixa possibilidade de mobilidade ascendente (*ibdem*).

As percepções de Busso (2011) vão ao encontro das indicações de Florestan Fernandes (1976), na medida em que estas já apontavam para o fato de que o maior desafio dos países latino-americanos na segunda metade do século XX, tomando como exemplo o caso brasileiro, não era o de produzir riquezas, mas o de distribuí-las. O fato de que o padrão de desenvolvimento econômico predominante nessa época entre os países da região corrobora para tornar condições de desigualdade mais evidentes aparece como correspondente ao caso brasileiro em trabalhos como os de Pastore (1979) e Guimarães et al. (2020).

Pastore (1979) identifica, no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, que o crescimento econômico acelerado com ênfase na industrialização (característica de países em desenvolvimento nesse período) contribuiu para a criação de ocupações de baixo status social e, intimamente ligado a isso, com condições precarizadas, baixos salários, muita instabilidade e dificuldade de mobilidade ascendente, conservando a estrutura de desigualdade. Segundo Pastore (1979), "a urbanização acelerada veio a exercer pressões ainda maiores para a criação de empregos no baixo-terciário" (*ibdem*, p. 60), ou seja, veio a ser um propulsor para o aumento da quantidade de pessoas envolvidas em atividades laborais precarizadas, a exemplo, ocupações como "dos ambulantes, dos entregadores, limpadores, lavadores" (*ibdem*, p. 60).

Guimarães et al. (2020) analisam a trajetória ocupacional de jovens brasileiros tendo em consideração os anos iniciais do século XXI (até o ano de 2013). Segundo os autores, o país apresentava na época uma conjuntura socioeconômica

> muito particular, de crescimento econômico e aumento da oferta de postos de trabalho, na maioria formais. Foi um momento marcado, ademais, pela ampliação do acesso à educação formal, em todos os seus níveis, e pela consolidação da queda na fecundidade (Guimarães et al., 2020, p. 478).

Apesar de uma conjuntura favorável, o peso de desigualdades estruturais, fundamentadas por marcadores sociais, "como a idade, o sexo, a condição racial, a residência urbanorural (sic) ou as características socioeconômicas do domicílio" (Guimarães et al., 2020,

p. 478), é apontado como um elemento que dificulta a distribuição igualitária dos benefícios obtidos pelo crescimento econômico nacional. E esse resultado é constatado na medida em que se observa uma realidade de trajetória ocupacional precária vivenciada por jovens brasileiros que compartilham desses marcadores (*ibdem*).

Retornando a Busso (2001), tal contexto de distribuição desigual de renda e patrimônio também implica em uma distribuição desigual de riscos, porém, em uma proporção inversa, de modo que pessoas que vivenciam condições de desvantagem social tendem a sentir os efeitos de crises econômicas e/ou sociais de forma mais intensa. Basicamente, é nisso que consistiria a noção de vulnerabilidade social adotada pelo autor, entendida como o "riesgo o probabilidad del individuo, hogar o comunidad de ser herido, lesionado o dañado ante cambios o permanencia de situaciones externas y/o internas" (*ibdem*, p. 8). Vale ressaltar que, dentro desse entendimento, a vulnerabilidade é tida como um processo multidimensional, e que pode ser analisado considerando níveis distintos (*ibdem*).

Segundo o autor, os contextos de vulnerabilidade podem estar relacionados a realidades de desemprego e inserção laboral precária, de insegurança ou insuficiência quanto ao nível de renda, às dinâmicas demográficas e espaciais locais[10] e a realidades de segregação social (que produzem espaços sociais ou físicos que concentram condições de vulnerabilidade, escassez de recursos, discriminação e preconceitos). Dentro dessas realidades, indivíduos e famílias podem compartilhar sensações de desamparo e fragilidade diante de questões sociais, psicossociais, jurídicas, políticas, culturais, demográficas, dentre outras. De todo modo, a maneira desproporcional como pessoas que vivenciam condições de desvantagem social são afetadas por eventos, tanto de desenvolvimento quanto de crises socioeconômicas, contribui para a reprodução intergeracional de desvantagens e riscos sociais, perpetuando a permanência de grupos específicos em condições de vulnerabilidade social e aumentando a sensibilidade desses a contingências adversas (Busso, 2011).

[10] Fatores como "altas tasas de fecundidad, la maternidad adolescente, el tamaño del hogar, los índices de dependencia, la jefatura de hogar muy joven o muy anciana, la mortalidad infantil, la esperanza de vida y la localización residencial, entre otros indicadores, configuran una situación de desventaja adicional para algunos hogares y grupos de población que contribuyen de forma concomitante con otras variables a producir intra e intergeneracionalmente situaciones de riesgos específicos" (Busso, 2011, p. 6). O autor também pontua que características espaciais podem influenciar no funcionamento da dinâmica populacional e interferir na produção de condições de vulnerabilidade: "La evidencia estadística señala que los hogares expuestos a mayores riesgos tienen en promedio mayores tasas de dependencia, menor esperanza de vida, mayor incidencia de presencia de madres adolescentes solteras y una localización residencial en zonas de mayores riesgos sociales, todos estos factores contribuyen a reproducir y acumular desventajas" (*ibdem*, p. 6). A dimensão espacial da vulnerabilidade é muito bem trabalhada no estudo de Cunha et al. (2004).

De acordo com esse entendimento, o papel das políticas públicas seria o de intervir nos mecanismos de transmissão intergeracional de desvantagens e fortalecer, em uma tradução livre, os recursos educacionais, laborais e patrimoniais dos grupos demográficos mais sensíveis às mudanças sociais do entorno (Busso, 2011, p. 5). As condições de vulnerabilidade, mesmo estando inscritas em contextos macroeconômicos e sociais que contribuem para sua produção, sofrem variações na medida em que recursos internos permitem que sejam traçadas formas alternativas de enfrentamento das consequências de mudanças ou choques externos. Quanto mais diversos, numerosos e flexíveis forem esses recursos, menor será o grau de vulnerabilidade social vivenciado. Dessa forma, as ações que têm como objetivo reduzir níveis de vulnerabilidade teriam mais sucesso na medida em que atuarem no mapeamento dos ativos internos e das estratégias de uso desses recursos, já inscritos na organização social existente, com a finalidade de fortalecê-los e ampliá-los (*ibdem*).

Uma colocação interessante feita por Busso (2001) é que quando falamos de vulnerabilidade, é de se esperar que o que vem a seguir é sobre "o que" se é vulnerável, de modo que os riscos a que se é vulnerável podem apresentar diversas fontes e formas, todas elas possuindo características de reprodução social, sequências temporais e expressões territoriais próprias, o que configura um desafio para o desenho de políticas públicas. O trabalho de Cunha et al. (2004), tomando o caso de Campinas na década de 90, exemplifica como, dentre outras formas, uma realidade de vulnerabilidade social pode ser delimitada por recortes espaciais.

Partindo de uma concepção de vulnerabilidade muito próxima às de Busso (2001) e Carneiro (2005), Cunha et al. (2004) compreendem que o conceito está relacionado às capacidades que indivíduos e grupos possuem de reagir à concretização de determinados riscos. Isso pode depender do grau de acesso a capitais de natureza física, humana e social que essas pessoas possuem, sendo que, entre indivíduos e grupos com condições físicas semelhantes, o capital social constitui um elemento de diferenciação importante. Para os autores, apesar do peso que condições econômicas exercem na configuração da vulnerabilidade, as especificidades de cada realidade só podem ser apreendidas se forem considerados os fatores referentes à realidade social (*ibdem*).

No entanto, o acesso a ativos humanos, físico-financeiros e sociais pode sofrer variações a depender da disposição geográfica de tais recursos. Contextos de segregação socioespacial e de distribuição espacial irregular de serviços públicos podem contribuir para a formação de "zonas de vulnerabilidade" (Cunha et al., 2004, p. 3), ou seja, de áreas onde se localizam

populações mais vulneráveis (*ibdem*, p. 9), como identificado pelos autores na realidade de Campinas[11].

Além da oferta desigual e desproporcional de serviços públicos ao longo de um território, a delimitação geográfica da vulnerabilidade também pode estar associada a fatores como segregação urbana, exposição a diversos tipos de violência, discriminação e preconceito, entre outros (Cunha et al., 2004; Castro e Abramovay, 2005). Castro e Abramovay (2005), por exemplo, expõem relatos de jovens que se perceberam discriminados em entrevistas de emprego pelo fato de residirem em bairros de periferia. Cunha et al. (2004) apontam que, "como se não bastassem as condições precarizadas de moradia, de infra-estrutura (sic), de qualidade ambiental e de propriedade" (*ibdem*, p. 4), os habitantes de regiões marginalizadas ainda carregam consigo o estigma e as chances de desagregação social que o fato de residirem nesses locais lhes confere.

Como a literatura parece sugerir, a ênfase nos ativos e nas estratégias de utilização desses recursos para o enfrentamento de possíveis riscos, mais que nos riscos em si, é uma característica muito presente nas discussões sobre vulnerabilidade social e sobre desenhos de políticas mais adequados para enfrentamento dessas condições (Busso, 2001; Castro e Abramovay, 2005; Cunha et al., 2004; Carneiro, 2005; Oliveira et al., 2019). O conceito de vulnerabilidade positiva, pensado por Castro e Abramovay (2005), é um bom exemplo de aplicação do entendimento da vulnerabilidade a partir da disposição de ativos, na medida em que esses ativos dizem respeito às potencialidades existentes entre sujeitos que vivenciam tais condições.

As autoras, em concordância com os demais que adotam o enfoque da vulnerabilidade, concebem a noção de vulnerabilidade como um processo que diz respeito à sensibilidade diante da concretude de determinados riscos e que pode ser experimentada em diversas dimensões (Castro e Abramovay, 2005). No entanto, elas sugerem que o conceito seja entendido como um elemento em movimento dialético, onde possa ser observada a dinâmica entre o que seriam suas dimensões negativas e positivas. As autoras se referenciam em Vignoli (2001 b) para definir as dimensões positivas a partir das possibilidades oferecidas pelos "recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos" (Vignoli, 2001 b, p. 58). Para que seja

[11] No caso do município, a expansão irregular na mancha urbana, direcionada, principalmente, pelos interesses do mercado imobiliário, contribuiu para a existência de grande quantidade de espaço não ocupados dentro entre o tecido urbano. Dessa forma, a extensão espacial dos serviços públicos não acompanhou as demandas das concentrações urbanas, que se distribuíram forma irregular (Cunha et al., 2004).

possível utilizar os ativos para traçar estratégias de reação criativa aos obstáculos que dificultam a superação de condições de vulnerabilidade são necessárias "ordenações sociais" para que essas estratégias se realizem (Castro e Abramovay, 2005, p. 11). A existência de espaços que promovam o engajamento comunitário e o estreitamento dos laços sociais pode contribuir para que o caráter positivo dessas vulnerabilidades tome forma concreta.

O papel da experiência comunitária na promoção de ativos e na geração do que as autoras denominam como "vulnerabilidades positivas" (*ibdem*, p. 2) se relaciona com a produção de capital social e com o potencial de mobilização coletiva, incluindo as que reivindicam participação em tomadas de decisão. O fortalecimento de redes sociais e afetivas por meio da vivência comunitária contribui para proporcionar uma rede de proteção social, além de nutrir projetos coletivos, criar senso de pertencimento e integrar os sujeitos socialmente, se caracterizando como um importante gerador de ativos de ordem social (*ibdem*; Busso, 2001).

Castro e Abramovay (2005) se ocupam em debater o conceito de vulnerabilidade social entre a população jovem brasileira, com base em dados de pesquisa da UNESCO do início dos anos 2000 (*apud* Castro e Abramovay, 2005). Em particular, as autoras aplicam o conceito de "vulnerabilidade positiva" (*ibdem*, p. 2) à população jovem, considerando suas especificidades em relação ao potencial reativo e criativo face a tais condições.

> Na juventude de hoje, buscas, tentativas por alternativas, críticas como as registradas neste artigo quando reacessando pesquisas da UNESCO, mencionam-se ao lado de indignações, protestos contra preconceitos e injustiças. Em pesquisas na década de 60 era comum a assunção da "culpa": somos pobres porque "somos fracos" ou porque "Deus quis". Hoje, registros de indignação, de crítica às instituições, de reações, não necessariamente positivas, como o escapismo, o recurso à violência, ao envolvimento com o crime, mas reações que trazem implícitas a crítica sistêmica. (Castro e Abramovay, 2005, p. 11)

Dessa forma, o público jovem possuiria especificidades próprias à faixa etária que tornariam as vulnerabilidades positivas ainda mais potentes. Como exemplos, podem ser destacadas as orientações "por novas tecnologias de informação e a vontade de inovar, mudar" (*ibdem*, p. 11). Além disso, a juventude também seria marcada por possuir uma orientação gregária característica, que poderia facilitar a mobilização coletiva com potencial transformador da realidade de vulnerabilidade (*ibdem*).

O enfoque nas vulnerabilidades positivas conduz à percepção das autoras em relação a quais seriam as prioridades de políticas públicas que intencionam promover condições de proteção social entre jovens que experimentam situações de vulnerabilidade. É destacada a

importância de se atentar para enfoques que buscam desestabilizar vulnerabilidades negativas manifestadas nos diversos âmbitos (culturais, políticos, econômicos etc.) e potencializar as positivas, por meio de ações que promovam a solidariedade em torno do bem comum, a formação ética, a manifestação da criatividade de forma livre e o acesso à educação de qualidade, todas elas amparadas por medidas de proteção social (Castro e Abramovay, 2005).

1.2 - A situação de rua entre crianças e adolescentes e sua constituição como uma realidade de vulnerabilidade social

A existência de crianças e adolescentes vivendo nas ruas e espaços públicos se tornou frequente nas regiões centrais das grandes cidades brasileiras, de forma que a recorrência desse fenômeno fez, frequentemente, com que um grupo social caracterizado por essa realidade fosse percebido. A expressão "meninos de rua", por exemplo, foi popularizada no Brasil durante a década de oitenta e era utilizada para fazer referência às crianças e adolescentes que viviam nas ruas das regiões centrais das grandes cidades brasileiras, e carregava o entendimento de que esse grupo, em si, consistia no problema social (Rizzini e Couto, 2019).

Com o passar do tempo, com a ampliação dos entendimentos a respeito do fenômeno, a percepção de que esse grupo consistia em um problema social em si foi gradualmente substituída por abordagens que buscavam a compreensão das origens e dos fatores responsáveis pela ida desses jovens para as ruas. Tais perspectivas passaram a considerar o caráter heterogêneo desse grupo, o que confere individualidades e subjetividades de acordo com a trajetória de cada um, de forma que a condição de vida nas ruas possui apenas um caráter transitório e efêmero, e não é suficiente para servir de definidora do perfil dessa população (*ibdem*).

A partir daí, termos como "em situação de rua", "em condição de rua" e "que vivem nas ruas", foram ganhando espaço nos debates sobre o tema. Em termos gerais, todas essas terminologias fazem alusão a crianças e adolescentes que, embora possam, como é o caso em muitas das vezes, manter algum nível de vínculo familiar e até mesmo um endereço, vive a maior parte do tempo nas ruas, sem a companhia de um adulto responsável, e as têm como um espaço de referência, seja para moradia ou trabalho (*ibdem*).

A novas perspectivas que foram surgindo com ênfase nas origens dos fatores que conduzem crianças e adolescentes a essa situação, associadas ainda à identificação do caráter

heterogêneo dessa população, apontaram para o enfoque da vulnerabilidade social como uma alternativa condizente à realidade do fenômeno, principalmente quando se observa que a vida desses jovens nas ruas frequentemente está associada ao enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários, à deficiência da proteção estatal, à fragilização dos vínculos escolares, ao envolvimento com o trabalho infantil, com práticas de criminalidade, à exposição a exploração sexual e à violência. Essas dimensões passaram a ganhar a atenção de esforços que buscavam compreender como a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua se configurava no país (*ibdem*).

O início desse debate, principalmente em referência ao contexto de países do sul global, remete ao período da segunda metade do século XX, especialmente durante a década de 80, período em que a existência de crianças e adolescentes vivendo no ambiente das ruas era tida como associada direta e essencialmente à realidade de famílias pobres. Essa associação normalmente se sustentava por pressupostos que relacionavam, inevitavelmente, contextos familiares de pobreza às situações de abandono, expulsão ou desligamento dos filhos do ambiente familiar, e que consideravam que a condição de acesso precário a bens e instituições sociais provocada pela realidade de pobreza dessas famílias conduziria inevitavelmente seus filhos às ruas (Rosemberg, 1994, p. 31). As estimativas realizadas na época, que se referiam aos contextos de nações do terceiro mundo, sobre o número de crianças e adolescentes que viviam no ambiente da rua são um exemplo de como esses pressupostos contribuíram para construir uma narrativa estigmatizante sobre a pobreza nos países do sul global, além de produzir números inflacionados e sem correspondência com a realidade do fenômeno a nível local.

Fúlvia Rosemberg (1993) analisa os discursos que sustentam a expressão “de rua”, utilizada durante a década de 1980 para se referir a crianças e adolescentes em condição de pobreza ao redor do mundo. No início da década, em 1981, o UNICEF divulga o que a autora considera ser, muito provavelmente, a primeira estimativa mundial de crianças e adolescentes de rua, em torno de cem milhões, considerando que metade desse número se localizava em países da América Latina. Esse número exageradamente alto não veio acompanhado de descrições metodológicas bem esclarecidas. Além disso, o documento se baseou em uma conceitualização bastante genérica sobre quem seriam as crianças e adolescentes de rua, sendo estes definidos como “descendência de milagres econômicos e tragédias humanas” (Tarçon,

1981 *apud* Rosemberg, 1993, p. 72) e evidenciando uma forte vinculação a determinantes econômicos e familiares.

As demais estimativas no nível mundial do que se denominou crianças e adolescentes de rua, de modo similar, também se fundamentavam em definições imprecisas e não apresentavam esclarecimentos metodológicos suficientes, como fontes dos dados, procedimentos de coleta, justificativa dos cálculos etc. Em 1986 foi lançado o livro de Maggie Black sobre a história do UNICEF, que considerou a situação familiar irregular como uma característica do que se denominou criança de rua, o que veio a fortalecer a ideia de que as dificuldades dessas crianças estariam necessariamente associadas ao arranjo familiar. Na obra, a autora estima um número de 70 milhões de crianças nessa condição ao redor do mundo, sendo que 40 milhões viviam na América Latina. Em 1988, Cássia Landers, também por meio da UNICEF, estimou 30 milhões de crianças de rua ao redor do mundo, sendo metade dessas na América Latina. Para construir sua estimativa, considerou as taxas de mortalidade infantil, taxas de urbanização e de densidade populacional e a estimativa do número de crianças economicamente ativas em áreas urbanas (Landers, 1988, p. 37). Em 1992, dois anos após a adoção da Convenção dos Direitos das Crianças pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o UNICEF divulga "As Crianças das Américas", com uma estimativa bastante imprecisa entre 8 e 15 milhões de crianças e adolescentes de rua e deduções de concentração na América Latina e Caribe (Rosemberg, 1993). A autora problematiza o uso da grande legitimidade que instituições como UNICEF e Anistia Internacional conferem na divulgação de informações generalizantes e catastróficas, com superestimativas e conceitualizações que reforçam estigmas sobre a pobreza em países do sul global, principalmente no que se refere à categoria "de rua", utilizada de forma generalizante para uma multiplicidade de condições de pobreza (*ibdem*).

Em análises sobre crianças de rua no contexto brasileiro da década de 80, foram utilizadas expressões como crianças carentes, trabalhadores infantis, crianças de rua, crianças abandonadas etc., como termos que seriam englobados pela categoria "crianças de rua". Estimativas de instituições e pesquisadores nacionais reproduziam a retórica conceitual de organizações internacionais dos anos 80, com conceitos imprecisos e fundamentações metodológicas insuficientes, resultando em superestimativas e grandes discrepâncias de resultados entre um levantamento e outro. Em 1985, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) havia estimado 7 milhões do que denominou "menores abandonados", e

em 1987, a presidente da instituição chegou a afirmar em entrevista que a instituição estimou a existência no país de 25 milhões de "crianças abandonadas" naquele ano. Diversas outras divulgações que se seguiram, oriundas da mesma instituição, apresentaram incoerências metodológicas e imprecisões conceituais. Em 1988, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua do Brasil (MNMMR) veiculou, por meio de seus instrumentos de imprensa, informações superestimadas que indicavam a existência de 45 milhões de crianças brasileiras em situações que denominou como subumanas, das quais 12 milhões estariam "abandonadas" nas cidades e nos campos e 8 milhões não teriam qualquer vínculo familiar. Três anos mais tarde, em 1991, uma representante do movimento divulgou a estimativa de 7 milhões de crianças de rua vivendo no Brasil, ou seja, uma diferença de 38 milhões em relação ao último valor divulgado pela mesma instituição. Diversas outras imprecisões metodológicas e incoerências de resultados são identificados pela autora no intuito de demonstrar que a categoria generalizante "crianças de rua" levava a análises com resultados inconsistentes e discrepantes (*ibdem*).

Adicionado à frouxidão metodológica, a conceitualização dessa categoria em estudos que tiveram a situação brasileira como foco evidenciaram incompatibilidades com a realidade do país, além de reproduzir e reforçar estigmas relacionados às pessoas pobres no Brasil. Sigamos aos casos apresentados por Rosemberg (1993). Em 1982, o jornal *O Estado de São Paulo* teria publicado um resumo do relatório de uma pesquisa feito pelo UNICEF, onde as crianças e adolescentes enquadrados na categoria "de rua" eram os identificados por terem entre 7 e 17 anos, não trabalhando nem estudando. Dessa forma, várias crianças e adolescentes do sexo feminino, que, por questões culturais de gênero, se ocupavam dos afazeres domésticos, eram incluídas na categoria "de rua". Na continuação da referida matéria do *O Estado de São Paulo* foram apresentados resultados exorbitantes, acompanhados de expressões que conferem dimensão de grandeza, como "aumentaram muito" (*O Estado de S. Paulo*, 18 de julho de 1982 *apud* Rosemberg, 1993, p. 74), porém, sem referências para que esse suposto aumento fosse dimensionado, além das afirmações apresentarem incompatibilidade com os próprios percentuais apresentados (Rosemberg, 1993).

Em 1986, no trabalho de Maggie Black sobre a história do UNICEF, é apresentado o dado de 3 milhões de crianças, 10% segundo o total estimado de crianças pobres no país, cujo local para viver, comer, trabalhar e dormir era a rua, o mercado, os depósitos de lixo, os estacionamentos e construções abandonadas (Black, 1986, p. 367), encontrando-se sem nenhum

tipo de lar ou alguém responsável por seu cuidado, expostos à exploração pelos elementos mais viciosos da sociedade (*ibdem*). Um ano depois, o UNICEF corrige a cifra apontando uma estimativa entre 7 e 10 milhões de crianças, considerando a faixa etária abaixo de 19 anos, que usariam "a maior parte do seu tempo trabalhando ou vagando pelas ruas da Nação" (UNICEF, 1987 *apud* Rosemberg, 1993, p. 74). A despeito da discrepância dos valores apresentados em um intervalo de apenas um ano e da definição conceitual vaga e generalizante, os números elevados dispostos pelas estimativas corroboram com a pintura de um quadro catastrófico da realidade de crianças pobres no Brasil, limitando o foco das atenções públicas e da sociedade civil a algumas manifestações específicas dentro das diversas formas possíveis onde a pobreza na infância pode tomar corpo. Juntamente à dimensão epidêmica do fenômeno, essas estimativas e conceitos apresentavam "uma descrição anedótica do que seria o comportamento típico dessa criança e de sua família" (Rosemberg, 1993, p. 75).

A autora (*ibdem*) identifica que a retórica utilizada para descrever e analisar situações de pobreza nos anos 80, a mesma que fundamentou o estabelecimento da expressão "crianças de rua" no mesmo período, corroborava com o reforço de estigmas sobre pobreza e violência no Brasil. A partir de afirmações imprecisas que generalizavam contextos de pobreza, associando-os a situações extremas que não representavam a realidade, trabalhos assim fundamentados intensificavam a caricatura que se colocava sobre o Brasil, de forma similar ao que era feito em relação a diversos países do sul global, como o país da exploração sexual, da violência e da delinquência. Dois trechos de trabalhos produzidos durante a referida década, colocados por Rosemberg (1993), exemplificam o potencial estigmatizador dessa retórica:

> Neste exato momento, milhões de crianças no Brasil estão vivendo nas ruas e enfrentando grande sofrimento. Frequentemente, filhos de filhas de famílias pobres, geralmente tendo pais dependentes de drogas (chemically dependent). Podem ter sido abandonadas ou deixado suas casas por diferentes razões. Nas áreas mais pobres do país, como no Nordeste, podem ter sido vendidas para a prostituição. Também podem ter sido abusadas em suas casas e fugido. (Olmena, 1989 *apud* Rosemberg, 1993, p. 75)

> Muitas personalidades já relataram o que acontece aos menores abandonados no Brasil. Trinta milhões segundo alguns, 32 a 36 conforme outros. Os rapazes se tornam **naturalmente** delinquentes (roubo, assalto, ataque a idosos etc.) e as meninas são prostitutas com pouca idade (Federação Internacional dos Direitos Humanos e Associação Internacional de Juristas Democratas, 1987 *apud* Rosemberg, 1993, p. 75, grifo da autora).

Em conclusão, Rosemberg (1993) compreende que essa retórica, adotada no nível global e incorporada pelas gestões nacionais dos países do sul global, com ênfase aqui para o caso do Brasil, corroborou para que o auxílio a países de Terceiro Mundo atingisse proporções

industriais, orquestrado como uma arte política. A orientação política dessa retórica buscava "maximizar a influência de seus valores na opinião pública; maximizar o apoio da opinião pública (votos para os partidos, arrecadação de fundos para as agências); maximizar sua respeitabilidade e 'força de alavanca'" (Rosemberg, 1993, p. 78). Essa retórica também alimentou crenças equivocadas como a de que as "raízes da pobreza dos países do terceiro mundo residiam no próprio terceiro mundo" (*ibdem*, p. 78).

Além das proporções globais das barreiras colocadas por esse discurso, em termos locais, seus impactos incidem diretamente sobre a vida de crianças e adolescentes em situação de rua. As verbas internacionais que são destinadas ao público denominado criança de rua, conceitualizado de forma pouco fiel à realidade brasileira, limitam o direcionamento do recurso para crianças que vivenciam contextos de maior vulnerabilidade que os especificados, ou despende um valor muito alto para demandas de vulnerabilidade extremas, mas que ocorrem com pouca frequência, limitando o gasto com demandas menos urgentes, porém bem mais frequentes. A adoção dessa retórica também pode gerar equívoco nacional na elaboração de políticas públicas pela identificação errônea de crianças e adolescentes empobrecidas como crianças de rua ou outros equívocos conceituais que têm implicações diretas no planejamento de gestão (Rosemberg, 1993). O elemento catastrófico desse discurso também influi diretamente no engajamento em propor soluções concretas e imediatas que auxiliem esse contingente de crianças e adolescentes. O problema é apresentado com tamanha dimensão de desastre, que não se torna possível visualizar soluções além de uma transformação estrutural da sociedade brasileira por via de uma revolução que extinga a miséria no país. Enquanto uma solução universal para o fenômeno estereotipado das crianças de rua não era encontrada, o desenvolvimento de estratégias práticas que atingiriam diretamente a vida desses jovens, na forma de uma busca por soluções pontuais para formas específicas de manifestação da pobreza urbana, deixavam de receber o devido engajamento. O fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua, em suas especificidades, seria uma dessas formas.

> A identificação pobreza/criança de rua constituem a manifestação de uma forma específica de expressão da pobreza urbana, em muitos casos temporária e sobre a qual se dispõe de poucos conhecimentos. (Rosemberg, 1993, p. 79)

Rosemberg (*ibdem*) aponta que a retórica dos anos 80 que fundamentava a adoção da expressão crianças de rua poderia ser geradora de efeitos nefastos como a naturalização de contextos de violência, abusos e de condições precárias de sobrevivência e a estigmatização de

famílias, crianças e adolescentes pobres gerando, consequentemente, a interferência negativa desses estigmas nas condições práticas de existência dessas crianças e adolescentes em situação de rua.

> A imagem de adolescentes pobres que tem alimentado nosso imaginário vem associando os homens à violência, criminalidade, drogadição e abuso sexual; as mulheres à promiscuidade sexual, prostituição e abandono de filhos. Triste trópico! (Rosemberg, 1993, p. 79)

O trabalho de Rosemberg (*ibdem*) apresenta, assim, tensões, incongruências e limitações em torno da retórica que cunhou o termo "de rua" para tentar se referir a crianças e adolescentes que vivenciam o fenômeno da situação de rua. Tal retórica acabou por produzir efeitos generalizantes e incompatíveis com as realidades nacionais de países do sul global, onde o Brasil se inclui, tendo sido algumas vezes apontado como o país com maior densidade demográfica desse fenômeno na América Latina. A autora faz indicações a modelos que levam em consideração a "pluralidade de modos de organização das famílias pobres, dos relacionamentos entre pais e filhos em famílias empobrecidas" (*ibdem*, p. 76) e a modelos que identificam formas diferentes de crianças e adolescentes vivenciarem o fenômeno da rua, como no caso das categorias "meninos na rua" e dos "meninos de rua"[12]. Termos *guarda-chuvas* (Frangella, 2009), ou generalizantes, não são suficientes para abarcar a complexidade do fenômeno da situação de rua como um todo, que é composto pela particularidade das trajetórias individuais em interação com a organização social local.

Em contrapartida à limitação teórica estabelecida pela centralidade na noção de pobreza, essencialmente associada à concepção econômica, em uma busca alternativa de compreensão do fenômeno surgem trabalhos que se propõem a abordá-lo a partir do enfoque da vulnerabilidade (Gontijo e Medeiros, 2009; Rizzini e Couto, 2019; Schwonke et al., 2009). Com isso, o crescente interesse na compreensão das origens e dos fatores responsáveis pelo direcionamento desses jovens às ruas, elementos de natureza social, cultural e histórica passaram a ser considerados em suas relevâncias na configuração da situação de rua entre crianças e adolescentes, desvinculando a associação supostamente inevitável entre o fenômeno e a existência de famílias pobres.

[12] Os primeiros seriam os que permanecem temporariamente na rua, mas possuem vínculo familiar, enquanto os segundos seriam "os que permanecem na rua e que perderam, parcial ou totalmente, o vínculo familiar" (*ibdem*, p. 76). Segundo a autora, essa distinção só começou a ser pensada ao final da década de 80 (Rosemberg, 1993).

O balanço bibliográfico realizado por Rizzini e Couto (2019) aponta para uma tendência dos pesquisadores de se distanciarem de perspectivas homogeneizadoras sobre esse grupo ou da utilização de tipificações restritas que não abarcam a complexidade do fenômeno, partindo, primeiramente, do entendimento de crianças e adolescentes em situação de rua como "como sujeitos de direitos que se desenvolvem em contextos de extrema pobreza e vulnerabilidade" (*ibdem*, p. 117). A partir daí, surgem estudos que trabalham a realidade de vulnerabilidade vivenciada por esse público com recortes em diferentes aspectos, em resposta à identificação de um fenômeno multidimensional.

1.2.1 - Família

A consideração de como a realidade de vulnerabilidade afeta as relações familiares, por exemplo, frequentemente relacionada a questões de precariedade de renda e ao enfraquecimento de vínculos afetivos (Silva e Avelar, 2004), é de extrema importância quando os vínculos familiares são considerados como os fatores mais relevantes na descrição de crianças em situação de rua (Neiva-Silva, 2003). O contexto de vulnerabilidade em que os vínculos familiares desses jovens estão imersos é comumente marcado "pela violência, pela carência material e afetiva, por ameaças na comunidade, pela perda de parentes, pelo uso de drogas e pelo trabalho infantil" (Rizzini e Couto, 2019, p. 110).

Nesse âmbito, os trabalhos apontam para configurações familiares muito diferentes do modelo nuclear (Silva e Avelar, 2004), com rearranjos que incluem divórcios, abandono parental (principalmente pelo lado paterno), família monoparental frequentemente chefiada pelas mães (Paludo e Koller, 2008) e recasamentos, todas essas situações com bastante recorrência. Além disso, os contextos familiares dessas crianças aparecem frequentemente permeados por histórias de abuso físico e sexual, o que pode, em alguns casos, fazer com que o ambiente familiar, além de padecer o efeito de condições de vulnerabilidade, também se torne uma fonte de aspectos vulnerabilizantes (*ibdem*).

Ainda assim, a família persiste sendo uma importante rede de pertencimento para esses jovens, sendo que "a existência de crianças nas ruas não implica a inexistência da família" (*ibdem*, p. 42). A relação com a família aparece como um indicador básico para caracterizar o nível de complexidade, não só de crianças e adolescentes em situação de rua, mas também das demais pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, nos critérios da Proteção Social Especial (PSE) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir da Tipificação

Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009). Famílias e indivíduos que possuem seus direitos violados, mas ainda possuem, em certa medida, seus vínculos familiares preservados, são considerados alvos dos serviços de média complexidade, enquanto famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça e precisam ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário são enquadrados como casos de alta complexidade, e possuem a necessidade de serem atendidos por serviços de proteção integral (MDS, 2009).

No caso de crianças em situação de rua, a família é frequentemente mencionada como um dos principais fatores a serem considerados na caracterização desses jovens (Paludo e Koller, 2008). Na maior parte dos casos, as crianças e adolescentes que vivem na rua não estão em completa situação de abandono, geralmente mantêm ao menos um ponto de referência em relação ao grupo familiar (*ibdem*, p. 43). A crença de que laços estáveis no ambiente familiar, por si só, levariam ao distanciamento da criança ou do adolescente do ambiente da rua como um local de moradia ou trabalho, não leva em consideração os diversos outros fatores que podem estar associados ao grau de integração social e a condições de vulnerabilidade. Por mais que a natureza dos vínculos familiares tenham um peso muito grande na configuração de uma situação de vulnerabilidade, a depender do grau de estabilidade desses vínculos e de demais fatores de vulnerabilidade relacionados, a família pode sofrer interferências negativas no seu potencial preventivo da situação de rua entre crianças e adolescentes. Por isso, alguns autores, como Paludo e Koller (2008), consideram falaciosa a ideia de que esses sujeitos, por estarem na rua, não possuem família, pois se possuíssem estariam em casa. Estudos como esses identificam que a família está presente na realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, e é adequado analisar esse âmbito levando em consideração os fatores de vulnerabilidade que o cercam.

> A violência, a pobreza, a adversidade, os problemas sociais, afetivos e econômicos parecem ter um importante papel na dinâmica e na configuração das famílias dos jovens em situação de rua. (Paludo e Koller, 2008, p. 42)

Gontijo e Medeiros (2009) abordam o aspecto da família pela perspectiva de Castel (1994) sobre vulnerabilidade e desfiliação e sobre como os modos de existência social são determinados. Como apresentado anteriormente sobre o autor, Castel (1994) considera que as condições de vida social de um indivíduo ou grupo, ou seja, as condições de existência social, se relacionam com o grau de integração na estrutura social, por meio do trabalho e da inserção relacional. Como fundamento dessa proposta teórica, o acesso ao trabalho representa uma forma

privilegiada de inscrição na estrutura social, enquanto a inserção relacional aponta para a inclusão social que acontece por meio dos vínculos estabelecidos com grupos familiares e sociais. A partir da associação entre esses dois eixos são estabelecidas as quatro zonas de integração social de Castel (1994): as zonas de integração, de assistência, de vulnerabilidade e de desfiliação (*ibdem*).

A partir dessa perspectiva, a vulnerabilidade social é definida, fundamentalmente, em função do nível de precarização dos vínculos associados à integração no mercado de trabalho e à inserção relacional e, por sua vez, a desfiliação social seria uma realidade de vulnerabilidade experimentada em níveis mais intensos. Fundamentados dessa forma, Gontijo e Medeiros (2009) entendem a realidade de crianças e adolescentes vivendo nas ruas como o resultado da precarização da inserção na estrutura social, podendo constituir tanto uma conjuntura de vulnerabilidade quanto, em níveis mais severos, configurarem situações de desfiliação.

No caso de crianças e adolescentes, a família é um dos principais aspectos que compõem o eixo da inserção relacional e onde são estabelecidos vínculos fundamentais para que o indivíduo se insira em outros grupos mais amplos. Os autores identificam que, no contexto brasileiro, o papel integrador exercido pelo grupo familiar se depara com barreiras para seu cumprimento que estariam relacionadas ao enfraquecimento do eixo do trabalho, como em situações de miséria e pobreza, de baixa distribuição de renda e desemprego (*ibdem*).

Contextos familiares de inserção relacional precária podem fazer dos lares espaços de "privação, esgarçamento dos laços de solidariedade, de vazio e instabilidade" (*ibdem,* p. 470). Isso pode contribuir para o direcionamento desses jovens de forma precária ao universo do trabalho, de modo que os autores chegam a afirmar, a partir de Sarti (1995), que o trabalho infantil faz parte do padrão cultural em que as famílias pobres são socializadas, e isso faz com que essas crianças e adolescentes tenham, desde muito cedo, contato com o universo da rua, pois seria onde começariam a se envolver em atividades de trabalho. O estado de vulnerabilidade que advém da relação estabelecida com o eixo do trabalho e que se instala no contexto das famílias por meio do desemprego, da precarização do trabalho e de suas consequências na estrutura familiar, segundo os autores, acabaria "por determinar a saída para a rua de muitas crianças e adolescentes, que caminham rumo à desfiliação" (Gontijo e Medeiros, 2009, p. 471).

Além dos desafios associados ao enfraquecimento do eixo do trabalho, algumas transformações na estrutura familiar podem enfraquecer o impacto que esta exerce no eixo da

inserção relacional. Nesse ponto são incluídas famílias com composição monoparental, em sua maioria chefiadas por mulheres e com baixa renda per capta. Dessa forma, mesmo estando inseridas no ambiente familiar, a criança e/ou o adolescente podem experimentar realidades de desfiliação social advindas da experiência de desfiliação já vivenciada pelo grupo familiar (*ibdem*).

Como apontado anteriormente, o contexto familiar pode ainda ser fonte de situações vulnerabilizantes e caminhar em direção contrária ao seu papel originalmente integrador, como identificada pelos autores (Paludo e Koller, 2008; Carneiro e Medeiros, 2009; Rizzini e Couto 2019). Em muitos casos, é no ambiente familiar que crianças e adolescentes experimentam situações de abuso e violência, enfrentam consequências advindas da relação de uso abusivo de álcool e drogas por parte dos pais ou responsáveis e até mesmo iniciam o uso dessas substancias em função do próprio contexto do lar. Elementos como esses podem servir de fator motivador para o direcionamento à rua (*ibdem*). Dessa forma, assim como a inserção relacional em um ambiente familiar saudável pode servir de apoio para a integração do jovem em outros grupos da sociedade, a exposição a elementos vulnerabilizantes dentro do ambiente familiar pode direcionar o jovem a contextos que o expõem a uma amplitude crescente de riscos.

No quadrante da assistência, seguindo o espectro de formas de existência social proposto por Castel (1994), estariam as crianças e adolescentes servidas por medidas de proteção que utilizam estratégias de integração social que vão "desde a orientação dos pais ou responsáveis, até a colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, perpassando pela inclusão em programas comunitários ou em abrigos" (Gontijo e Medeiros, 2009, p. 471). A inserção relacional promovida pelas medidas de proteção inibe a precipitação da existência social desses jovens na zona de vulnerabilidade. Por outro lado, as crianças e adolescentes que não são integradas nem no núcleo familiar, nem no trabalho[13] e que escapam do alcance da assistência institucional vivenciam o grau mais intenso de vulnerabilidade, que se configura em uma situação de desfiliação.

[13] "Conforme o Art. 7º, XXXIII, CF/88 e o Art. 403, CLT, a idade mínima para ingressar no mercado de trabalho brasileiro é 16 anos, exceto na condição de aprendiz, que pode iniciar a trabalhar a partir dos 14 anos. Logo, pessoas menores de 14 anos que exercem atividade laboral, estão em situação de trabalho infantil." (<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/trabalho-infantil>> Acessado em 26/02/2022.) Sendo assim, idealmente, crianças com menos de 14 anos já seriam impossibilitadas de trabalhar e o rompimento dos vínculos com o grupo familiar já as inseriria na zona de assistência, quando estão servidas pela assistência institucional.

Embora inicialmente a rua possa ter significados de liberdade e autocontrole, se contrapondo às condições de privação econômica das famílias e das fragilidades enfrentadas no contexto dos vínculos domésticos, a rua pode passar a ter significações contraditórias que se relacionam ao medo da violência e das privações de elementos básicos para a sobrevivência após um processo de desilusão experimentado cotidianamente no decorrer do percurso desses jovens nesse ambiente. Mesmo quando os vínculos relacionados aos eixos da inserção relacional e do trabalho não estão totalmente rompidos, a experiência diária no ambiente das ruas é marcada por elementos que corroboram com o agravamento das condições de vulnerabilidade desses jovens. Como exemplo desses elementos, Gontijo e Medeiros (2009) identificam a exposição à violência e ao consumo de drogas, a ausência de vínculos em estruturas portadoras de sentido, a criação de vínculos frágeis no contexto da rua, que não possuem um projeto comum sustentado por um sentido compartilhado, além das reações sociais de discriminação.

Gontijo e Medeiros (2009) encontram na perspectiva da vulnerabilidade uma forma de abordar o fenômeno compatível com seu caráter dinâmico, o que, no entendimento dos autores, não ocorreria com o enfoque da exclusão social. Este, tem como referência o aspecto da falta, e traz limitações no entendimento das especificidades de cada caso. E, como demonstrado, a interpretação do fenômeno por meio da proposta de Castel (1994) sobre vulnerabilidade e desfiliação permite a identificação de um processo em movimento, em função dos graus particulares de inserção relacional e econômica.

> (...) entender estas situações em termos de processos de vulnerabilidade e desfiliação nos permite uma visão mais dinâmica da existência e formas de vida dessas crianças e adolescentes. (Gontijo e Medeiros, 2009, p. 473)

1.2.2 - Comunidade e Instituições de Acolhimento

Como foi dito anteriormente, como um dos eixos que definem a existência social de um indivíduo ou grupo, de acordo com o enfoque de Castel (1994), a inserção relacional pode ser entendida como os "vínculos que os sujeitos estabelecem com os grupos familiar e social, mais próximos, que configuram a percepção de pertencer a uma determinada comunidade" (Gontijo e Medeiros, 2009, p. 468). Dessa forma, além de relações de trabalho fragilizadas, a incapacidade de conseguir um lugar de estabilidade no pertencimento comunitário também contribui para o encaminhamento do sujeito ao processo de vulnerabilização rumo à desfiliação (*ibdem*).

Como uma realidade de vulnerabilidade social, multidimensional, que demanda olhares para diversos planos (Castro e Abramovay, 2005), a situação de rua entre crianças e adolescentes é passível de ser abordada a partir de diferentes unidades de análise. O nível comunitário, além do individual e do domiciliar, é uma dessas possibilidades de unidades de análise, considerando que a comunidade integra indivíduos e grupos familiares a contextos sociais mais amplos.

A realidade comunitária pode exercer diversos efeitos que corroboram na composição de uma conjuntura de desvantagens sociais na vida de indivíduos e famílias que já vivenciam situações de vulnerabilidade nos mais variados âmbitos. A discriminação em relação à origem do sujeito associada a comunidades marginalizadas, periféricas, por exemplo, pode ser a manifestação de um desses efeitos. Regiões periféricas, que comumente concentram comunidades que vivenciam situações de desvantagem social, frequentemente já enfrentam, por sua vez, aspectos relacionados à não oferta ou à oferta insuficiente de serviços básicos, o que confere à vulnerabilidade social uma localização espacial. Essas regiões ainda servem de base para legitimar estigmas que dificultam a integração social por meio, por exemplo, do mercado de trabalho (Castro e Abramovay, 2005).

Além dos elementos associados à produção de estigmas fundamentados na localização espacial de comunidades marginalizadas, o âmbito comunitário aparece como decisivo na configuração de uma realidade de vulnerabilidade entre jovens no que se refere à aquisição de capital social. Estar inserido em uma rede de proteção social, ter acesso à uma educação que promova a autonomia crítica e criativa, aprender acolher a diversidade e reconhecer o direito do outro, ter parâmetros éticos para a convivência em sociedade e para a resolução de conflitos como alternativas à linguagem de violência, compartilhar de projetos coletivos e se sentir parte de uma coletividade, “tecer utopias, ir além do imediato, da obrigatoriedade de ser feliz, de gozar nos termos da sociedade de consumo e de espetáculo” (Castro e Abramovay, 2005, p. 11), todos esses aspectos passam pela inserção comunitária do jovem e têm grande peso na configuração de uma realidade de vulnerabilidade social.

As relações comunitárias, que podem ser entendidas como fontes de capital social, servem como ferramenta de proteção social e como elemento de uma vulnerabilidade positiva, servindo de amparo para a garantia de direitos básicos e permitindo o reconhecimento social e o autorreconhecimento desses jovens como sujeitos de direitos e como participantes ativos de transformações sociais (Castro e Abramovay, 2005). A experiência em comunidade pode servir

como forma de criação de uma identidade coletiva e de fortalecimento das redes sociais e afetivas (Castro e Abramovay, 2005; Costa, 2007; Rosa, 2017). Particularmente entre os jovens, sua "orientação gregária" (Castro e Abramovay, 2005, p. 12), ou seja, a tendência que possuem de se ajuntarem em grupos para afirmação de identidade, se por um lado pode contribuir para embasar práticas violentas e comportamentos de risco, por outro permite que os jovens se eduquem, se apoiem e construam vínculos de solidariedade entre si (*ibdem*).

No que se refere à relação de crianças e adolescentes em situação de rua com seus pares, frequentemente se observa a formação de pequenos grupos, com organização, hierarquia e vocabulários particulares, que contribuem para o desenvolvimento de mecanismos próprios de proteção e da capacidade adaptativa frente a situações adversas. Cerqueira-Santos (2004) identifica a tendência que meninos e meninas que vivem nas ruas possuem de andarem em grupos conhecidos e coesos como parte do que chamou de "cultura de rua" (*ibdem*, p. 38), sendo que esses grupos exercem influência fundamental da formação e no desenvolvimento desses jovens (*ibdem*).

Um desdobramento do reconhecimento do papel comunitário de proteção social de crianças e adolescentes é a ênfase que o ECA faz a respeito do papel da comunidade, além da família, da sociedade em geral e do poder público em assegurar direitos fundamentais, como o direito à vida, à alimentação, à saúde e à educação, e inclui também entre eles o direito à convivência familiar e comunitária. Ou seja, esses dois âmbitos de integração social (familiar e comunitário) da criança e do adolescente são direitos apontados pelo Estatuto que devem ser assegurados por agentes de proteção social desses jovens.

> (...) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Quando essas crianças e adolescentes vivenciam vulnerabilidades relacionadas à situação de rua, que frequentemente dispõe de vínculos familiares e comunitários fragilizados, a assistência institucional acaba exercendo a função de suprir, pelo menos em parte, a carência deixada pela precariedade desses vínculos. Gontijo e Medeiros (2009) ressaltam que crianças e adolescentes em situação de rua frequentemente têm sua integração social e comunitária intermediada pela assistência prestada por instituições e localiza sua existência social na zona de assistência (Castel, 1994), onde "é possível um estado de dependência segurada e integrada"

(Gontijo e Medeiros, 2009, p. 471). A intermediação institucional é apontada pelos autores como uma realidade frequente que se coloca entre a passagem da zona de vulnerabilidade para a zona de desfiliação de crianças e adolescentes em situação de rua (*ibdem*).

Quando há a violação de direitos básicos, incluindo o da convivência familiar e comunitária, o Estado toma o espaço na implementação de medidas protetivas baseadas em estratégias como a orientação de pais ou responsáveis, a inclusão em programas comunitários ou em abrigos e até mesmo medidas como a colocação da criança ou do adolescente em famílias substitutas. Em relação a crianças e adolescentes em situação de rua, especificamente, são observadas com maior frequência iniciativas que buscam a prevenção da busca pela rua como uma alternativa entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ações que se demonstram ainda bastante incipientes para a urgência do fenômeno (Gontijo e Medeiros, 2009).

Além do âmbito da família, a participação em instituições e programas de assistência é apontada como um dos principais fatores a serem considerados como uma característica compartilhada por crianças e adolescentes em situação de rua (Santana et al., 2005). As instituições de acolhimento e de assistência, como um dos formatos das medidas de proteção social voltadas para esse público, ocupam um espaço considerado fundamental no cotidiano desses sujeitos (Rizzini e Couto, 2019; Santana et al., 2005), e têm suas atuações voltadas principalmente para a reinserção social, a garantia de direitos fundamentais e o fornecimento de condições básicas de sobrevivência, além de constituírem espaços privilegiados para o exercício de acolhimento, escuta e respeito (Rizzini e Couto, 2019, p. 111). Esses equipamentos, assim como seus funcionários, estão frequentemente presentes na vida das crianças e adolescentes em situação de rua e desempenham um importante papel no fornecimento de condições mínimas para sua sobrevivência e desenvolvimento, além de comporem de forma significativa a rede social e afetiva desses jovens (Santana et al., 2005).

As instituições de atendimento possuem utilizações diversas no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua, sendo que essas utilizações apontam para as significações que esses sujeitos atribuem a esses espaços de acolhimento e assistência e permitem compreender como a interação com a assistência institucional permeia de forma íntima seu cotidiano e são utilizadas como referência para organização da rotina da vida desses jovens, em contraste com

a irregularidade diária presente no ambiente das ruas.[14] As instituições de acolhimento podem ser acionadas no cotidiano dessas crianças e adolescentes para utilizações diversas, como a obtenção de alimento e vestuário, o acesso a um espaço para dormir, para realizar a higiene pessoal e o cuidado com a saúde, para práticas de entretenimento e lazer e de atividades pedagógicas e de ensino. Além disso, esses locais podem ser buscados como forma de se proteger diante da violência e abusos aos quais esses sujeitos são expostos no ambiente da rua, de buscar tratamento para uso abusivo de substâncias psicoativas, formação profissionalizante ou podem apenas ser utilizados como espaços para cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes que cometeram atos infracionais, neste caso, sem necessariamente estarem vinculados à instituição em busca voluntária por alguma utilização específica (Santana et al. 2005).

A atribuição de objetivos institucionais aos olhos dos adolescentes atendidos, complementando as significações que essas instituições possuem no cotidiano desse público, pode estar relacionada à retirada da criança e/ou o adolescente do ambiente da rua, mais como uma oportunidade de saída temporária deste espaço e menos como uma reinserção social desse jovem (o principal objetivo institucional), como um local que tem como objetivo fornecer condições para a realização de atividades cotidianas (como práticas de higiene pessoal, cuidado com a saúde, entretenimento, lazer e dormir), ou como um espaço que visa oferecer acolhimento, no sentido de proteção, frente aos perigos existentes, especialmente os que são característicos do ambiente da rua. A atribuição de objetivos institucionais por parte dos alunos pode estar associada ainda a aspectos que não passam pelas atribuições reais das instituições de acolhimento, como o objetivo de promover o ensino, que seria papel das instituições de ensino básico, e o objetivo de tratar o uso abusivo de drogas (*ibdem*). Um aspecto interessante que Santana et al. (2005) apresentam em seu estudo sobre o contexto de Porto Alegre, já em 2005, é o reconhecimento, por parte do público atendido, da organização da atenção institucional no formato de uma rede integrada, em razão de um dos objetivos institucionais apontados em sua investigação ser o de propiciar encaminhamentos para outras instituições que prestam os serviços demandados.

[14] Santana et al. (2005) identifica na descrição detalhada da rotina de uma instituição de acolhimento, por parte de um dos adolescentes atendidos, uma sinalização para a importância atribuída ao estabelecimento de uma rotina diária nessas instituições para o referenciamento desses jovens diante do ambiente conturbado das ruas, representando uma possibilidade de constância e sendo avaliada positivamente pelos usuários (*ibdem*, p. 141).

1.2.3 - Educação e vínculos escolares:

As crianças e adolescentes em situação de rua compartilham um tipo específico e intenso de vulnerabilidade que pode ser explicativo para as diferenças no acesso à escola destas quando comparadas com as demais, e a análise da influência dessa condição no percurso educacional de crianças e adolescentes pode contribuir bastante para qualificar o debate sobre o acesso à educação (Ferreira et al., 2010).

A relação de crianças e adolescentes em situação de rua com o ambiente escolar sofre variações na medida da heterogeneidade desse público. Por exemplo: a situação das crianças e adolescentes que vivem em abrigos ou casas de acolhimento, ou das que exercem atividades laborais nas ruas durante o dia, mas à noite retornam para suas casas tende a ser bem diferente da de crianças que não possuem o amparo social, mesmo que em baixo grau, das famílias ou de instituições de acolhimento. E entre aquelas, a ida para a escola aparece de maneira mais frequente, principalmente quando a assiduidade no ambiente escolar se trata de condição para manter o vínculo a programas governamentais de distribuição de renda (Rizzini e Couto, 2019).

Esse exemplo aponta para o fato de que, como sugere a literatura (Ferreira et al., 2010), a falta de acesso ao capital econômico, cultural e social, é prejudicial para o acesso à educação. Crianças e adolescentes em situação de rua, como sujeitos que têm a realidade atravessada por situações socioeconômicas de vulnerabilidade, têm as suas possibilidades de escolarização limitadas (Rizzini e Couto, 2014). Além da própria influência negativa da situação de rua na vida de crianças e adolescentes nessa condição, a fragilidade ou consolidação dos vínculos escolares, como em toda constituição de uma realidade de vulnerabilidade social, pode estar relacionada a dimensões como envolvimento com trabalho, idade, gravidez na adolescência e a localização em determinadas regiões (Ferreira et al., 2010, p. 465).

O trabalho de Ferreira et al. (2010), realizado com crianças e adolescentes em situação de rua em 20 cidades de Minas Gerais aponta para uma conclusão que pode se distanciar do que comumente seria esperado. Apesar da imersão em uma realidade de vulnerabilidade social, a maior parte (75%) das crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas declarou estar frequentando a escola. Essa probabilidade alta de frequência desse público à escola apontaria para uma demanda e um esforço das crianças e adolescentes, e

mesmo de suas famílias, em garantir a escolaridade, o que iria contra a um senso comum que entende que grupos mais vulneráveis valorizariam pouco a educação dos filhos.

Mesmo com um percentual que abrange ¾ desse público, se formos colocar em comparação com a média geral brasileira da frequência de crianças e adolescentes à escola, fica bem evidente a influência negativa das condições adversas da situação de rua na escolaridade desse público. Conforme o Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015, elaborado pelo INEP, a taxa de frequência à escola da população de 6 a 14 anos em 2007 — ano em que foram recolhidos os dados da pesquisa de Ferreira et al. (2010) — era de 97% (IBGE), enquanto a população de 15 a 17 anos era de 82,1%. Diante disso, percebemos uma diferença no percentual de crianças e adolescentes em situação de rua que declararam estar frequentando a escola, em relação ao público geral nessa faixa etária.

Apesar do alto percentual de crianças e adolescentes em situação de rua que declararam frequentar a escola, essa frequência, assim como o grau de aproveitamento escolar pode ser restringido ou ampliado por um conjunto de fatores de caráter principalmente comunitário, que podem estar relacionados a elementos como "o capital social das famílias, maternidade ou paternidade precoce, jornada de trabalho, situação familiar e de moradia e, muito fortemente, idade" (Ferreira et al., 2010, p. 485), sem se limitar mais diretamente a dimensões econômicas.

Um sinal de que a declaração de frequência à escola pode significar pouco quanto ao aproveitamento e ao grau de coesão dos vínculos escolares pode ser identificado no trabalho de Abdelgalil et al. (2004), que foi realizada em Aracaju, no ano de 2002. A pesquisa contou com a participação de cinquenta e oito crianças e adolescentes em situação de rua, todas entre 6 e 16 anos, com média de idade de 13 anos. Apesar da maioria das crianças e dos adolescentes ter declarado frequentar a escola, os autores pontuam que muitos deles não conseguiram nem mesmo ler o formulário de consentimento para participação da pesquisa.

Há ainda fatores "territoriais, estruturais e contextuais" (Ferreira et al., 2010, p. 486) que podem gerar diferenças na força dos vínculos escolares. Os autores identificam que a influência desses fatores elencados (capital social das famílias, maternidade ou paternidade na adolescência, muitas horas de trabalho, condição familiar, de moradia, idade etc.) na

relação dessas crianças e adolescentes com a escola pode ser potencializada, particularmente no contexto dos municípios metropolitanos. Essa observação do trabalho dos autores pode ser interpretada de uma maneira que vai ao encontro do que Cunha et al. (2004) escrevem a respeito da formação das "zonas de vulnerabilidade" (p. 3), como fruto de contextos de segregação socioespacial e distribuição espacial irregular da atenção pública e que contribuem para um processo de acúmulo de desvantagens (Sampson e Laub, 1997).

Em contrapartida, a análise de Ferreira et al. (2010) indica possíveis formas de intervenção sobre a escolarização no contexto de vulnerabilidade específico da situação de rua entre crianças e adolescentes. Mesmo em condições fortemente adversas, os autores chegam à percepção de que intervenções governamentais como o programa Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), assim como demais programas de redistribuição de renda têm efeito bastante significativo e estão associados ao aumento da probabilidade de escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua, contrapondo a ideia de que "as ações que lidam com situações fortemente adversas seriam pouco efetivas ou estariam 'enxugando gelo'" (*ibdem*, p. 486).

Uma outra discussão que aparece quando o assunto é a realidade educacional de crianças e adolescentes em situação de rua é a respeito da frequente incompatibilidade do sistema educacional com os aspectos particulares da vivência nas ruas. Autores que discorrem sobre essa problemática entendem que seria necessário alterar a organização, a estrutura e as relações das escolas para que estas venham se adequar melhor à realidade desse grupo populacional em específico (Silva, 2005; Godinho 2015).

Silva (2005) é uma dessas autoras que entende que a escolarização, por mais que se trate de um dos principais direitos civis conquistados no Brasil, não é uma realidade efetiva principalmente entre o público de meninos e meninas pobres e, especialmente para os que vivem nas ruas, nem sempre o acesso a escolarização é um direito possível de ser acessado. A autora entende que a forma de estruturação e de organização das escolas em torno dos mecanismos de seriação, de seletividade e de avaliação reproduzem aspectos que reforçam a desigualdade da sociedade de classes. Isso aconteceria pelo esforço do sistema educacional em selecionar um padrão específico de aluno, o aluno médio, desconsiderando aspectos pessoais, vivências e histórias particulares de vida, que poderiam ser tidas como

base para o trabalho de ensino. Todo esse processo, segundo a autora, acaba reforçando a discriminação, rotulando e excluindo esse público (*ibdem*).

A autora propõe que uma interação entre o universo da rua, no caso dos meninos e meninas que vivenciam essa realidade, e a escola passe pela valorização das experiências que essas crianças e adolescentes trazem consigo, vivências essas que dizem respeito a capacidades e habilidades que permitiram a sobrevivência delas em um contexto social extremamente adverso (*ibdem*). Pelo contrário, o modelo educacional regular exigiria, sob pena de inaptidão, que as vivências particulares desses sujeitos fossem deixadas na porta de entrada (Patto, 1983).

A falta de conexão entre o conteúdo que é ensinado e o cotidiano da criança e do adolescente em situação de rua, ou seja, a diferença entre a "organização do tempo na escola" (Silva, 2005, p. 79) e o senso de utilidade do conteúdo na vida cotidiana desse público acaba por gerar desinteresse no aluno. A justificativa de que um dia, não se sabe qual, o conhecimento pode vir a ser útil para o aluno se torna insuficiente diante das necessidades urgentes que ele enfrenta em seu cotidiano, apesar de muitas vezes haver o reconhecimento por parte dessas crianças e adolescentes de que o estudo pode contribuir para a melhoria das condições de vida. O contexto das ruas é marcado pela provisoriedade das relações e dos espaços, pela vivência em um espaço e constante e intensa circulação e pela experiência, pelo fazer. A aprendizagem de conteúdos distantes da realidade prática cotidiana da rua, por um período de aproximadamente oito anos (contando o tempo regular para conclusão do ensino fundamental), em um espaço fechado e sem movimento se torna um obstáculo para a permanência dessas crianças e adolescentes no ambiente escolar (*ibdem*).

Silva (2005) ressalta ainda que, diante das condições inóspitas de vida nas ruas e das situações de aprendizado desassociadas dos conhecimentos adquiridos nesse espaço, o acesso à escolaridade, por si só, se torna improvável. Daí a relevância que a inscrição desses meninos e meninas em programas de atenção a crianças e adolescentes possui na manutenção da relação destes com a escola, pois correntemente esses programas os matricula e tem a frequência na escola como obrigatória (*ibdem*).

De modo geral, a organização desses adolescentes, devido as condições de vulnerabilidade em que estão inseridos, se conflitua com a forma como o sistema escolar se estrutura (Silva, 2005). As condições de desvantagem social que marcam a trajetória educacional das crianças e adolescentes em situação de rua, incluindo aspectos de vulnerabilidade em dimensões como violência, discriminação, insegurança alimentar, inserção precária e extemporânea no mercado de trabalho, gravidez precoce, uso de drogas etc., todas estas influem na perspectiva de uma trajetória educacional desse público e na consolidação de seus vínculos escolares. Essa realidade particular demanda esforços na construção de estratégias que considerem a forma como a vida cotidiana desses sujeitos se organiza na hora de se estruturar o modelo educacional e que tentem mitigar os efeitos negativos que essas desvantagens sociais exercem na permanência e no aproveitamento escolar dessas crianças e adolescentes. Além disso, a inscrição em políticas de assistência, em programas de atenção a crianças e adolescente e em políticas de redistribuição de renda aparecem como elementos que vão ao encontro a possibilidade de uma trajetória educacional estável e do fortalecimento dos vínculos escolares de garotos e garotas em situação de rua (Ferreira et al., 2010; Silva, 2005; Godinho, 2015; Rizzini e Couto, 2019).

1.2.4 - Trabalho Infantil e relações laborais

O contexto de problemas econômicos e financeiros é apontado como um dos problemas que contribuem para o afastamento de crianças e adolescentes de suas casas, e na maioria das vezes, a realidade de pobreza e de escassez faz com que grande parte dos meninos e meninas que chegam às ruas tenham envolvimento com algum tipo de trabalho, seja com o objetivo de contribuir com o sustento familiar, seja para adquirir bens de consumo para si próprios (Rizzini e Couto, 2019).

Pela legislação brasileira, com base no inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal de 1988, fica estabelecida a

> (...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (BRASIL, 1988)

O ECA, em seu artigo 60º, reitera a proibição da participação de menores de catorze anos na em qualquer atividade laboral e prevê a regulamentação de legislação específica para o

envolvimento de adolescentes entre 14 e 17 anos em atividades de trabalho com caráter de aprendizado, sempre priorizando a proteção do direito da criança e do adolescente à "educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (art. 53, BRASIL, 1990).

> Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade. (BRASIL, 1990)
>
> Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei. (BRASIL, 1990)

O documento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio das alterações feitas pela Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, reforça a proibição do envolvimento de menores de 18 anos em atividades de trabalho noturno, ou caracterizados como perigosos ou insalubres, e de adolescentes com até 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvos atividades laborais na condição de aprendiz[15], a partir dos 14 anos de idade, acrescentando ainda que

> O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (BRASIL, 2000)

A Lei 10.097/2000 segue ainda com várias outras especificações e restrições quanto ao envolvimento de menores de 16 anos em atividades trabalhistas na condição de aprendizado, enfatizando o caráter educacional profissionalizante dessas atividades e se resguardando para que o direito de acesso à educação desses adolescentes, como uma prioridade, seja protegido. Dessa forma, a lei estabelece, por exemplo, que a validação do contrato de aprendizagem está condicionada à frequência do adolescente à escola e que a carga horária de trabalho máxima seja de até 6 horas diárias (BRASIL, 2000).

O envolvimento de crianças e adolescentes em atividades laborais que não se enquadram nessas especificidades é caracterizado como trabalho infantil. E o trabalho infantil, no contexto da situação de rua, torna crianças e adolescentes vulneráveis à violência e "ao mundo da

[15] Tal condição é regulamentada pela Lei 10.097, contando com uma série de restrições, especificações e exigências, dentre elas as de que o contrato na condição de aprendiz se trata de um "contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação" (<<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>> Acesso em 25/06/2022) como descrito no artigo 428 da mesma lei; a validade do contrato condicionada a frequência do adolescente à escola (Art. 428, § 1º); a duração máxima do trabalho do aprendiz não pode exceder seis horas diárias, "sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada" (*ibdem*) (Art. 342); entre outras.

marginalidade" (Cruz e Assunção, 2008, p. 132). Trabalhar no ambiente das ruas se torna um agravo na situação de trabalho infantil, pois, além dos próprios riscos oferecidos pelas atividades desempenhadas em condições precárias, das intempéries riscos de acidentes, a rua expõe esses meninos e meninas a riscos iminentes de violência urbana, contato físico constante com poluição urbana (o que pode levar ao desenvolvimento de doenças), assédios e abusos sexuais, ameaças por parte de desconhecidos e por seus próprios pares, empregos exploratórios, uso de substâncias ilegais, prostituição e abuso por parte de autoridades com pouca ou nenhuma proteção (Cruz e Assunção, 2008; Ferguson, 2006).

Devido à natureza do ambiente de trabalho ilegal e precarizado, as crianças e adolescentes em situação de rua envolvidos com o trabalho infantil podem sofrer consequências que prejudiquem sua saúde, segurança e seu desenvolvimento moral e social, agravadas pelas condições adversas da rua (Fegurson, 2006). Ferguson (*ibdem*) considera que, dadas as condições adversas específicas da situação de rua e os impactos que elas exercem em crianças e adolescentes que se envolvem em atividades laborais nesse ambiente, o trabalho infantil de em situação de rua se constitui como uma das formas mais degradantes de trabalho infantil.

Dentre as crianças e adolescentes envolvidos com a prática de trabalho infantil, o grupo de meninos e meninas em situação de rua consiste em um grupo particularmente vulnerável que participa da economia informal[16] por meio da venda de alimentos e bens de consumo, vigiando e/ou lavando carros, engraxando sapatos, pedindo ou até se envolvendo em práticas de roubos e furtos (Fegurson, 2006). Essas crianças e adolescentes, como ressaltado por Rizzini e Couto (2019), são rodeadas por condições que os marginalizam, e, por seguinte, normalmente têm sua origem em localidades e contextos de risco que lhes irão conferir oportunidades recreativas, educacionais e laborais limitadas (Ferguson, 2006). E, em um processo de acúmulo de desvantagens, as realidades adversas nas quais estão inseridos obriga muitos desses adolescentes a ganharem dinheiro para contribuir no sustento doméstico. Muitos deles, em função do envolvimento precoce com o trabalho, rompem seus vínculos com o sistema de educação formal, o que deixa ainda mais limitada a possibilidade futura de melhoria de inclusão na economia formal.

[16] O contexto socioeconômico de crescente informalidade no mercado de trabalho, maior oferta de emprego em cargos que exigem baixa qualificação, pouca oferta de empregos e baixo desenvolvimento humano aparecem como elementos de propensão ao direcionamento de crianças e adolescentes para o ambiente da rua e da absorção de mão de obra infantil nesse ambiente (Ferreira, 2011). Ferguson (2006) identifica que o contexto de economias informais e clandestinas é favorável à realidade do trabalho infantil, sendo que é naquelas que estes prevalecem.

A relação entre o trabalho infantil e a situação de rua entre crianças e adolescentes aparece como bastante íntima. Ferreira (2011) identifica que, independentemente das especificidades de cada criança e adolescente em situação de rua quanto ao tempo de permanência nas ruas ou à natureza dos laços familiares, o "'trabalho' é uma estratégia e um elemento comum a todas elas" (p. 340). O trabalho infantil entre crianças e adolescentes em situação de rua ocupou o terceiro lugar entre as atividades dessa natureza, de acordo com pesquisa com base nos dados da PNAD de 2001, considerando os estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba, ficando atrás apenas de atividades laborais infantis na agricultura e no trabalho doméstico (Kassouf, 2004). Uma possível explicação para essa observação é que contextos de crescente informalidade no mercado de trabalho, como o é na realidade da situação de rua, são apontados como propícios para o trabalho infantil (Alberto et al., 2010).

Alberto et al. (2010) apresenta um conjunto de fatores que podem servir de facilitadores do acesso do setor de crianças e adolescentes em situação de rua a atividades de trabalho infantil, dentre eles, o fato de que "as atividades informais nas ruas serem de fácil acesso a crianças e adolescentes" (p. 66). A concentração de informalidade no ambiente urbano torna mais propícia a exploração através do emprego da mão de obra infantil e da utilização desses jovens por parte da família para complementação das atividades. Além desses fatores, o trabalho precoce também pode ser facilitado por aspectos culturais, embasados em uma mentalidade que o naturaliza como algo aceitável, até mesmo passível de ser defendido por ser considerado popularmente um inibidor do envolvimento com a criminalidade (Alberto et al., 2010).

Ferreira (2011) considera a hipótese de que que o conjunto de determinadas características comunitárias influenciaria a maior propensão de ocorrência do trabalho infantil nas ruas. Além das características relacionadas "às condições precárias de sobrevivência, à violência e à falta de recursos e oportunidades nas comunidades nas quais as crianças e adolescentes estão inseridas" (p. 341), entre elas está incluído também o apoio comunitário a essas práticas. Em consonância, Cirino e Alberto (2009) ressaltam a existência de uma rede comunitária, formada pela família ou por membros da comunidade, que recruta essas crianças e adolescentes para o trabalho infantil e garantem sua permanência na atividade. Além disso, as autoras pontuam o papel de aspectos institucionais que propiciam a ocorrência de trabalho infantil, como os relacionados a ausência de políticas públicas, à falta de garantia de direitos

sociais ou de equipamentos institucionais de proteção, e de aspectos econômicos, associado a um mercado informal consumidor de mão de obra infantil, especialmente em situação de rua (Cirino e Alberto, 2009; Alberto et al., 2010).

O envolvimento em atividades de trabalho infantil pode ter contribuição direta ou indireta ou indireta da relação dessas crianças e adolescentes com suas famílias. A mobilização para a realização do trabalho infantil, no seu planejamento e desenvolvimento, pode estar relacionada, no contexto familiar, ao sentido de divisão de tarefas. A participação da família no planejamento de desenvolvimento do trabalho infantil demonstra que a estruturação do trabalho infantil conta, em grande parte, com a aceitação e participação da família e da sociedade (Cruz e Assunção, 2008; Rizzini e Couto, 2019).

Em pesquisa sobre a organização do trabalho infantil de crianças e adolescentes em situação de rua em Belo Horizonte, Cruz e Assunção (2008) identificaram uma organização de trabalho infantil em equipes familiares de trabalho ou organizadas por laços de vizinhança e de amizade. Nesse contexto, mesmo que nas equipes familiares a carga de trabalho pôde ser amenizada em relação às demais formas de divisão de equipes de trabalho, a identificação da participação de familiares e grupos de vizinhança no planejamento e divisão do trabalho infantil aponta para uma legitimação da atividade. De toda forma, o desenvolvimento de atividades laborais em conjunto com a família pode amenizar a carga física de trabalho dessas crianças e adolescentes e proporcionar "a formação de valores e normas de comportamentos para a lida com o trabalho" (p. 141), o que contribui com a construção de estratégias de sobrevivência no ambiente da rua (*ibdem*).

Dessa forma, as atividades mais precarizadas observadas pelas autoras foram as de caráter nômade, com nenhuma ou pouca participação familiar e que não possuem laços consolidados com a comunidade da região em que exercem suas atividades laborais e com seus clientes, ou seja, que experimentam ausência ou precariedade do apoio familiar e comunitário. De toda forma, a exposição a riscos, constrangimentos e violências que cercam o trabalho infantil em situação de rua independem do tipo de organização da equipe, se familiar, comunitária ou outra. As possibilidades educativas e sociais no ambiente da rua se demonstram bastante escassas, de forma que a simples constituição de redes de apoio na organização do trabalho infantil não é suficiente para contornar os desafios oferecidos pelo ambiente desfavorável e nocivo da rua (*ibdem*).

O trabalho precoce aparece como elemento constituinte da situação de rua entre crianças e adolescentes e, em função das condições especialmente adversas do ambiente, tem a rua como um elemento que torna a exploração do infantil no trabalho ainda mais degradante. A situação de rua pode, inclusive, ser o resultado de condições de trabalhos desses adolescentes, antes de estarem vinculadas estritamente à pobreza (Sarti, 1995).

Como uma condição de trabalho precária e ilegal no contexto brasileiro, crianças e adolescentes envolvidas em atividades laborais estão, no contexto da rua, muito mais expostos a violências, abusos e intempéries, situações que agravam a vulnerabilidade social desses sujeitos. Ainda é possível observar um fator familiar e comunitário na propensão do envolvimento de meninos e meninas em situação de rua na atividade laboral. Se por um lado, contextos de pobreza, escassez econômica e insegurança alimentar no ambiente familiar pode direcionar esses jovens para o trabalho no ambiente da rua, com vista a contribuir no rendimento do lar, por outro, o envolvimento da família na organização do trabalho infantil, apontando para um certo grau de manutenção dos vínculos familiares, pode contribuir para amenizar a vulnerabilização dessas crianças no universo laboral, diferentemente do caso de estar envolvidas nessas atividades de maneira isolada, à exposição de explorações ainda mais intensas. Essa última observação, de certa forma, evidencia o papel dos vínculos familiares e comunitários na proteção social desses sujeitos, mesmo em condições de inserção precária e precoce no mercado de trabalho.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 - Objetivos

Este trabalho tem por objetivo identificar, por meio de uma análise exploratória, aspectos que apontam para contextos de vulnerabilidade social na realidade de existência social (Castel, 1994) de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que possuem trajetória em situação de rua. Em correspondência com o que foi apresentado pela literatura que aborda o tema da situação de rua entre crianças e adolescentes, os esforços empregados aqui buscaram identificar aspectos que apontam para a fragilização de vínculos familiares, comunitários e escolares e para realidades de inserção precária e precoce no mercado de trabalho. Cada um destes aspectos pode influenciar na configuração de uma conjuntura de vulnerabilidade social e são âmbitos relevantes como dimensões de análise na realidade heterogênea desse público. Tais aspectos "fazem parte do universo de elementos a serem considerados na construção de interpretações que respeitem a heterogeneidade desses sujeitos" (Rizzini e Couto, 2019, p. 108).

Em relação à dimensão familiar, o objetivo é identificar nas avaliações feitas pela equipe técnica responsável pela elaboração dos PIAs aspectos que apontem para fragilidades dos vínculos familiares e sinais de vulnerabilidades enfrentadas no ambiente doméstico que se relacionam com o apontado pela literatura sobre fatores que contribuem para o direcionamento desses adolescentes para o ambiente da rua. Esta, muitas vezes vista como um ambiente de liberdade, pode ser tida como alternativa a condições socioeconômicas familiares precárias, a contextos familiares de violência, abusos e negligência, que ainda permanecem sendo as principais causas de afastamento de crianças e adolescentes de suas casas (Winnicott, 1996). Elementos como ausência parental, tanto pelo lado materno quanto pelo paterno, agressões por parte dos pais, miséria, pobreza e desagregação familiar fazem parte das dificuldades presentes na realidade de adolescentes que se direcionam ao ambiente das ruas em busca de uma alternativa às condições adversas do ambiente doméstico (Ribeiro, 2001). O objetivo na observação dessa dimensão é identificar o que os documentos oferecem de informação para a compreensão de como o contexto familiar e suas possíveis fragilidades dos vínculos podem influenciar na trajetória em situação de rua desses adolescentes e no direcionamento à carreira desviante, atentando-se para os aspectos apontados pela literatura sobre os aspectos relacionados ao contexto familiar comumente associados a esse público.

A dimensão dos vínculos comunitários também será um foco inicial de análise, na medida em que os registros das observações feitas pela equipe técnica responsável pela formulação dos PIAs fornecerem informações que a permitam analisar. Nesse ponto, a análise exploratória se direcionou para identificar possíveis fragilidades na inserção comunitária do adolescente, nos limites do descrito pelos relatórios do PIA, em aspectos que podem dizer respeito a, por exemplo, às relações do adolescente com o bairro de origem, ou com o local onde ele mora, quer seja na de seus familiares, na rua ou em um abrigo, e com quem ele mora, aos grupos sociais aos quais ele faz parte, os significados atribuídos pelo adolescente em relação aos ambientes em que convive e a natureza da relação estabelecida nesses ambientes (trabalho, lazer, tratamentos de saúde, atividades socioeducativas etc.); a participação em centros de convivência e comunitários, relacionamentos de amizade; entre outros.

No que diz respeito ao envolvimento do adolescente com a escola e com a educação, pretende-se identificar no material analisado aspectos que apontem para um contexto de fragilidade dos vínculos escolares, que comprometa a formação e a progressão em uma trajetória educacional. Identificar características da realidade de existência social desses adolescentes que possam estar relacionadas à possível fragilidade do envolvimento desses meninos e meninas com o ambiente escolar e educacional também esteve entre os objetivos desta análise, assim como perceber os possíveis fatores que promovem suas permanências nas escolas, como inscrição em programas de redistribuição de renda, ou a moradia em instituições de acolhimento etc.

Como evidenciado pela literatura, a realidade do trabalho, de maneira precoce, é uma realidade em comum entre crianças e adolescentes em situação de rua (Ferreira, 2011), o que faz dessa dimensão um dos focos de análise desse trabalho. Quanto a esse âmbito, o estudo dos documentos se orientou pela busca de indícios de envolvimento desses adolescentes em atividades laborais, as condições de como esse envolvimento se deu, os fatores que o motivaram e como ele se conecta, de acordo com o que é apresentado sobre a trajetória dos adolescentes nos relatórios, à uma conjuntura de vulnerabilidade social.

Em um segundo momento, aproveitando a disposição das informações fornecidas pelos registros dos PIAs, também é de interesse deste estudo observar se existe, primeiramente, alguma relação entre a forma como esses adolescentes estão inseridos em suas redes de relacionamentos (familiares, escolares, laborais ou comunitárias) e o cometimento do ato infracional. E, em segundo lugar, se existe alguma correspondência entre a natureza de tais

vínculos e a espécie do ato infracional cometido. É certo que, em alguns momentos, a forma como os documentos foram elaborados pode vir a oferecer limitações para a observação de tais dimensões[17]. Sendo assim, esse segundo objetivo geral será perseguido na medida em que tais limitações permitirem.

2.2 - Percurso Metodológico

Para o alcance dos objetivos estabelecidos, este trabalho buscou identificar elementos acerca do contexto relacional dos adolescentes (nos âmbitos familiares, educacionais, laborais e comunitários, como já foi dito anteriormente) por meio de uma pesquisa que se utilizou de técnicas de análise documental (Cellard, 2012; Gil, 2002) e de análise de conteúdo (Bardin, 1977), tendo como referência 24 relatórios produzidos pela equipe do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que se vale da contribuição de diversos autores a respeito de um determinado assunto, a pesquisa documental tem como base materiais que não passaram por algum tratamento analítico, ou que podem ser reanalisados de acordo com diferentes objetivos de novas pesquisas (Gil, 2002). Por sua vez, os documentos escritos constituem uma fonte de grande valor para pesquisa em ciências sociais, pois, além de suas vantagens significativas, possibilita o acesso a situações distanciadas por barreiras temporais, espaciais ou contextuais, como o testemunho materializado de uma determinada realidade (Cellard, 2012).

Dentre suas vantagens, a análise documental é apontada como um método de coleta de dados que, por dispensar a presença em campo do pesquisador, elimina a possibilidade de eventuais influências que podem ser exercidas sobre o conjunto de elementos analisados e de reação dos sujeitos ao método de obtenção de dados. Por outro lado, também se trata de um instrumento que não é passível de ser dominado pelo pesquisador. As informações circulam "em sentido único" (*ibdem*, p. 295) e "o documento permanece surdo" (*ibdem*, p. 296), de forma que o não se pode ter controle sobre as informações neles dispostas.

[17] Como ressaltado por Oliveira et al. (2019), por vezes, alguns "atravessamentos sociais, políticos, econômicos e culturais que compõe a vida destes jovens e suas trajetórias infracionais" (*ibdem*, p. 6) não são registrados pelas equipes que elaboram o documento, "produzindo um efeito problemático de desconsiderar a trama social tecida na construção do ato infracional" (*ibdem*, p.6).

Cellard (2012) busca na História social a ampliação do conceito de documento de sua concepção inicial como textos ou arquivos oficiais passando a ser compreendida como tudo o que serve de testemunho por meio de registro, seja escrito, iconográfico ou cinematográfico. Porém, o sentido restrito de documento associado à fonte de dados do método de análise documental considerada por Cellard (*ibdem*) se refere especificamente ao documento escrito, ou seja, "todo texto escrito, manuscrito ou impresso" (p. 297), independentemente da natureza da documentação (se pública ou privada), ou se tais materiais se tratam de fontes primárias ou secundárias, desde que, necessariamente, o contexto do procedimento da pesquisa sirva para explorá-las, não para criá-las (*ibdem*, p. 297).

As fontes documentais são diversas, ultrapassando até mesmo a variedade de informações que podem estar contidas nessas próprias fontes. Elas podem ser de caráter público, arquivadas ou não, sendo exemplo das primeiras "arquivos governamentais, (federais, regionais, escolares ou municipais), os arquivos de estado civil, assim como alguns arquivos de natureza notarial ou jurídica" (*ibdem*, p. 297), geralmente volumosos e organizados de acordo com planos complexos de classificação que variam ao longo do tempo. Entre os documentos públicos não arquivados estão inclusos jornais, revistas, periódicos ou documentos distribuídos, como publicidades, anúncios etc. (p. 297). As fontes para uma análise documental também podem ter caráter privado, podendo também ser arquivada, ainda que não se trate de um documento público, correspondendo a documentos de instituições privadas, como organizações sindicais, políticas, religiosas etc. E por último, essas fontes também podem possuir caráter privado de natureza particular, como "autobiografias, diários íntimos, correspondências, histórias de vida, documentos de família, etc." (p. 298).

Essa multiplicidade de formatos de fontes reflete o esforço de reconhecimento de potenciais arquivos e fontes de informações, que é feito por meio da análise minuciosa da lógica que fundamentou a classificação de tais documentos, sejam eles de caráter público, privado ou pessoal, e por meio da construção do que Cellard (2012) apontou como sendo um "corpus satisfatório" (p. 298), ou seja, a consulta exaustiva de trabalhos de outros autores que se dedicaram ao estudo de objetos análogos e o esgotamento da busca de pistas que podem abrigar informações relevantes e vestígios documentais nos locais mais diversos. Todo esse esforço permite o aproveitamento de informações dispostas nas condições mais diversas e que podem constituir verdadeiros documentos, no sentido de fontes para uma análise documental sobre uma determinada realidade a qual se deseja investigar, conferindo um certo grau de

flexibilidade na consideração dessas fontes. Esse exame deve ser realizado de forma prévia à uma análise em profundidade do material (*ibdem*).

A escolha dos documentos aqui analisados teve como critério o que Bardin (1977) nomeou como regra da exaustividade (p. 97). Ou seja, entre o campo dos relatórios dos Planos de Atendimento Individuais que estavam disponíveis no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), no ano de 2015, o *corpus* selecionado corresponde a todos os documentos encontrados que se referem ao acompanhamento do cumprimento de medidas socioeducativas de adolescentes que possuem trajetória em situação de rua, sem exceção.

A pesquisa documental recebe críticas principalmente quanto à não-representatividade e à subjetividade dos documentos analisados como algumas de suas maiores limitações. Em relação à não-representatividade, uma das alternativas apontadas para se contornar esse problema é a análise de uma grande quantidade de documentos, selecionando-os pelo critério da aleatoriedade.

Em resposta a essa primeira objeção, este trabalho não teve como uma de suas pretensões ser estatisticamente representativo. O objetivo aqui foi o da realização de uma análise exploratória sobre as condições de vulnerabilidade social em âmbitos específicos que constituem a história da "existência social" (Gontijo e Medeiros, 2009, p. 468) de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com o afunilamento para sujeitos que possuem trajetória em situação de rua. Sendo assim, os documentos selecionados para esta análise sofrem limitações quanto à disponibilidade de materiais em quantidades suficientes para que sejam considerados representativos para o fenômeno, sendo selecionados, por meio de amostragem por conveniência, os documentos disponíveis que correspondiam ao recorte da pesquisa. Além disso, como dito anteriormente, por se tratar de uma análise exploratória, não tem a pretensão de ser representativo ou de induzir generalizações a respeito do fenômeno, mas de identificar aspectos que possam servir de direcionamento para análises mais aprofundadas sobre o assunto.

Diferentemente de um "procedimento fechado" (Bardin, 1977, p. 99), onde se possui uma hipótese provisória da qual se propõe a verificação, nos "procedimentos exploratórios" (*ibdem*, p. 99) o quadro de análise não está previamente determinado. É a partir da análise sistemática do próprio texto que as hipóteses são formuladas. Uma das vantagens atribuídas ao método exploratório é a de servir como etapa introdutória a procedimentos de experimentação de hipóteses, capazes de identificar relações funcionais entre as variáveis. À vista disso, a

análise do conteúdo dos documentos consultados para este trabalho, se tratando de uma análise exploratória sistemática, tem o objetivo de fazer falar o material (*ibdem*, p. 98), apreendendo os possíveis indicadores que os textos possam evidenciar.

Quanto à crítica em relação à subjetividade, Gil (2008) ressalta que se trata de um aspecto que praticamente está presente em toda investigação social, em algum grau. Daí a importância em levar em consideração as mais diversas características e implicações em relação aos documentos no decorrer das análises. A análise prévia, citada anteriormente, pode servir como uma maneira de contornar essa questão, pois direciona um olhar crítico a elementos como "contextos, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave" (Cechinel et al., 2016, p. 4) referentes à documentação que se deseja analisar e considera a influência de cada um desses aspectos na formulação de uma conclusão.

O elemento contexto se refere à "conjuntura política, econômica social, cultural" (Cellard, 2012, p. 299) que tornou propício o registro do documento. Como afirmado por Cellard (*ibdem*), o sentido que um documento adquire para o leitor está diretamente relacionado com o grau de iniciação deste "no contexto particular de sua produção" (p. 302). Conhecer detalhadamente esse cenário é de extrema importância, pois evita a interpretação anacrônica de valores expressos no conteúdo dos documentos, e o conhecimento dos elementos da vida social em que o registro foi produzido contribui para identificar informações de relevância para o contexto e que, de outra forma, poderiam passar como meros detalhes.

O conhecimento a respeito da identidade da autoria também é apontado como um elemento importante a ser considerado na avaliação da credibilidade de um texto e na identificação de prováveis posições tomadas na descrição de um fato e suas possíveis deformações. Compreender os interesses de um texto aparece, sobretudo, relacionado com conhecer em nome de quem o autor está falando, se em nome próprio, de alguma instituição ou de algum grupo social específico.

A verificação da autenticidade do documento e da confiabilidade do texto também compõem a análise prévia a uma pesquisa documental, passando pela averiguação da procedência do documento, ou seja, de como ele foi armazenado e transmitido até se tornar acessível ao pesquisador. Além disso, a verificação da confiabilidade do texto passa pelo entendimento da relação existente entre o autor e o acontecimento dos fatos descritos, principalmente a respeito de seu testemunho direto ou indireto e do tempo decorrido entre a descrição e a ocorrência do fato (*ibdem*).

A análise prévia de uma pesquisa documental abrange ainda a busca pelo conhecimento sobre a natureza do documento, se teológica, médica, jurídica, administrativa etc. Tanto a estrutura de um texto e a linguagem e expressões utilizadas seguem em correspondência à natureza do documento (*ibdem*).

Por último, o direcionamento para uma análise aprofundada do material documental exige que sejam identificados os conceitos-chave, além da lógica interna que orienta o texto. Esses elementos dizem respeito, principalmente, ao sentido dos termos empregados, que podem estar relacionados a "jargões" profissionais específicos, corresponder a regionalismos, gírias ou a elementos da linguagem popular (p. 303). Também aparece com um ponto importante a se atentar, o fato de que a delimitação adequada dos termos empregados em um documento deve estar precisamente de acordo com o contexto em que ele é empregado. Compreender o sentido dos termos de forma condizente permite que seja identificada a lógica interna do texto e como os conceitos foram utilizados no desenvolvimento dos argumentos e em sua fundamentação (*ibdem*).

Ainda em contrapartida, tanto em relação à objeção referente à não representatividade da pesquisa documental, quanto à subjetividade das informações dos documentos, é importante salientar que, embora pesquisas que se baseiam na análise documental não tenham a pretensão de proporcionar uma resposta definitiva para o problema investigado, a importância de trabalhos que se valem desse método reside principalmente capacidade de gerar uma visão mais detalhada do problema e direcionar a construção de hipóteses que possam vir a ser verificadas por outros meios (Gil, 2008).

Tendo em vista a diversidade de fontes que podem fornecer materiais para uma pesquisa documental, existem, por um lado, os documentos que podem ser considerados de "'primeira mão', que não receberam nenhum tratamento analítico" (Gil, 2008, p. 46), se enquadrando nessa categoria documentos conservados em arquivos de órgãos públicos ou privados,

> (...) associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos (...) outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (*ibdem*, p. 46)

Por outro lado, a análise documental pode ter como base documentos que, de alguma forma, já foram analisados ou mesmo são resultados de algum tipo de análise, como, por exemplo, relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, relatórios de empresas etc. (*ibdem*).

No caso deste trabalho, foram considerados documentos de "primeira mão" (*ibdem*). Os PIAs analisados aqui foram concedidos pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), sendo este uma iniciativa que integra instituições responsáveis pelo atendimento inicial ao adolescente infrator, por meio de representantes da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitura Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar.

Os relatórios dos PIAs são documentos obrigatórios, estabelecidos pela lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei n. 12.594/2012, em todas as instituições onde ocorre o cumprimento de medidas socioeducativas. A referência mais antiga encontrada a respeito do PIA em documentos oficiais se localiza na Lei nº 12.010/2009, que alterou o ECA e instituiu como obrigatória a elaboração de um Plano Individual de Atendimento por parte das instituições de acolhimento institucional ou familiar, "imediatamente após o acolhimento de criança ou do adolescente" (Brasil, 2009, art. 101, inciso IV, § 4º),

> (...) visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei. (Brasil, 2009, art. 101, inciso IV, § 4º)

Apesar disso, desde a aprovação do ECA, em 1990, equipes de profissionais já vinham aplicando procedimentos técnicos na busca de oferecer um atendimento que fosse além da elaboração de avaliações e diagnósticos e pensassem um plano personalizado de intervenção (Frassetto et al., 2012). Em 2012, a SINESE estabelece a obrigatoriedade da elaboração de PIAs em instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, como uma forma de assegurar os direitos fundamentais dispostos pelo ECA e promover a individualização da medida para o caso particular de cada adolescente (Moreira et al., 2015).

O PIA, longe de ser um instrumento diagnóstico ou burocrático, trata-se de um estudo de caso que pode ser continuamente revisado (Moreira et al., 2015). Sua construção deve ser realizada em conjunto com a família e o adolescente, considerando os desejos e escolhas dos jovens e trabalhando "a implicação, a responsabilização e a reparação das consequências lesivas do ato infracional" (Moreira et al., 2015, p. 345), que também é uma das finalidades da medida socioeducativa. O PIA também deve conter o projeto político-pedagógico da instituição responsável pelo cumprimento da medida e, com base nisso, "propor intervenções individuais e grupais que promovam a integração social e comunitária do adolescente" (*ibdem*, p. 345). Por fim, o PIA deve considerar a singularidade do adolescente e contribuir para a construção de sua

subjetividade (*ibdem*), por isso a necessidade da participação do adolescente na construção da proposta.

> (...) o PIA se apresenta então como uma proposta de individualização da medida socioeducativa prevista no Sinase, que visa ao mesmo tempo garantir os direitos dos adolescentes considerando a sua singularidade e favorecer o processo de tomada de responsabilidade pelo ato infracional cometido. (Moreira et al., 2015, p. 346)

Entretanto, apesar do PIA proporcionar o enriquecimento das possibilidades de execução da medida socioeducativa, tanto Jimenez et al. (2012), quanto Oliveira et al. (2019) alertam para o risco da utilização desse instrumento pela racionalidade governamental de uma forma que contribua para o funcionamento de um regime de controle biopolítico (Foucault, 2005), que levaria a atuações com sentido contrário à integração social desses indivíduos. Por se tratar de um instrumento que transforma os sujeitos em casos particulares, passíveis de serem analisados, separados em categorias, mensurados e comparados com base em critérios técnicos-científicos (Oliveira et al., 2019), observa-se a possibilidade da utilização dessa ferramenta para justificar, a partir de uma racionalidade normativa, a fixação do adolescente em uma "trama de codificações objetivas" (Jimenez et al., 2012, p. 9) e isolar casos que fogem à normatividade, com base em uma ideia de superposição das relações de saber e poder (Foucault, 1996).

Moreira et al. (2015) destacam alguns impasses em relação ao uso do PIA que podem causar resistência quanto a sua elaboração por parte das equipes técnicas das instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e influenciar na qualidade do relatório. De acordo com as hipóteses dos autores, as dificuldades em relação à utilização do instrumento podem estar relacionadas ao caráter complexo e delicado da atividade que compreende a elaboração de um PIA, sendo demandados o exercício da escuta e, ao mesmo tempo, do distanciamento, da reflexão, da sintetização e da transmissão de forma a soar compreensível ao adolescente atendido, entre outros esforços. O prazo determinado para protocolar o PIA, de 45 dias após a admissão do adolescente, aparece também como um fator dificultador, na medida em que compromete a elaboração de um plano devidamente adequado à realidade do atendido por parte da equipe técnica (*ibdem*). Observa-se a dificuldade de conciliar o tempo do processo de cada adolescente com o tempo do instrumento, o que pode contribuir para a "produção de PIAs pouco qualificados ou burocráticos" (*ibdem*, p. 350) e sem correspondência entre os objetivos da equipe sobre o caso e os objetivos de vida que o próprio adolescente possui. Outra hipótese colocada pelos autores é a respeito da existência de dificuldades de incluir efetivamente o

adolescente e sua família no que deveria ser uma construção conjunta do instrumento, para que se configurem sujeitos e não apenas objetos da ação institucional (*ibdem*).

Dessa forma, as informações contidas nos registros dos PIAs devem ser analisadas e interpretadas na condição de vozes "dos saberes incorporados pelo sistema judicial" (Oliveira et al., 2019, p. 6) que são. Tendo esse entendimento, o trabalho proposto por esse projeto pretende realizar suas análises a partir do que essas vozes dizem a respeito da rede de relacionamentos familiares, escolares, laborais e comunitários na qual o adolescente está inserido.

A pesquisa será construída, principalmente, por meio da análise dos documentos dos registros elaborados pela equipe do PIA. A seleção de tais registros teve amostragem feita por conveniência, chegando ao número de 23 registros, e pretende recolher dados qualitativos contidos nesses documentos. O critério para seleção das amostras consistiu em selecionar relatórios onde foi possível identificar situações em que os adolescentes teriam relatado experiências de permanência no ambiente das ruas tendo-a como local de abrigo, mesmo que tal experiência apareça relatada com períodos intercalados de permanência em domicílio. O caráter heterogêneo do fenômeno manifestado entre crianças e adolescentes concebe a realidade de jovens em situação de rua que, apesar de passarem boa parte do tempo na rua, mantém um certo grau de vínculo com a família e, com certa frequência, se abrigam em seus domicílios. Dessa forma, embora não tenham sido identificados registros de relatos sobre permanência exclusiva no ambiente da rua, em função das características específicas da manifestação do fenômeno entre crianças e adolescentes e de sua dependência maior de fatores relacionados a origem social e familiar, períodos de permanência nas ruas alternados com períodos de permanência em domicílio foram suficientes para configurar casos de adolescentes com trajetória de rua.

Cada relatório possui a seguinte estrutura em tópicos: 1- Considerações técnicas sobre o ato e a trajetória infracional; 2- Considerações técnicas sobre a família e relações sociais; 3- Contexto escolar, profissionalização, cultura, esporte e lazer; 4- Situação de Saúde; 5- Relações comunitárias; A identificação das principais dimensões as quais este estudo busca analisar (vulnerabilidade dos vínculos familiares, escolares, comunitários e desempenho de atividades laborais) foi conduzida pela constatação de informações correspondentes registradas em cada um dos tópicos que estruturam os documentos.

O conteúdo desses documentos foi submetido ao processo metodológico de categorização (Bardin, 1977), que se repetiu na análise de cada um dos quatro principais temas considerados aqui e de dois outros temas relacionados à trajetória em situação de rua dos adolescentes acompanhados pelas equipes dos PIAs. Como no caso deste trabalho o sistema de categorias não foi previamente fornecido, a construção das categorias de cada dimensão foi resultado "da classificação analógica e progressiva dos elementos" (*ibdem*, p. 119). Os princípios de classificação definidos para cada conjunto categorial analisado nas dimensões "Fragilidade dos vínculos familiares", "Fragilidade dos vínculos comunitários", "Fragilidade dos vínculos escolares" e "Envolvimento em atividades laborais" foram, respectivamente, 1 – Tipo de fragilidade nos vínculos familiares, 2 – Tipo de fragilidade nos vínculos comunitários, 3 – Tipo de fragilidade nos vínculos escolares e 4 – Tipo de atividade laboral exercida. No caso das duas outras dimensões referentes à trajetória em situação de rua, "Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua" e "Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua", os princípios semânticos foram, respectivamente, 1 – Tipo de causa, motivação ou influência e 2 – Tipo de elemento.

A construção de cada uma das categorias e suas definições se orientou pelo critério semântico, ou seja, na medida em que foram percebidos índices que faziam menção a uma temática específica dentro do princípio de classificação de cada dimensão, os elementos aos quais esses índices pertencem foram sendo agrupados em categorias correspondentes a cada temática. Por meio desse procedimento, foi realizado o reagrupamento progressivo de cada elemento em categorias com grau de generalidade cada vez menor.

A revisão da literatura sobre o tema foi uma etapa metodológica que acompanhou todo o desenvolvimento do trabalho. Conceitos e elaborações teóricas foram acionados para a interpretação das informações coletadas na medida em que demonstraram potencial explicativo para tais.

Como é da natureza do método escolhido, o questionamento (Cellard, 2012) foi privilegiado neste trabalho, conduzindo desde a escolha das dimensões de análise até os questionamentos que os próprios documentos analisados suscitaram. Foi direcionado aos documentos um olhar intencional com o intuito de identificar a maneira como aspectos que revelam condições de vulnerabilidade social associadas a situação de rua entre crianças e adolescentes se manifestam na trajetória dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas por terem cometido atos infracionais. Porém, como salientado por

Cellard (2012), na análise documental, as descobertas e surpresas com as quais nos deparamos às vezes nos obriga “a modificar ou enriquecer o referido questionamento” (p. 303). Disso procede a importância de se manter o “espírito crítico, todavia aberto” (p. 304) durante uma pesquisa documental. Dessa forma, a análise também esteve associada às contingências do material selecionado e das informações neles dispostas.

Tanto o aspecto dedutivo, fundamentado na literatura consultada a respeito do tema da vulnerabilidade social e, especificamente, da vulnerabilidade social entre crianças e adolescentes em situação de rua e na pergunta que direciona este trabalho, quanto o indutivo, que foi sendo demandado na medida em que os registros dos PIAs revelavam aspectos sobre as trajetórias dos adolescentes que não estavam no foco principal do questionamento inicial, estiveram presentes nesta pesquisa. As abordagens indutivas e dedutivas se conjugaram aqui com o intuito de identificar ligações entre a problemática inicial do trabalho e as observações que foram extraídas dos documentos.

CAPÍTULO III

ANÁLISE PRÉVIA

3.1 - Contexto:

A conjuntura histórica a qual tornou propício o surgimento dos registros dos Planos Individuais de Atendimento (PIAs) está intimamente ligada a uma orientação das diretrizes que disciplinam as medidas socioeducativas no Brasil, vindo desde a constituição de 1988, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.069/1990 e culminando na instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), de 2012, por meio da doutrina jurídica de proteção integral (Pereira, 2017).

Pereira (2017), ressalta que a adoção desse paradigma (doutrina de proteção integral) como princípio norteador para o desenho de políticas a respeito das medidas socioeducativas veio como um desdobramento relacionado a questionamentos a respeito da perspectiva anterior, baseada na classificação de crianças e adolescentes em uma categoria sociologicamente indefinida de "menores em situação irregular". Essa abordagem perdurou entre os anos de 1927 a 1990 e, basicamente, a "irregularidade" dessas crianças e adolescentes podia fazer referência à conduta pessoal desviante do sujeito, ou da família em estava inserido, considerando exposições a maus tratos, etc., ou a um contexto de abandono social.

Pontua-se também que a doutrina baseada na situação de irregularidade era utilizada para justificar um movimento de internação em massa que, na prática, tinha a pobreza como principal fator que direcionava práticas de destituição do convívio familiar e comunitário e de violências contra crianças e adolescentes, existindo uma diferença muito grande entre crianças de classes sociais mais altas e crianças em situações consideradas irregulares, sendo estas distinguidas popularmente como sendo as "de menor" (Queiroz, 2008) e como um perigo para as demais (Coimbra e Ayres, 2013; Queiroz, 2008). Nessa perspectiva, o menor era visto fundamentalmente como objeto de tutela do Estado, o que legitimava a intervenção estatal sobre crianças e adolescentes que fossem consideradas em situação irregular, expostas, em situação de mendicância ou vadias, destituindo-as da tutela da família colocando-as sob o poder do juiz de menores (Queiroz, 2008). As práticas fundamentadas na situação de irregularidade da criança e do adolescente apontavam principalmente para um interesse de controle da ordem pública e um desinteresse em relação à sua inserção social.

A doutrina da proteção integral veio como um desdobramento de discussões que, inclusive, estavam presentes no contexto internacional de formulação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas, em 1989, e, por meio da Constituinte de 1988, passou a fazer parte da legislação brasileira com a inclusão do artigo 227 da Constituição Federal, responsabilizando de igual modo a família, a sociedade e o Estado pela proteção de direitos fundamentais de crianças e adolescentes no país.

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, a doutrina da proteção integral realiza uma ruptura radical com o antigo Código de Menores, vigente entre 1979 a 1990, e, principalmente, rompe com a doutrina da situação irregular, praticada desde 1927 e que também fundamentava o Código de Menores. A começar pelo termo "menor", que carregava em si um caráter estigmatizante que diferenciava principalmente crianças e adolescentes pobres das de origem em famílias mais abastadas e colocava aquelas em posição de ameaça a estas, discriminando-as, e foi repudiado pela nova concepção baseada na proteção integral (Volpi, 2001). A nova perspectiva, inspirada em fundamentos da Convenção sobre os direitos da criança, tinha como principais princípios o entendimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, o interesse superior da criança e do adolescente, acima de qualquer outro interesse da sociedade, e o princípio da indivisibilidade dos direitos desses sujeitos, de forma que as garantias de cada um dos direitos desses jovens deveriam ser perseguidas de igual modo (Volpi, 2001)

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, aparece como um divisor de águas, como um marco legal da mudança da perspectiva da irregularidade para a da proteção integral, tendo como um ponto de partida a concepção do adolescente como uma pessoa em desenvolvimento, o que prioriza de forma absoluta que sejam asseguradas suas garantias de direitos fundamentais. O ECA foi elaborado

> (...) em consonância com documentos internacionais de direitos humanos como as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil (Beijing/1985), Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Riad/1990) e, principalmente, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989). (Alencar, 2014, p. 50)

Como reflexo da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o ECA parte do princípio da responsabilização do adolescente levando em consideração a idade e as condições de inserção social. Dessa forma, para além do adolescente que cometeu o ato infracional, a responsabilização abrange também a família, a comunidade e o Estado, com o intuito de efetivar os direitos infanto-juvenis. A proibição do ingresso do adolescente no sistema prisional geral leva em consideração o fato de que os menores de 18 anos, como pessoas em desenvolvimento, não são adultos, devendo ser responsabilizados por seus próprios atos dentro de um sistema especial (Beloff, 2004).

Sendo assim, o ECA estabelece que as medidas socioeducativas deverão ser aplicadas exclusivamente em adolescentes, considerados com idade entre 12 e 18 anos incompletos, e as medidas de proteção também para adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, que possuem envolvimento com práticas infracionais e para crianças, sendo estas consideradas entre 0 e 12 anos incompletos. As medidas socioeducativas possuem caráter impositivo e conciliam o aspecto reparatório com o pedagógico. Já as medidas de proteção, seguindo os princípios da perspectiva da proteção integral, "visam à garantia de direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou violência" (Alencar, 2014, p. 50).

Os princípios baseados na lógica da proteção integral são expressos no ECA na temática que tange inclusive a situação do adolescente em conflito com a lei, e se distancia em muito da dualidade vítima/agressor (Pereira, 2017).

No que se refere ao adolescente em conflito com a lei, o ECA estabelece a sua responsabilização através de medidas pedagógicas e retributivas, podendo ser divididas em duas principais categorias segundo a sua forma de execução, de acordo com o artigo 112 do mesmo documento:

> Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I. advertência; II obrigação de reparar o dano; III. prestação de serviço à comunidade, IV liberdade assistida, V semi-liberdade; VI internação em estabelecimento educacional. (BRASIL, 1990)

A primeira categoria seria a das medidas em meio aberto (medidas I, II, III e IV) e a segunda se refere a medidas de privação de liberdade (V e VI), todas partindo do princípio que reconhece o adolescente como um sujeito em desenvolvimento, o que impede que as medidas socioeducativas sejam concebidas com caráter exclusivamente punitivo em relação ao ato infracional cometido, mas conservem em si o aspecto pedagógico que contribua para o

desenvolvimento do adolescente como um cidadão de responsabilidades e direitos. A doutrina da proteção integral permitiu que o ECA se desenvolvesse em relação ao adolescente em conflito com a lei de forma a conjugar respostas retributivas à criminalidade infanto-juvenil e a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e indivíduos em desenvolvimento, unindo assim princípios de segurança pública e cidadania (Pereira, 2017).

Apesar das contribuições da doutrina da proteção integral na formulação de documentos norteadores como o ECA, ainda assim se constatava, e ainda hoje se constata, crianças e adolescentes vivendo em situação de vulnerabilidade quanto à garantia de direitos básicos. Dessa forma, como bem pontua Pereira (2017), a realidade do adolescente em conflito com a lei também pode ser lida como uma questão social, jogando luz a um interesse de integração social desse sujeito.

A compreensão da realidade de existência social desse jovem é um passo que caminha junto com políticas de integração e de formação cidadã. O Adolescente que comete ato infracional frequentemente tem o perfil associado a contextos de pobreza, de falta de oportunidade e de dificuldade de acesso a recursos que permitam o desenvolvimento de suas potencialidades (Rizzini et al., 2007), o que pode ser entendido de forma análoga aos recursos que permitem o desenvolvimento de fatores de proteção e de habilidades de reação a determinados riscos, de vulnerabilidades positivas (Castro e Abramovay, 2005). Como bem salienta Pereira (2017), "a falta de acesso a seus direitos básicos e a condições sociais que o promovam no sentido de humanização e emancipação" (*ibdem*, p. 14), muitas vezes são anteriores ao cometimento do ato infracional.

Os debates em torno dessa problemática fundamentaram a criação, em 2006, por parte do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), e instituição, em 18 de janeiro de 2012, pelo Congresso Nacional Brasileiro, do SINASE, aprovado pela Lei nº12.594, em 18 de janeiro de 2012. O SINASE foi instituído com o intuito de oferecer diretrizes mais específicas a respeito da aplicação e execução de medidas socioeducativas para adolescentes autores de atos infracionais, de modo a fortalecer o princípio da proteção integral presente na Constituição Federal de 1988 e no ECA, tendo em vista a natureza pedagógica da medida socioeducativa. O SINASE deixa explícito o duplo papel da medida socioeducativa, que atua tanto na responsabilização do adolescente pelo ato infracional cometido, e ao mesmo tempo possui caráter pedagógico.

> Responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; Integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e Desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (BRASIL, 2012)[18]

Alencar (2014) aponta que o SINASE apresenta a primeira previsão no ordenamento jurídico brasileiro da adoção de práticas ou medidas restaurativas. O inovador nessas práticas é a possibilidade da participação da resolução dos problemas causados pelo ato infracional de forma ativa e conjunta entre o ofendido e o ofensor e, quando for o caso, de outros sujeitos da sociedade que possam ter sido atingidos pelo ato, com a ajuda de um mediador na busca da construção de um acordo.

É nesse contexto que os PIAs passam a ter um papel mais destacado nas práticas de execução das medidas socioeducativas, pois é a partir da Lei do SINASE, em 2012, que a execução do documento passa a ser obrigatória, como um dos objetivos das medidas socioeducativas por meio da também obrigatória elaboração e implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nas três esferas de governo.

> O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. (BRASIL, 2012)[19]

O foco do SINASE é especificamente a elaboração de políticas que abordem o atendimento ao adolescente em conflito com a lei e de suas famílias por uma frente múltipla de atuação que compreende as esferas da "educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública e outras" (*ibdem*, p. 17), guiadas pelo princípio da proteção integral de forma a agregar a essas políticas a compreensão da realidade de existência social desses adolescentes que muito frequentemente antecedem o ato infracional.

A obrigatoriedade do PIA confere às políticas socioeducativas um aspecto pessoal ao atendimento e se pauta pela construção conjunta de metas entre a equipe multiprofissional e interdisciplinar juntamente com o adolescente e sua família. A elaboração conjunta do PIA reflete a consideração do papel que dimensões sociais e coletivas possuem no fortalecimento

[18] Art. 1º, § 2º , Lei 12594/2012.
[19] Art. 52, Lei 12.594/12.

das potencialidades e das capacidades de enfrentamentos de desvantagens. A inclusão relacional no âmbito relacional e familiar aparece aqui como esferas a serem acionadas para promoção de condições de proteção para o adolescente.

Observa-se, portanto, que o contexto de surgimento do PIA está relacionado a uma progressão em relação às políticas de medidas socioeducativas no país, que passa da compreensão da criança e do adolescente como um objeto de tutela para seu entendimento como sujeitos em desenvolvimento, que possuem direitos fundamentais a serem garantidos. Além disso, no caso do cometimento de um ato infracional, o adolescente tem a sua parcela de responsabilidade e o dano causado pelo seu ato levados em conta, tendo a realidade de existência social como um importante balizador a ser considerado na responsabilização por meio das medidas socioeducativas. Estas, por sua vez, possuem caráter tanto retributivo quanto pedagógico, e não se enquadram na dualidade simplificada vítima-agressor, em função principalmente das condições especiais de desenvolvimento em que se encontram o adolescente autor do ato infracional.

3.2 - Autoria:

Como apontado anteriormente, a respeito do contexto de surgimento do PIA como um instrumento de efetivação das políticas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o PIA surge como um desdobramento de um processo que direciona a mudança de perspectiva a respeito da criança e do adolescente para que estes sejam reconhecidos como sujeitos em desenvolvimento que possuem direitos que visam a sua proteção integral. Em correspondência ao contexto de instituição do PIA como um instrumento obrigatório, o artigo 12 da lei do SINASE, institui que:

> A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência. (BRASIL, 2012)

Ou seja, o Plano Individual de Atendimento, utilizado no exercício do desenvolvimento das medidas socioeducativas, leva em consideração as especificidades de cada caso de adolescentes envolvidos no cometimento de atos infracionais, inclusive no que diz respeito a sua realidade de existência social, que envolve aspectos de diversos âmbitos. Para isso, a construção do PIA deve ser amparada pelo trabalho de uma equipe multidisciplinar, que

envolva, no mínimo, profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, podendo ainda, como disposto no parágrafo primeiro do artigo 12, se valer de profissionais de outras áreas, na medida em que o programa de medidas socioeducativas para o caso em específico demandar.

Além da equipe técnica composta por profissionais de áreas diversas, a elaboração de um plano de atendimento para o cumprimento de medidas socioeducativas é feita com a participação efetiva da família e do adolescente, de forma frequente, seguindo o princípio da responsabilização do adolescente que leva em conta a sua realidade de inserção social e que abrange também a família, a comunidade e o Estado. Além disso, a participação da família e do adolescente na elaboração de um PIA segue seu principal objetivo de personalizar o atendimento do adolescente em conflito com a lei, sendo uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento social e pessoal do sujeito em suas particularidades. A participação constante da família e do adolescente na estruturação da execução da medida socioeducativa permite que as metas e os compromissos construídos conjuntamente recebam adequações conforme suas necessidades.

> Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo educacional do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do Art. 249 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal. (BRASIL, 2012)
>
> Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável. (BRASIL, 2012)

Após elaborado, o documento passa ainda por aprovação de atores do sistema judiciário, como o Defensor Público e o Promotor de Justiça, podendo, por eles, ser impugnado ou complementado. Percorrido esse processo, o documento pode ser homologado pela autoridade judiciária.

> Art. 41. A autoridade judiciária dará vistas da proposta do de plano individual de que trata o artigo 53 desta Lei ao defensor e ao Ministério Público pelo prazo sucessivo de 3 (três) dias, contados do recebimento da proposta encaminhada pela direção do programa de atendimento. §1º O defensor e o Ministério Público poderão requerer, e o Juiz da Execução poderá determinar, de ofício, a realização de qualquer avaliação ou perícia que entenderem necessárias para complementação do plano individual. §2º A impugnação ou complementação do plano individual, requerida pelo defensor ou pelo Ministério Público, deverá ser fundamentada, podendo a autoridade judiciária indeferi-la, se entender insuficiente a motivação. §3º Admitida a impugnação, ou se entender que o plano é inadequado, a autoridade judiciária designará, se necessário, audiência da qual cientificará o defensor, o Ministério Público, a direção do programa

> de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável. §5º Findo o prazo sem impugnação, considerar-se-á o plano individual homologado. (Brasil, 2012)

O PIA tem, portanto, 4 principais autores em sua elaboração: a equipe técnica, o adolescente, a família deste e o Poder Judiciário. Por trás dessa elaboração existe, como demonstrado, uma regulamentação bastante específica em relação aos procedimentos, aos encaminhamentos do documento e quanto a exigências a respeito da própria elaboração do PIA. Por meio do instrumento da legislação, o poder judiciário monitora a elaboração do documento, realizando questionamentos e o aprovando ou não e, posteriormente, também faz o mesmo em relação aos relatórios técnicos a respeito da execução do Plano, elaborados pela equipe multidisciplinar responsável por sua realização. O trabalho concreto com o adolescente acontece, portanto, em um contexto de execução de uma medida judicial. Ou seja, é nessa relação específica com a instituição judicial que a equipe profissional irá estabelecer um vínculo com o adolescente que pretende ser significativa para o presente e o futuro deste. Texeira (2014) ressalta que, para que se possa compreender melhor o processo de elaboração e execução de um Plano Individual de Atendimento, é necessário ir além do entendimento de seu aspecto normativo e ada compreensão do documento como um "protocolo institucional padronizado, como o preenchimento de um conjunto de formulários" (p. 107). Além de seu aspecto institucional e jurídico, a condição essencialmente necessária para a elaboração do PIA, segundo a autora, é que a sua criação e execução ocorra "com a participação do adolescente e da família ou adulto responsável/de referência" (p. 107).

Todo o trabalho na medida socioeducativa, desde a sua elaboração, se fundamenta no pressuposto de que "o PIA é uma construção participativa" (*ibdem*, p. 111), e isso exige da equipe profissional a consciência de que a construção do PIA deve implicar, necessariamente, na participação do adolescente. Alencar (2014) interpreta que o processo de permanência do adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa prioriza a participação ativa de quem seria o(a) maior interessado(a) no sucesso do processo: o adolescente. Essa interpretação reflete o caráter pedagógico que a medida socioeducativa possui, sem contrapor o aspecto retributivo, de forma que o sucesso no cumprimento do plano depende do engajamento tanto de seu elaborador (ou elaboradores), quanto do educando (Teixeira, 2014).

Embora elaboração do PIA exija a participação de uma "rede" (Teixeira, 2014, p. 111) de atores que inclui família ou responsáveis, equipe técnica, e Poder Judiciário, o protagonismo do adolescente na construção do documento é de suma importância para que o aspecto

educacional da medida socioeducativa seja cumprido com sucesso e para que haja mais garantias da execução do plano. A adesão do adolescente ao programa que lhe diz respeito é uma condição para o trabalho socioeducativo bem-sucedido, e essa adesão se relaciona com a participação dele na elaboração do Plano de Atendimento. Dessa forma, as condições para o cumprimento da medida devem propiciar espaço e tempo para a reflexão, a atribuição de sentidos e a ressignificação das vivências por parte do adolescente. A interlocução, tanto com a equipe técnica, quanto com o Poder Judiciário e os familiares sobre o cumprimento das medidas socioeducativas deve se dar de maneira realista, priorizando as informações sobre a real condição do adolescente e fornecendo um espaço para a construção de uma perspectiva de vida que o torne "agente da sua própria história" (p. 111).

3.3 - Autenticidade e confiabilidade do texto:

Discorro agora acerca da origem, autenticidade e confiabilidade dos textos dos documentos que tive em mãos para a análise. Como informado na seção metodológica, os PIAs que foram foco desta análise documental são documentos de "primeira mão", no sentido atribuído por Gil (2008, p. 46), ou seja, não passaram por nenhum tratamento analítico. São documentos cedidos pelo CIA-BH, que por sua vez reúne, em um mesmo espaço, instituições responsáveis pelo atendimento inicial ao adolescente infrator com o objetivo de tornar a jurisdição penal juvenil mais ágil e efetiva. Como consta nas web-páginas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais[20] e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública[21], o CIA-BH foi fundado em dezembro de 2008 com o objetivo de agilizar a prestação de atendimento ao adolescente autor de ato infracional no que diz respeito à aplicação e execução das medidas socioeducativas. O Centro atua por meio da integração operacional das instituições públicas que estão envolvidas na composição do sistema de justiça juvenil.

> O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) tem o objetivo de agilizar e dar maior efetividade à responsabilização do adolescente envolvido em ato infracional, concentrando, em um mesmo espaço físico, uma equipe interinstitucional composta por representantes da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), Polícia Civil, Polícia Militar, Tribunal de Justiça (Vara Infracional da Infância e Juventude), Ministério Público (Promotoria da Infância e Juventude), Defensoria Pública e Prefeitura Municipal. (Disponível em: <

[20] Disponível em: < https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/perguntas-frequentes/o-que-e-centro-integrado-de-atendimento-ao-adolescente-autor-de-ato-infracional-de-belo-horizonte-cia-bh.htm#.Y1mmWrbMJnI >. Acesso em: 26 de out. de 2022.

[21] Disponível em: < http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/cia-bh >. Acesso em: 26 de out. de 2022.

> http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/cia-bh >. Acesso em 26 de out. de 2022.)

Para a análise da autenticidade e confiabilidade do texto, Celard (2012) propõe um conjunto de perguntas para orientar a investigação, de forma que se dirija a atenção para a relação entre o autor ou autores dos documentos e o conteúdo por eles registrado. Tais perguntas parecem buscar compreender a posição do autor como testemunha dos fatos ocorridos, em quais condições a sua observação e registro dos fatos se dá. O sentido que será atribuído ao que está sendo relatado depende também dessa compreensão.

> Eles foram testemunhas diretas ou indiretas do que eles relatam? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam estar enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação? De estabelecer tal julgamento? Etc. (Cellard, p. 301)

Quanto a tais questões, primeiramente é importante pontuar que a elaboração do PIA é regida pela Lei 12.594/2012, que traça diretrizes e obrigatoriedades a respeito dos documentos, como veremos no próximo tópico sobre a "Natureza do Texto". De acordo com a legislação citada, os responsáveis pela elaboração do documento possuem um prazo de 45 dias, desde o ingresso do adolescente no programa de atendimento ao adolescente infrator, sendo que em caso de Medida Socioeducativa (MSE) de prestação de serviço à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA) esse prazo cai para 15 dias. Dentro desses prazos, os autores dos relatórios dos PIAs analisados, ou seja, a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do cumprimento das MSEs, se referenciam em diversos elementos que dizem algo a respeito dos acontecimentos relatados no documento.

A Lei 12.594/2012 estabelece que, para a elaboração do PIA, a direção dos respectivos programas de atendimento ao adolescente em cumprimento da MSE deverá ter acesso "aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo adolescente" (Brasil, 2012)[22]. Os autos de apuração dos atos infracionais são os mais importantes elementos de referência para a equipe técnica acerca do ato infracional cometido pelo adolescente. É importante destacar que a apuração do ato infracional cometido pelo adolescente faz parte de um procedimento que tem como finalidade a proteção integral do adolescente, e não necessariamente a aplicação de uma MSE, considerando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em

[22] Art. 57

desenvolvimento, como consta no art. 6º da Lei nº 8.069/90. A apuração do ato infracional preza pela celeridade, em decorrência do princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme prevê o art. 227 da Constituição Federal, conferindo o menor espaço de tempo possível entre a ocorrência do fato e a elaboração do auto. Principalmente, todo o processo de apuração do ato infracional é conduzido conforme a legislação específica, contida no ECA. Como exemplificado no trecho a seguir, retirado um dos documentos analisados, os autos servem como uma testemunha para equipe responsável pela elaboração do PIA a respeito, sobretudo, do ato infracional cometido pelo adolescente.

> K. encontra-se acautelado na Casa de Semiliberdade São João Batista desde 11 de setembro de 2013 pela prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33 da Lei n. 11.343/06), conforme se depreende dos autos de Apuração de Ato Infracional de n. 0024.xx.xxx.xxx -3.

Ainda sobre os atos infracionais, as certidões de antecedentes infracionais do adolescente, emitidas pelo Tribunal de Justiça, aparecem como uma fonte importante para os elaboradores dos PIAs para a compreensão da trajetória infracional do adolescente:

> Conforme consta na Certidão de Antecedentes Infracionais, possui passagens pelo Juizado da Infância e Juventude por atos infracionais análogos aos crimes de roubo e furto, e já recebeu as medidas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, nenhuma delas cumprida satisfatoriamente.

Além disso, a equipe conta com o acesso a documentos dispostos em órgãos responsáveis pelo atendimento ao adolescente infrator, além de órgãos da rede de assistência social e de outros serviços, como de saúde pública.

> O adolescente possui 28 passagens por furto na Comarca de Curvelo, dentre elas, ele recebeu 1 MSE de PSC, teve 3 cuja representação não foi oferecida, 1 extinção (art. 267 do CPC), 3 remissões e nos demais, a CSL-SJB informou o cumprimento da MSE de Semiliberdade. Na Comarca de Belo Horizonte, o adolescente possui 5 (cinco) passagens pelo CIA/BH.
>
> A equipe tem feito contato com a rede pública, especialmente com o Miguilim, para tentar entender melhor esse período da vida de G.
>
> Insta informar que a equipe fez contato na rede pública em Santa Luzia, mas não consta registro de passagens nos dispositivos da rede local.
>
> Quanto a rede socioassistencial em contato com CREAS/LA fomos informados que o adolescente não aderiu a nenhuma intervenção realizada pela equipe, pois tanto o adolescente quanto sua genitora não comparecem nos atendimentos agendados, não demostrando interesse.
>
> Em contato com o CRAS Ventosa a técnica do equipamento informou que o núcleo familiar é referenciado no equipamento, compareceu apenas por duas vezes para demandar a retirada dos documentos.

Os elaboradores dos relatórios dos PIAs também, e principalmente, têm como meio de acesso aos fatos os próprios relatos dos adolescentes que cumprem MSEs e de seus parentes e companheiras(os) que estão presentes no decorrer do cumprimento da medida.

> R. está acautelado respondendo pelo ato de homicídio em concurso de pessoas e tráfico de drogas. O mesmo relata que era uma situação de matar ou morrer devido ao ponto de tráfico, entretanto no relatório processual o adolescente afirma ter cometido homicídio devido a dívidas de drogas.
>
> A namorada de R. justifica a entrada do adolescente no crime devido a influências de amigos e que o mesmo já chegou a residir em Ipatinga devido uma ameaça de morte.
>
> A genitora conta que L., desde os quatro anos de idade, já demonstrava comportamento agressivo e irritativo.
>
> Sra. N. e o Sr. R. afirmaram que ele procurou pelo filho quando ele tinha 6 anos de idade.
>
> Outro ponto importante da saúde da adolescente faz relação ao uso de drogas. Como não há passagens pela rede de atendimento ou tratamento para esse fim as informações se baseiam no relato da adolescente.

A posição da equipe responsável pela elaboração dos PIAs como testemunha depende primariamente da qualidade de suas referências, dos registros das instituições públicas, dos documentos relacionados a apuração do ato infracional, da cooperação de instituições estratégicas que estiveram e/ou estão presentes na vida dos adolescentes e, principalmente da participação e cooperação de sujeitos-chave no contexto familiar e comunitário do adolescente. Esses elementos são os intermediadores entre a equipe técnica e os fatos. Portanto, o que será possível identificar em relação à existência social do adolescente está intimamente condicionado à qualidade dessas referências.

3.4 - Natureza do texto

O Plano Individual de Atendimento se trata de um documento de gestão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e tem sua estrutura correspondente a tal. Se trata de um documento administrativo e, de certa forma, jurídico, pois conta com a participação do Poder Judiciário em sua elaboração, além de ser um instrumento instituído pela Lei 12.594/2012. Todo o processo de elaboração da ferramenta, como apresentado anteriormente, segue diretrizes regulamentadas pela referida lei, contemplando a participação de, além dos demais autores, do Defensor e do Ministério Público na avaliação do conteúdo do documento para sua possível complementação ou impugnação. Sendo assim, como um documento que

passa por um sistema de fiscalização de sua adequação às normas da lei, deve estar submetido às exigências desta tanto em relação a sua estrutura, quanto ao conteúdo e termos.

Além das condições prescritas pela legislação para elaboração do documento, como a participação efetiva do adolescente, dos pais ou responsáveis e de sua família, o prazo de 45 dias para sua elaboração (ou de 15 em caso de MSE de PSC ou LA) desde o ingresso do adolescente no programa de atendimento, a Lei 12.594/2012, em seu artigo 54, estabelece algumas obrigatoriedades em relação ao conteúdo do documento. A legislação estabelece que em sua estrutura e conteúdo o PIA deve conter, em caso do estabelecimento de MSE em meio aberto, no mínimo:

> I - os resultados da avaliação interdisciplinar; II - os objetivos declarados pelo adolescente; III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; IV - atividades de integração e apoio à família; V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde. (Brasil, 2012)[23]

Para medidas de restrição de liberdade, seja em semiliberdade ou internação, o plano individual deve conter ainda:

> I - a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida; II - a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e III - a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas. (Brasil, 2012)[24]

Os elementos prescritos pela legislação permeiam o documento através dos sete tópicos que o estruturam: 1 - Considerações técnicas sobre o ato e a trajetória infracional, 2 - Considerações técnicas sobre a família, 3 - Considerações técnicas sobre as relações sociais, 4 - Considerações técnicas sobre escolarização, 5 - Considerações técnicas sobre profissionalização e trabalho, 6 - Considerações técnicas sobre cultura, esporte e lazer e 7 - Considerações técnicas sobre saúde. E em cada um desses âmbitos de consideração técnica um ou mais elementos prescritos pela legislação são contemplados.

> O adolescente demonstrou desejo de fazer cursos profissionalizantes de cabelereiro e vendas e também ser inserido no mercado de trabalho. L manifestou interesse de trabalhar em estabelecimentos comerciais, como lava jatos e supermercados. Esse

[23] Art. 54.
[24] Art. 55.

> serviço apresentará ao adolescente as ofertas de outros cursos e de trabalho protegido disponíveis na rede, que sejam compatíveis com o seu perfil.[25]
>
> Em conjunto com a equipe de Abordagem Social vamos planejar alguma ação in loco com a genitora, com o intuito de facilitar a integração sociofamiliar.[26]
>
> [...] necessária além de um acompanhamento mais próximo nos atendimentos, uma avaliação psiquiátrica. O socioeducando foi encaminhado para o posto de saúde e aguarda encaminhamento para a rede de saúde mental. Desde modo, a equipe técnica vai articular o tratamento no CAPUT também para essa desorganização que é apresentada uma vez que o adolescente terá neste espaço um acompanhamento psicológico e psiquiátrico.[27]
>
> No que se refere às atividades externas será proporcionado a adolescente saídas a espaços culturais, cinema, apresentações musicais e dança dentre outros. As atividades internas, a adolescente até o momento tem demonstrado interesse sendo bem participativa em todas as atividades propostas.[28]

Além da necessidade de correspondência à legislação específica e da natureza jurídica que permeia o documento, é importante considerar que se trata de um registro elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, que se utiliza de linguagem específica para abordar o caso, de acordo com cada âmbito específico.

> Na Comarca de Belo Horizonte, o adolescente possui 5 (cinco) passagens pelo CIA/BH, sendo elas: Processo nº 1177477-93.2014.8.13.0024, que apurou o ato infracional análogo ao crime de tentativa de Roubo Majorado (art. 157, 529, II c/c art. 14, II do CPB), tendo sido sancionado com a MSE de PSC, e que se encontra em execução; (...)
>
> No CREAS a equipe de atendimento tentou o fortalecimento de vínculos familiares, perante solicitação da Vara da Infância de Curvelo, no qual em leitura do prontuário do adolescente na Comarca constava as seguintes informações: em 13 de maio de 2009, foi solicitado judicialmente o acompanhamento do Conselho Tutelar, CRAS Bela Vista, CREAS, Saúde e inclusão do adolescente em Projetos Sociais (...)
>
> Em relação a saúde o jovem foi recebido pela enfermagem, avaliado, apresentou-se cooperativo, eupneico anictérico, acianótico, comunicativo.

Os PIAs se guiam, portanto, orientado por sua necessidade de adequação a uma legislação específica, estando passíveis a fiscalização por parte do poder judiciário, como uma peça que compõe um processo judicial. Além disso, se estrutura por meio de considerações

[25] Esse trecho exemplifica a abordagem dos incisos II e III do Art. 54 da Lei 12.594/2012. No caso, tal trecho se encontra em um tópico que se trata da junção dos temas escolarização e profissionalização e trabalho, em um único tópico no documento.
[26] Esse outro trecho, em correspondência ao inciso IV do Art. 54 da Lei 12.594/2012, está localizado no tópico que trata das considerações técnicas sobre a família no documento.
[27] Tal trecho parece corresponder à abordagem do inciso VI do Art. 54 da Lei 12.594/2012, e se localiza no documento no tópico que se refere às considerações técnicas sobre saúde.
[28] Esse demonstra o que pode ser uma consideração ao inciso II do Art. 55 da Lei 12.594/2012 e se encontra em um tópico que se trata da junção, em um único tópico, das considerações técnicas sobre escolarização, profissionalização, cultura, esporte e lazer no documento.

técnicas acerca de sete principais âmbitos, possuindo um caráter interdisciplinar que pode ser percebida pela linguagem técnica utilizada para descrever os fatos nas respectivas áreas de atuação específicas em relação ao caso.

3.5 - Os conceitos chaves e a lógica interna do texto

Como apresentado no tópico que discorre sobre o contexto de surgimento dos registros do PIA, estes fazem parte de um processo de reorientação das diretrizes das políticas socioeducativas no Brasil que tem como mudança principal a passagem da perspectiva da situação irregular para o paradigma da doutrina da proteção integral. A própria Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o ECA, é fundamentalmente orientada pela perspectiva da proteção integral, e orienta a regulamentação da execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, por meio da Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012), que também adota esse paradigma. O PIA, como já dito anteriormente, se trata de uma ferramenta para implementar as práticas socioeducativas, e a adoção dessa última perspectiva, referente à doutrina da proteção integral é a referência principal para a lógica interna do texto, direcionando a estruturação da ferramenta, os conceitos e termos utilizados e as considerações feitas sobre cada eixo (o ato e a trajetória infracional, família, relações sociais, escolarização, profissionalização e trabalho, cultura esporte e lazer e saúde).

A Lei do SINASE, como fruto do movimento de reorientação das políticas socioeducativas para caminhos que abordam a criança e o adolescente como sujeitos em desenvolvimento e alvo de ações de proteção, tem a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) como necessária e fundamental para execução das medidas socioeducativas. Nesse sentido, o PIA ocupa papel central na legislação, como um instrumento que permite a articulação de todos os setores envolvidos na execução da medida socioeducativa: setores da assistência social, da saúde, educação, entre outros, visando a garantia da proteção integral do adolescente. Dessa forma, como um primeiro ponto, podemos concluir que os registros dos PIAs possuem uma lógica interna interdisciplinar, orientada para a proteção integral do adolescente em seus direitos.

Em correspondência a isso, o PIA, como um instrumento pedagógico que orienta as práticas em relação ao adolescente no processo de cumprimento de uma medida socioeducativa, se conduz pela lógica principal da individualização da aplicação da medida. Ou seja, a medida socioeducativa é conduzida em conformidade à trajetória específica do adolescente em cada um

dos eixos. Dessa forma, os fatos descritos no documento, os apontamentos dos autos, os registros dos relatos dos adolescentes e de sua família, as informações obtidas por meio das instituições de assistência social, de saúde, educação etc., todos esses elementos presentes nos PIAs tem a função de fundamentar um plano de atendimento que vise a promoção da proteção dos direitos do adolescente levando em consideração a sua trajetória particular. Por isso o PIA é um importante instrumento para o funcionamento do sistema socioeducativo em conformidade com o novo paradigma.

Essa adequação das medidas à trajetória particular do adolescente se dá considerando cada um dos eixos e suas demandas específicas. Cada uma das informações descritas sobre cada um dos eixos contribui para a construção de propostas de intervenção socioeducativa que melhor garanta a proteção dos direitos do adolescente em seu contexto.

> O adolescente informa que nunca fez cursos de formação básica ou profissionalizantes, mas informa que gosta da área de mecânica pois tem interesse por motos e por desmontar e montar bicicletas. Serão realizadas intervenções individuais e o adolescente participará de oficina de orientação profissional para fomentar o interesse pela área de mecânica. (...) de todos os trabalhos que realizou o que mais gostou foi o hábito de arrumar bicicletas "aprendi sozinho a comprar as peças, a montar e desmontar. Os meninos lá da rua nem levavam na oficina, levavam para mim, só não consegui aprender a mexer no aro" (sic).

O trecho exposto, localizado no eixo das considerações técnicas sobre profissionalização e trabalho, exemplifica como a trajetória particular do adolescente serve de base para a proposição de intervenções durante o cumprimento da medida.

É importante considerar esse pano de fundo, referente a lógica que guia a construção de um plano de atendimento, no entendimento do significado de termos utilizados que tem um significado específico correspondente à Lei do SINASE e suas diretrizes. É o caso, por exemplo, do conceito de "responsabilização", que é acionado frequentemente como um dos objetivos a serem alcançados durante o cumprimento da MSE.

> M é receptivo e falante nos atendimentos, mas como dito anteriormente possui um discurso fragmentado e confuso, dificultando o trabalho de responsabilização, ainda inicial.
>
> Até o momento G. não intenciona fazer construções positivas sobre o futuro, nem pensar em projetos de vida fora da criminalidade, intervenções técnicas se intensificarão para que o adolescente inicie um processo de entendimento e responsabilização sobre sua atuação infracional.
>
> A equipe técnica vem fazendo intervenções no sentido de sensibilizar a adolescente sobre a responsabilidade de suas atitudes e suas consequências e a importância de se elaborar uma reflexão acerca da sua conduta infracional (...)

A responsabilização aqui referida se trata de um dos objetivos das medidas socioeducativas, prevista na Lei do SINASE. Sendo uma prescrição desse instrumento legal, tem seu sentido definido em relação ao paradigma que fundamenta tal lei. Ou seja, o processo de responsabilização deve atuar harmoniosamente com a garantia da proteção do adolescente em seus direitos de forma integral, não havendo incompatibilidade entre os dois processos. O processo de responsabilização e de reparação das consequências lesivas do ato infracional (sempre que possível)[29] está juntamente prescrito com a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais[30], ambos fundamentados pelo entendimento do adolescente pessoa em condição peculiar de desenvolvimento[31]. Sendo assim, os demais termos e expressões adotadas na construção dos PIAs devem ser lidos levando em conta a lógica da legislação que prevê o instrumento.

Em suma, no que se refere à lógica interna e os conceitos chaves dos registros de cada documento analisado, pode-se afirmar que aqueles são conduzidos considerando o objetivo de orientar a construção de uma MSE que promova a proteção integral do adolescente de maneira individualizada, conforme as novas diretrizes das políticas socioeducacionais no Brasil.

[29] Inciso I, Art. 2 da Lei nº 12.594/2012.
[30] Inciso II, Art. 2 da Lei nº 12.594/2012.
[31] Art. 6, Lei nº 8.069/1990.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES

As análises a respeito do conteúdo dos documentos se seguiram, inicialmente, pelo esforço de quantificar aspectos mais gerais dos textos em relação a cada uma das dimensões analisadas. Todas as dimensões que serão descritas emergiram após leitura sistemática dos textos, tendo em mente o objetivo principal da análise exploratória realizada aqui: o de perceber as manifestações de aspectos que contribuem para a configuração de uma realidade de vulnerabilidade social na vida desses adolescentes foco de atuação dos PIAs analisados e como elas ocorrem, com atenção especial para uma possível relação particular entre esses aspectos e a experiência desse público vivida em trajetória de rua. Essas dimensões se tratam, portanto, de elementos que foram percebidos com o potencial de propor relações sobre as possíveis manifestações de aspectos vulnerabilizantes.

As dimensões identificadas e analisadas aqui foram “Sexo”, “Analogia do ato infracional”, “Uso de drogas”, “Idade do primeiro envolvimento com o uso de drogas”, “Problemas relacionados à saúde psíquica”, “Problemas relacionados à saúde física”, “Paternidade ou maternidade na adolescência”, “A existência do registro de vínculos com instituições de acolhimento”, “Fragilidade dos vínculos familiares”, “Fragilidade dos vínculos comunitários”, “Fragilidade dos vínculos escolares” e “Envolvimento em atividades laborais”. A princípio, em um plano mais amplo, serão apresentados resultados das frequências das manifestações de categorias das dimensões “Sexo”, “Analogia do ato infracional”, “Uso de drogas”, “Idade do primeiro envolvimento com o uso de drogas”, “Problemas relacionados à saúde psíquica”, “Problemas relacionados à saúde física”, “Maternidade ou paternidade na adolescência” e “A existência do registro de vínculos com instituições de acolhimento”, além de uma análise descritiva simples de cada dimensão.

Em relação às outras quatro dimensões, relacionadas à fragilidade dos vínculos escolares, comunitários, familiares e ao envolvimento precário em atividades laborais, nesse primeiro momento, serão apresentadas apenas as frequências com que essas dimensões foram identificadas no conjunto de todo o *corpus* analisado. A deliberação por essa forma de apresentação dos resultados se deve à característica de maior complexidade dessas quatro últimas dimensões e de suas categorias. Além disso, são dimensões que dizem mais diretamente sobre as condições de inserção relacional do adolescente. Sendo assim, a elas será conferida uma atenção à parte.

As últimas dimensões a serem analisadas se referem à forma como a situação de rua se manifesta na vida do(a) adolescente. Esse tema será abordado por meio de duas dimensões que foram identificadas durante a leitura sistemática dos textos dos relatórios, com foco especial para as passagens que abordam a trajetória em situação de rua do sujeito acompanhado pela equipe do PIA. São elas as "Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua" e os “Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua". Acredita-se que a análise detalhada dos registros sobre a trajetória em situação de rua desses adolescentes, por meio dessas duas dimensões, possa trazer muitas contribuições para o entendimento da influência dos aspectos vulnerabilizantes da existência social do adolescente no encaminhamento deste para a situação de rua, além de como esses aspectos continuam se manifestando no ambiente da rua. Nessa seção da apresentação dos resultados será feita uma exposição das categorias dessas duas dimensões, assim como suas análises.

4.1 - Análise em um plano amplo das dimensões identificadas

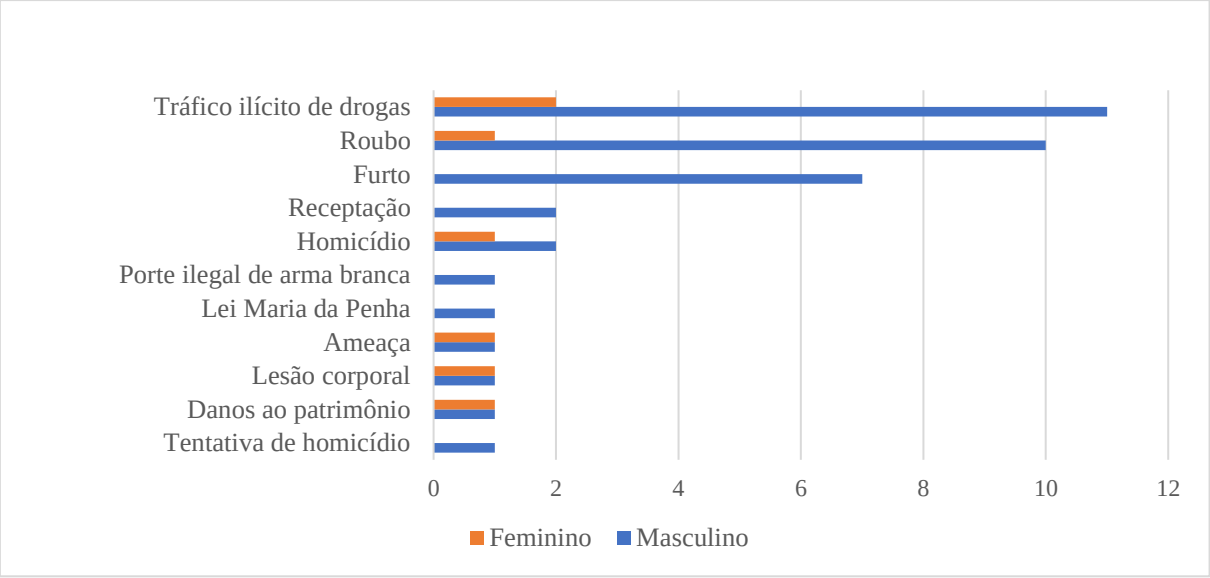
Iniciando pela dimensão “Sexo”, foi observado que uma frequência absoluta de 5 (21%), dos 23 PIAs analisados, tratam sobre o acompanhamento de adolescentes do sexo feminino, e os 18 restantes (78%) são sobre casos de adolescentes do sexo masculino.

A respeito da analogia do ato infracional, foram considerados todos os atos registrados no plano de atendimento, tanto os que eventualmente ocorreram antes da aplicação da MSE sobre a qual o PIA analisado se refere, quanto os que resultaram na aplicação das respectivas medidas. O ato infracional que foi identificado com mais recorrência entre os cometidos pelos adolescentes atendidos foi o análogo ao crime previsto no artigo art. 33 do Código Penal Brasileiro (CPB) (tráfico ilegal de drogas). Tal ato infracional é mencionado em 13 dos 23 documentos analisados (Gráfico 1), representando prática identificada em 56% dos adolescentes acompanhados e 28% de todas as práticas infracionais relatadas nos PIAs que foram cometidas pelos adolescentes ao longo de suas trajetórias infracionais. Em seguida, a prática do ato infracional análogo ao crime tipificado pelo art. 157 do CP (roubo) foi identificada 11 vezes (Gráfico 1), correspondendo a prática de 47% dos adolescentes acompanhados. A prática de ato infracional que aparece com a terceira maior recorrência nos registros é a análoga à infração penal tipificada pelo art. 155 do CP, que trata sobre a prática de furto. Foram 7 adolescentes apontados pelos relatórios que possuíam envolvimento com esse

tipo de ato infracional (Gráfico 1), 30% do total. 3 PIAs (13%) que relatam o envolvimento de adolescentes com a prática de ato análogo ao crime tipificado pelo art. 121 do CP (homicídio) foram registrados pelo conjunto de relatórios analisados. Os demais atos infracionais não tiveram frequência absoluta superior a 2, e se encontram descritos no gráfico 1, assim como a frequência absoluta desagregada por sexo.

Em relação ao uso de drogas ilícitas, 18 dos 23 relatórios dos planos de atendimento registram algo a respeito do envolvimento do(a) adolescente acompanhado com o uso de drogas ilícitas. É importante considerar que a análise realizada aqui se limita às informações fornecidas pelos registros. Dessa forma, o número de casos em que o adolescente em cumprimento da MSE faz ou já fez uso de drogas ilícitas pode ir além dos identificados na análise, já que tal informação, por critério da equipe técnica responsável pela elaboração do documento, pode não ter sido registrada em alguns dos relatórios dos PIAs. Desses 18 relatórios que descrevem casos de uso de drogas ilícitas, apenas 12 trazem de forma precisa a idade em que o(a) adolescente fez o primeiro uso. A menor idade registrada sobre o primeiro uso é de 8 anos, e a maior, de 15 anos. A média entre as 12 idades registradas sobre o 1 uso é de 11, 75 anos, com desvio padrão aproximado de 2 anos.

Gráfico 1 - Frequência absoluta da analogia dos atos infracionais



Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022)

No que diz respeito às dimensões relacionadas ao âmbito da saúde, 11 dos casos de acompanhamento das equipes dos PIAs se referem à adolescentes que apresentam histórico de problemas relacionados à saúde mental, e em alguns casos, os antecedentes de usos abusivo de drogas é apontado como um elemento associado a isso, além de em outros momentos compor o quadro de problemas relacionados à saúde no geral. Em alguns casos, o impacto do histórico de uso de drogas se desdobra no encaminhamento para tratamentos psiquiátricos e toxicológicos. O uso abusivo de drogas também aparece mencionado associado a um quadro de problemas de saúde integral, tanto física quanto mental, não o direcionando exclusivamente a um aspecto da saúde, mas como um tema incluído de forma abrangente no tópico das considerações técnicas sobre saúde.

> Relata uso de maconha e loló desde os 12 anos de idade, e que passou por tratamentos toxicológicos em duas clínicas: Restaurando Vidas em São Joaquim de Bicas e Projeto Liberdade em Santa Luzia. Em 2014 passou por tratamento de saúde mental no CERSAMI Padre Estáquio, encaminhado pelo Conselho Tutelar, porém interrompeu.
>
> A equipe percebeu que precisava encaminhar o adolescente para tratamento de saúde com psiquiatria devido o(sic) uso e drogas e seu por causa do seu estado psíquico.
>
> O histórico de saúde da adolescente se pauta principalmente em sua saúde psíquica. (...) Outro ponto importante da saúde da adolescente faz relação ao uso de drogas. (...) Segundo a mesma (sic), iniciou o uso de drogas aos 10 anos de idade. O inicio (sic) se dá com a maconha, evoluindo depois para a cocaína e o loló. A adolescente relata que o uso de cocaína foi interrompido aos 16 anos devido ao que é percebido em seu relato como o início de uma overdose, dada pelo uso concomitante de maconha, cocaína e loló. Diante do uso de maconha e loló que ainda permanecia até antes do acautelamento. A mesma (sic) demanda tratamento.

Houve seis PIAs com apontamentos específicos sobre problemas relativos à saúde física dos adolescentes, que abrangem desde problemas respiratórios, sequelas deixadas por acidentes, problemas odontológicos, até infecções sexualmente transmissíveis.

> (...) o adolescente relata que sofre com bronquite e asma e que utiliza broncodilatador em casos de crise.
>
> Sondaremos também às situações relatadas pela família (atropelamentos/ braço quebrado/ perda do baço) e as prováveis consequências destes acidentes para a condição de saúde do adolescente.
>
> B quer operar para sarar seu estrabismo.
>
> O adolescente foi diagnosticado com DST (sífilis) e realizou tratamento. Atualmente encontra-se em controle trimestral durante um ano.

Sobre maternidade ou paternidade na adolescência, houve três casos identificados, sendo dois entre adolescentes do sexo masculino e um entre uma adolescente do sexo feminino. Em um dos casos, a criança ainda viria a nascer no período de cumprimento da MSE do pai, e

o documento não é preciso ao informar a idade do adolescente nesse momento de acompanhamento pelo plano de atendimento. Tampouco nos outros dois casos as idades com que os adolescentes vieram a se tornar pai/mãe são informadas com exatidão.

A respeito da existência de vínculos desses adolescentes com instituições de acolhimento, incluindo casas de passagem, abrigos e albergues, foram encontrados em 9 PIAs com registros de vínculos pregressos com algumas dessas instituições. Em alguns momentos, o vínculo com as instituições de acolhimento é relatado como uma resposta à situação de rua do(a) adolescente, se tratando de uma forma de ter acesso a direitos básicos. Em outros, é relatado associado a situações de ameaça, onde o encaminhamento do(a) adolescente para a instituição de acolhimento tem o intuito de preservar sua integridade física em contextos de ameaças vindas da comunidade de origem. Em um caso é relatado situação de violência doméstica, onde, à época, o Conselho Tutelar retira a adolescente acompanhada e seu irmão do ambiente doméstico e da tutela de sua responsável e os encaminha ao acolhimento institucional.

> O adolescente está acolhido no Centro de Passagem O Consolador, anteriormente passou pelo abrigo Dom Bosco e pelo Centro de Passagem Dom Bosco, em intervalo de tempo inferior a um mês. Em reunião com o Centro Pop Miguilim, recebemos a informação de que L realiza o trajeto instituição – rua – Centro Pop desde 2009.
>
> J. a partir dos 11 anos começa a morar nas ruas de Curvelo e a cometer pequenos atos infracionais para sustentar o vício nas drogas (crack) e sua alimentação. Perante medida protetiva, conseguem que o adolescente seja encaminhado ao Abrigo Associação Resgate João Batista (...)
>
> (...) o filho sofreu ameaças e teve que sair de casa passando a residir no Centro de Passagem O Consolador,
>
> (...) passou por vários abrigos devido à situação de ameaça e a impossibilidade de retorno ao convívio familiar (...)
>
> (...) o Conselho Tutelar retirou os irmãos da responsabilidade da Sra. C. e os encaminhou para acolhimento institucional" "entre 5 a (sic) 7 anos J registrou passagem pelo Abrigo Arca." "Em outubro/13, J foi transferida para a Casa Feminina Aquarela e relata uma convivência conturbada (...)

Passemos agora para uma análise inicial sobre as dimensões relacionadas aos vínculos familiares, comunitários e escolares e ao envolvimento precário e inapropriado em atividades laborais, apresentando a frequência com que essas dimensões se manifestaram, como indicativos aspectos vulnerabilizantes em todos os 23 documentos analisados.

A dimensão que mais se destaca, sem sombra de dúvidas, é a relacionada aos aspectos de fragilidade dos vínculos familiares. Em todos os 23 relatórios analisados foram identificados registros que retratam situações de fragilização dos vínculos familiares, que passam por

contextos de violência doméstica, exposição ao consumo de drogas no ambiente familiar, envolvimento de pais ou responsáveis ou parentes próximos com práticas criminosas, abandono, abuso sexual, contextos familiares de extrema pobreza, falta de uma figura referência de autoridade, entre outros. Essa dimensão raramente é composta por um só aspecto que contribui para a fragilização dos vínculos, sendo geralmente o resultado de um conjunto de situações que ao longo da trajetória do adolescente no seu contexto familiar foram se acumulando e fragilizando os laços, como demonstra o exemplo abaixo:

> (...) seus irmãos e pais também se envolveram no tráfico juntamente com a adolescente (...) seu pai e seu irmão foram assassinado (...) sua mãe faleceu em 2015 (...) B relata que foi rejeitada pelos pais desde a gestação, conta que sua mãe queria aborta-la e ao nascer a abandonou, tendo sido encontrada por um catador de papel (...) os pais eram usuários de drogas (...) Aos 7 anos de idade relata que foi abusada sexualmente pelo avô e que o mesmo a ameaçava caso contasse, mas sua avó acabou percebendo e quando ela admitiu o que acontecia, foi expulsa de casa (...) sua mãe é baleada num assalto a banco e morre.

Em seguida, a dimensão relacionada à fragilidade dos vínculos comunitários só não foi identificada em um dos 23 documentos analisados, tendo bastante destaque. Os aspectos vulnerabilizantes relacionados aos vínculos comunitários estiveram relacionados a situações de ameaça nas comunidades de origem pelos motivos mais variados, desde dívidas a grupos de tráfico de drogas a ameaças em função da denúncia ou testemunho de práticas criminosas de terceiros, a influências de amizades que possuem envolvimento com criminalidade, ao aliciamento pelo tráfico de drogas, desenvolvimento de laços em torno da prática de atividades ilícitas, problemas de convivência em centros de acolhimento etc.

> (...) ele presencia um homicídio de uma pessoa no bairro da casa de sua mãe e por isso ele começa a ser ameaçado por estas pessoas (...)
>
> O adolescente relata que gostava de ficar com os colegas de bairro e então resolveu experimentar com eles a droga.
>
> (...) já esteve ameaçada em função de algumas dividas (sic) que contraiu do tráfico.
>
> (...) iniciou a trajetória após começar a se relacionar com outros adolescentes envolvidos em tais práticas.
>
> (...) relata ter iniciado seu envolvimento desde os 9 anos de idade, quando foi apadrinhada por 'P.', um patrão do tráfico em Santa Luzia.
>
> (...) justifica a entrada do adolescente no crime devido a influências de amigos (...).

Em relação aos vínculos escolares, em 20 documentos são apontados casos em que os(as) adolescentes experimentaram situações que fragilizaram seus vínculos e geram

defasagens em suas trajetórias de educação. Essas situações frequentemente se caracterizam por casos de evasão, sendo estes, boa parte das vezes, associados ao envolvimento do adolescente com práticas infracionais. O início da trajetória infracional parece ser um elemento que compõe o processo de evasão escolar entre esses adolescentes. Além disso, em alguns casos se observa que o comportamento desviante ocorre em função de relações estabelecidas dentro do próprio ambiente escolar, no convívio com demais alunos que possuem envolvimento com atividades ilícitas. A ocorrência de retenção acumuladas nos anos letivos também é relatada com frequência. Os aspectos que podem caracterizar fragilidades nos vínculos escolares também são indicados nos documentos por meio de relatos dificuldades de convivência no ambiente escolar, em função de condutas inadequadas e comportamentos agressivos por parte do adolescente, assim como dificuldades de convivência com professores e demais alunos, e a prática de bullying, sofrida ou exercida sobre outros etc.

> (...) o adolescente abandonou os estudos em abril de 2014 (...) desistiu dos estudos devido ao envolvimento com a criminalidade. (...) Repetiu de ano duas vezes.
>
> (...) quase todo o período escolar de L. foi permeada (sic) por agressões, furtos e mal comportamento. (...) reconhece que tivera alguns desentendimentos na escola, muitos dos quais, causados pelo seu temperamento agressivo (...) reagia de maneira violenta e, na companhia de colegas, fazia bagunça e matava aulas (...) além de agredir os colegas, furtava os lanches e mochilas das crianças.
>
> O adolescente relata que não se lembra de quantas vezes foi reprovado, apenas disse que "foram muitas".
>
> A relação que J. estabeleceu no Espaço Escolar não foi muito proveitosa (...) cumula cinco anos de evasão escolar (...) abandona o Espaço Escolar por conta do prematuro envolvimento com a criminalidade e uso de drogas ilícitas.
>
> O adolescente usava os equipamentos públicos como a escola para firmar laços de amizades, que seguisse (sic) os mesmos caminhos seus. (...) o adolescente sofria de depressão e fazia uso de medicamentos controlado e ainda era vítima de bulling (sic) entre os colegas da escola.

A dimensão que aborda a temática do desempenho de atividades laborais foi identificada por meio de registros que descrevem o envolvimento dos adolescentes em atividades de laborais que não se adequam aos critérios estabelecidos pela constituição de 1988[32], pelo ECA[33] e pela CLT[34], no que se refere ao envolvimento de pessoas nessas faixas etárias em atividades de trabalho. Ou seja, esses registros apontam o desempenho de atividades laborais que não respeitam a idade mínima permitida pela legislação (14 anos), nem o caráter de aprendizado

[32] Art. 7, Inciso XXXIII, da constituição brasileira de 1988.
[33] Art. 60 e 61 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.
[34] Art. 403 da Consolidação das Leis do Trabalho.

que preserva o direito à educação e ao desenvolvimento profissional, nem a proibição do envolvimento do adolescente com atividades de trabalho que sejam executadas em condições insalubres ou que ofereçam risco à sua integridade física ou psíquica. Essa dimensão foi identificada em 15 dos documentos analisados, e abarca o desempenho de atividades que têm como pano de fundo o ambiente da rua (como a prática de malabares em sinais de trânsito, a atividade de lavador de carros, vigia de carros nas ruas, catação de materiais recicláveis etc.), além de atividades no ramo da construção civil e de atividades exercidas em acompanhamento de parentes ou de pessoas próximas.

> J. relata ter experiências como Ajudante de Pedreiro e Catador de Materiais para Reciclagem. Tais atividades, J. desenvolvera durante o período em que escolheu sair de casa e ir morar nas ruas aos 12 anos.
>
> Trabalha como ajudante de obras com muito interesse (...). Em 2013 trabalhou em duas obras (...). Ficou mais de dois meses trabalhando (...) trabalhou com tubulações e outras atividades da construção civil.
>
> (...) já trabalhou informalmente em um canil orientado pelo padrasto.
>
> Relata experiência laboral informal ao acompanhar sua avó que trabalhava como diarista.
>
> Ele passa a trabalhar fazendo bicos, olhando e lavando carros nas ruas para afastar do envolvimento com as drogas.
>
> Aos 15 anos, começou a trabalhar em uma concessionária, como lavador de carros durante 7 meses (...) a concessionária mudou de endereço e R. ficou sem trabalhar, dessa forma, R. volta para o tráfico de drogas.

Algo que chamou a atenção na análise dessa última dimensão foi a frequente referência ao envolvimento do adolescente em atividades laborais como algo que se opõe à prática de condutas desviantes e ao envolvimento com a criminalidade e o uso de drogas, como pode ser identificado nos dois últimos exemplos acima. Essa característica será mais bem analisada à frente.

4.2 - Apresentação de resultados de análise da dimensão “Fragilidade dos vínculos familiares” e de suas categorias:

Como abordado na seção metodológica deste estudo, a categorização em cada uma das quatro principais dimensões analisadas aqui seguiu o princípio semântico. Na medida em que foram sendo identificados índices, ou seja, menções de situações que foram consideradas manifestações de aspectos de fragilidade dos vínculos familiares, como neste caso (ou comunitários, ou escolares, ou referentes ao envolvimento em atividades laborais, como nos

próximos casos), esses índices foram agrupados por temas relativos ao tipo de fragilidade dos vínculos familiares (ou comunitários, ou escolares, ou tipo de atividade laboral exercida), constituindo categorias.

A dimensão referente à fragilidade dos vínculos familiares foi identificada em todos os 23 documentos analisados, e seus índices foram agrupados em 11 categorias. Todas as categorias correspondentes a essa dimensão se encontram discriminadas no quadro 1, seguidas de suas conceitualizações e exemplos de índices.

Quadro 1 - Categorias identificadas na dimensão "Fragilidade dos vínculos familiares", seus conceitos e exemplos de índices.

Categoria	**Conceito**	**Exemplos de índices**
Envolvimento dos pais ou parentes próximos com a criminalidade	Situações em que pai, mãe, padrasto, irmão ou irmã, ou qualquer outra pessoa que possua algum grau de parentesco com o(a) adolescente e esteja próximo ao seu convívio familiar possui histórico de envolvimento com práticas ilícitas.	"seu pai foi preso devido ao crime de tráfico de drogas"
Abandono e/ou rejeição	Situações em que pais, responsáveis ou grupo familiar se omitem de seus deveres legais de garantir o acolhimento do(a) adolescente no núcleo familiar, de assegurar, “com absoluta prioridade, seu direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”[35] ou de preservá-lo(a) de “toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”[36].	Ex. 1: "J. ficava pelas ruas a maior parte do tempo e até chegava a mendigar, não ia a escola e não apareça nenhum familiar para leva-lo (sic) de volta a casa." Ex. 2: "Em relação ao abuso sexual (...) queixa-se da banalização do fato pelo seu meio familiar."

[35] Art. 227, Constituição Federal de 1988.
[36] *Ibdem*.

Contexto de violência doméstica	Contextos em que o(a) adolescente está frequentemente exposto à violência doméstica, seja por presenciar a conduta entre os cônjuges responsáveis ou por ser ele(a) a vítima.	"O relacionamento do casal era permeado por conflitos: ‘a gente brigava direto. Ele fumava o negócio e ficava agressivo, ficava doidão e vinha pra cima de mim e me batia’.”
Abuso sexual	Situações em que o(a) adolescente sofre ou sofreu, dentro do ambiente familiar, situações de violência sexual, seja por parte dos pais ou responsáveis, ou por outro membro do convívio familiar.	“J. foi inserida em duas famílias substitutas, ambientes nos quais a adolescente foi vítima de abuso sexual."
Pais ou familiares próximos usuários de drogas	Situações em que pai, mãe, padrasto, irmão ou irmã ou alguma outra pessoa que possua algum grau de parentesco com o(a) adolescente e esteja próximo ao seu convívio familiar possui histórico de dependência química ou uso abusivo de drogas.	"(...) seu companheiro sempre fez uso de crack, inclusive em casa, na presença dos filhos, chegando a vender objetos da moradia para sustentar seu consumo."
Falecimento de pais ou responsáveis	Situações em que o pai, a mãe, ou ambos, ou qualquer outra pessoa que tenha sido responsável pelo adolescente tenha falecido por causas diversas.	“Quanto ao genitor, este faleceu quando G. era bebê. Sra. A. P. (mãe), faleceu há 2 anos, a causa do óbito, câncer"
Ausência de referência de autoridade	Contextos em que pais ou responsáveis se omitem ou são incapazes de exercerem papel de autoridade ou estabelecer limites sobre a conduta do(a) adolescente e não é identifica outra pessoa no contexto familiar que ocupe esse lugar.	“Devido Sra. V. trabalhar o dia todo, esta não tinha controle sobre o filho (...) o filho optou por morar nas ruas e a mesma aceitou. (...) o adolescente não possui uma referência de autoridade e limites junto a sua família."
Pais ou responsáveis com saúde física ou psíquica debilitada	Situações em que pai, mãe ou responsável pelo(a) adolescente apresente problemas crônicos de saúde, limitações motoras ou sensoriais, quadro de doença mental ou se encontra debilitado(a)	Ex. 1: "A genitora se encontra afastada por problemas de saúde, faz uso de medicação e tem acompanhamento por psicólogos e psiquiátrica (...) esquizofrenia"

	por algum outro problema de saúde física ou psíquica.	Ex. 2: "(a mãe) está afastada pelo INSS há cinco anos devido episódio de trombose e Doença Pulmonar Crônica"
Condição familiar de pobreza e vulnerabilidade social	Contexto familiar de pobreza e vulnerabilidade econômica, com histórico de violação de direitos fundamentais, com precariedade de acesso a serviços públicos, inscritas ou não em programas governamentais de redistribuição de renda ou assistência social.	Ex. 1: “A família era muito vulnerável, sofria violência doméstica e passava por dificuldades financeiras.”
		Ex. 2: "a família foi indicada, pelo Centro de Saúde da região, para o programa Família Cidadã, que trabalha com famílias em situação de extrema vulnerabilidade social."
Pais, responsáveis ou parentes próximos com problemas de alcoolismo.	Situações em que pai, mãe, padrasto, irmão ou irmã ou alguma outra pessoa que possua algum grau de parentesco com o(a) adolescente e esteja próximo ao seu convívio familiar possui histórico de alcoolismo ou uso abusivo de bebidas alcóolicas.	“o padrasto (...) possui problemas de alcoolismo e violentava sua mãe."
Pais com trajetória em situação de rua	Situações em que o pai, a mãe, ou ambos possuem trajetória ou estão em situação de rua.	"Atualmente o pai está em liberdade, porém, é usuário de crack e está em situação de rua na região do morro do Papagaio."

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

Em cada um dos 23 documentos onde essa dimensão é identificada podem ser encontrados mais de um índice que correspondam, cada um, a mais de uma categoria. Dessa forma, os vínculos familiares de um(a) mesmo(a) adolescente acompanhado pela equipe do PIA pode ser marcado por situações de abandono e/ou rejeição ao mesmo tempo em que está inserido em um contexto familiar de pobreza e vulnerabilidade social.

A frequência com que cada uma das categorias foi identificada no *corpus* dos 23 documentos analisados se encontra descrita na tabela 1, em ordem decrescente.

Tabela 1 - Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Fragilidade dos vínculos familiares".

Categoria	Freq. Absoluta
Abandono e/ou Rejeição	23
Pais ou familiares próximos usuários de drogas	12
Contexto de Violência doméstica	12
Pais ou responsáveis com saúde física ou psíquica debilitada	9
Envolvimento dos pais ou parentes próximos com criminalidade	9
Falecimento de pais ou responsáveis	7
Pais, responsáveis ou parentes próximos com problemas com alcoolismo	7
Ausência de referência de autoridade	6
Condição familiar de pobreza e vulnerabilidade social	6
Pais com trajetória em situação de rua	3
Abuso sexual	3

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH.

4.3 - Apresentação de resultados de análise da dimensão “Fragilidade dos vínculos comunitários” e de suas categorias:

Passemos agora para a análise da dimensão “Fragilidade dos vínculos comunitários”, que foi abordado em 22 dos 23 documentos analisados. De igual modo, a categorização dessa dimensão seguiu o princípio semântico, tendo sido identificados índices que fundamentaram a construção de nove categorias distintas correspondentes a temas mais específicos. As categorias construídas a partir da análise dessa dimensão, assim como seus conceitos e exemplos de índices, se encontram apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 - Categorias identificadas na dimensão "Fragilidade dos vínculos comunitários", seus conceitos e exemplos de índices.

Categoria	Conceito	Exemplos de índices
Situações de ameaça	Contextos em que o(a) adolescente é alvo de ameaças por pessoas ou	Ex. 1: "ele presencia um homicídio de uma pessoa no bairro da casa de sua mãe e

	grupos em sua região de residência ou origem, seja por motivo de dívidas a grupos de tráfico de drogas, rivalidade entre grupos, delação ou testemunho de conduta criminosa, ou outra razão.	por isso (sic) ele começa a ser ameaçado por essas pessoas”. Ex. 2: "já esteve ameaçada em função de algumas dividas (sic) que contraiu do tráfico".
Dificuldade de convivência entre pares	Situações em que é relatada, de maneira genérica, dificuldade de interação e estabelecimento de vínculos com outros adolescentes. Aparece sempre associada a relações entre pares estabelecidas no contexto institucional, seja de internação ou acolhimento.	“No sentido das casas de acolhimento. Teve problemas de convivência nos abrigos”.
Influência de grupo para comportamentos de risco	Contextos em que a adoção de comportamentos de risco ocorre associada ao convívio em uma coletividade, sem organização claramente definida, que tem tais práticas presentes na socialização dos indivíduos que a compõe. Pode se tratar, por exemplo, de um grupo de amigos.	"até reencontrar antigas amigas de seu convívio, quando, então (sic) passou a acompanha-las (sic) nos “bailes funk” fazendo inclusive (sic) uso de drogas”.
Vínculos pessoais de influência para o envolvimento com práticas ilícitas	Situações em que o adolescente estabelece vínculo com uma pessoa de referência ou grupo organizado específico que facilita ou incentiva seu envolvimento com atos infracionais.	Ex. 1: "No Suzana, D. começou a andar com um homem conhecido como B., que pediu para matar uma pessoa”. Ex. 2: "relata ter iniciado seu envolvimento desde os 9 anos de idade, quando foi apadrinhada por P. (...) que já é falecido. Diz que ele lhe deu armas e a ensinou tudo sobre o tráfico".
Estigmatização ou Isolamento social em decorrência de comportamentos de risco e/	Situações em que a adoção de comportamentos de risco por parte do(a) adolescente ou seu envolvimento com	Ex. 1: "o adolescente ficou estigmatizado na cidade (...) J. sofreu várias agressões na cidade, por moradores e

ou envolvimento com criminalidade	condutas infracionais contribui com seu isolamento social, seja por estigmatização ou por retraimento em função do comprometimento de suas habilidades sociais. Neste último caso, um exemplo que vem a calhar é em caso de retraimento em decorrência do uso abusivo de drogas.	policiais, chegando ao ponto de ser internado pela gravidade da situação e ficar ameaçado”.
		Ex. 2: “não relata muitos vínculos, talvez por que há oito anos faz uso abusivo de crack, afastando-se da realidade das pessoas de sua região”.
Influência de grupos na prática de atividades ilícitas	Contextos em que o envolvimento com criminalidade ocorre associado ao convívio em uma coletividade, sem organização claramente definida, que tem tais práticas presentes na socialização dos indivíduos que a compõe. Pode se tratar, por exemplo, de um grupo de amigos.	"(...) a prática infracional ocorreu quando decidiu acompanhar um grupo de outros jovens em um supermercado para furtar bebidas alcoólicas. (...) Como principal motivação para a prática infracional, o referido aponta a influência do grupo”.
Proximidade a contextos de criminalidade e/ou uso abusivo de drogas	Situações em que o(a) adolescente habita ou convive em regiões com concentração de atividades ilícitas ou uso abusivo de drogas.	Ex. 1: "o bairro estava em situação de ‘guerra do tráfico’”.
		Ex. 2: "A mãe relata que ele começou a ficar nas ruas, sumia de casa por vários dias, ficando na região da Pedreira Padre Lopes e na Praça da Estação (região com concentração de usuários de drogas".
Origem em áreas de vulnerabilidade social e/ou precariedade de serviços públicos	Contextos em que o(a) adolescente tem origem ou habita em locais com concentração de pobreza e precariedade de acesso a serviços públicos básicos.	"A moradia do adolescente está localizada em área de risco e vulnerabilidade social no bairro Lajedo.”
Herança estigmatizada	Situações em que é atribuído ao(à) adolescente o sentimento de desconfiança por parte de sua comunidade	"A região do Morro do Papagaio, na qual G. cresceu, ele cometeu diversos furtos e

	de origem, em função de sua associação ao histórico de comportamentos desviantes dos seus pais ou parentes próximos.	frequentemente era comparado a seu pai que também cometia às mesmas práticas".

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

A frequência absoluta de casos que se enquadram em cada uma das categorias construídas, na medida em que seus documentos apresentam índices que as correspondam, encontra-se descrita na tabela 2. Assim como na dimensão anterior, cada documento pode manifestar aspectos que o inserem em uma ou mais categorias, a depender da quantidade de índices encontrados e do tema a que se referem.

Tabela 2 - Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Fragilidade dos vínculos comunitários".

Categoria	**Freq. Absoluta**
Situações de ameaça	10
Estigmatização ou Isolamento social em decorrência de comportamentos de risco e/ ou envolvimento com criminalidade	6
Influência de grupos na prática de atividades ilícitas	5
Influência de grupo para comportamentos de risco	5
Vínculos pessoais de influência para o envolvimento com práticas ilícitas	4
Proximidade a contextos de criminalidade e/ou uso abusivo de drogas	4
Dificuldade de convivência entre pares	2
Origem em áreas de vulnerabilidade social e/ou precariedade de serviços públicos	2
Herança estigmatizada	2

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

4.4 - Apresentação de resultados de análise da dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares" e de suas categorias:

A respeito da dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares", foram construídas 11 categorias a partir dos índices encontrados que se referiam a essa dimensão. Como dito

anteriormente, tais índices foram encontrados em 20 dos 23 documentos que foram base para este estudo. O quadro 3 apresenta e conceitua todas as 11 categorias construídas, representando aspectos específicos que compõem o processo de fragilização dos vínculos escolares, seguidas de exemplos de índices que permitiram identificar esses aspectos.

Quadro 3 - Categorias identificadas na dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares", seus conceitos e exemplos de índices.

Categoria	**Conceito**	**Exemplos de índices**
Baixa frequência, abandono ou evasão	Situações que indicam abandono escolar, progressivo ou repentino, em função de recorrentes faltas, ausência permanente do ambiente escolar, situação de matrícula irregular ou a não constatação de matrícula, por motivos diversos.	"(...) o jovem não estava frequentando a escola em que estava matriculado."
Acúmulo de retenções	Situações de frequentes reprovações ou retenções em disciplinas e anos letivos.	"(...) repetiu de serie (sic) mais de três vezes"
Defasagem no processo de alfabetização	Situação em que são indicadas dificuldades e limitações quanto às habilidades de leitura e escrita do(a) adolescente.	“G. não sabe escrever e lê com muita dificuldade. (...) apresenta dificuldades construídas em sua trajetória escolar acerca da leitura e da escrita".
Dificuldades cognitivas	Situações em que são indicadas limitações quanto a capacidades de aprendizado, memória e assimilação de conteúdo do(a) adolescente.	"Além de apresentar comprometimento cognitivo e dificuldades na assimilação dos conteúdos escolares (...)".
Dificuldades de relacionamento, problemas de comportamento e/ou conflitos com outros alunos e professores	Situações que se referem à dificuldade de interação e de estabelecimento de vínculos entre o(a) adolescente e os demais alunos, professores e o ambiente escolar no geral,	Ex. 1: "insatisfeita pela obrigação de frequência escolar, danificou bens da instituição, quebrando garrafas térmicas e, em seguida, ateou fogo ao seu

	podendo se manifestar por meio de comportamentos inadequados, condutas agressivas e desviantes, estabelecimento de rivalidades com outros estudantes, prática de bullying ou isolamento.	colchão, o que evoluiu para o incêndio".
		Ex. 2: "Não se relaciona bem com as colegas, tendo relatado (...) se sentir excluída pelas colegas de sala".
Baixa frequência, abandono ou evasão associada ao envolvimento com criminalidade	Situações que indicam abandono escolar, progressivo ou repentino, como consequência do envolvimento do(a) adolescente com atividades ilícitas.	"abandona o Espaço Escolar por conta do prematuro envolvimento com a criminalidade e uso de drogas ilícitas".
Estabelecimento de vínculos no ambiente escolar associados a comportamentos de risco e/ou a criminalidade	Situações em que são estabelecidos vínculos que facilitam ou incentivam a adoção, por parte do(a) adolescente, de comportamentos de risco, ou seu envolvimento em atividades ilícitas, dentro do espaço da escola.	"O adolescente usava os equipamentos públicos como a escola para firmar laços de amizades, que seguisse (sic) os mesmos caminhos seus".
Baixo aproveitamento associado ao desempenho de atividades laborais	Situações em que ocorre comprometimento do rendimento ou aproveitamento escolar do(a) adolescente em decorrência do seu envolvimento no desempenho de atividades laborais.	"só conseguiu vaga para ele no horário noturno, o que para o adolescente não foi interessante (...) 'estudar a noite é muito cansativo (...) não consigo trabalhar de dia e estudar de noite, não'".
Omissão ou ausência de acompanhamento por parte de pais ou responsáveis	Situações em que pais, responsáveis ou familiares se omitem, total ou parcialmente, do cumprimento de seus deveres legais de assegurar o direito à educação do(a) adolescente.	"após o acidente sofrido aos 07 anos, os pais não acompanharam o processo de formação de G., e não havia quem realizasse matrícula nas escolas".
Baixa frequência, abandono, evasão ou queda no rendimento associada ao uso de drogas	Situações que indicam abandono escolar, progressivo ou repentino, como consequência do uso	"possui muitas dificuldades, pois ficava fora da escola em função do vício".

	abusivo de drogas por parte do(a) adolescente.	
Ausência de perspectivas educacionais	Situações em que há, por parte do(a) adolescente, manifestação de desinteresse, desvalorização ou ausência de sentido em relação ao cumprimento da trajetória escolar.	“O jovem não demonstra interesse em prosseguir nos estudos".

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

A tabela 3 apresenta, em ordem decrescente, a frequência absoluta com que cada categoria teve representação no total dos 20 PIAs analisados que apresentaram registros que corresponderam à dimensão sobre fragilidade dos vínculos escolares.

Tabela 3 - Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Fragilidade dos vínculos escolares".

Categoria	**Freq. Absoluta**
Baixa frequência, abandono ou evasão	10
Dificuldades de relacionamento e/ou conflitos com outros alunos e professores	8
Acúmulo de retenções	5
Baixa frequência, abandono, evasão ou queda no rendimento associada ao uso de drogas	4
Defasagem no processo de alfabetização	3
Estabelecimento de vínculos no ambiente escolar associados a comportamentos de risco e/ou a criminalidade	3
Omissão ou ausência de acompanhamento por parte de pais ou responsáveis	3
Dificuldades cognitivas	2
Baixa frequência, abandono ou evasão associada ao envolvimento com criminalidade	2
Ausência de perspectivas educacionais	1
Baixo aproveitamento associado ao desempenho de atividades laborais	1

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

4.5 - Apresentação de resultados de análise da dimensão "Envolvimento em atividades laborais" e de suas categorias:

Dentre essas quatro últimas dimensões, a dimensão que se refere ao envolvimento do(a) adolescente em atividades laborais possui uma peculiaridade em relação ao seu princípio de classificação. Enquanto nas dimensões sobre fragilidades dos vínculos familiares, comunitários e educacionais o princípio que conduziu a formulação de categorias esteve atrelado às formas como as fragilidades se manifestaram nos casos relatados pelos PIAs, nesta dimensão sobre o desempenho de trabalho o objetivo não foi o de identificar fragilidades nos vínculos associados ao trabalho, mas a característica da atividade exercida, tendo em vista a condição particular da criança e do(a) adolescente no mercado de trabalho estabelecida pela legislação. A identificação da dimensão no conjunto dos documentos analisados por si só já indica o envolvimento do(a) adolescente com atividades laborais. O exercício de categorização realizado aqui se concentrou em classificar tais atividades por tipo, na pretensão de que as análises das categorias construídas tragam contribuições para a compreensão das condições em que o trabalho é exercido.

O quadro 4 expõe todas as 5 categorias que foram construídas com base nos índices encontrados em todos os 15 documentos em que a dimensão sobre o envolvimento do(a) adolescente em atividades laborais foi identificada, assim como o conceito de cada uma delas seguido de exemplos dos índices que as compõem.

Quadro 4: Categorias identificadas na dimensão "Envolvimento em atividades laborais", seus conceitos e exemplos de índices.

Categoria	Conceito	Exemplos de índices
Atividades exercidas em acompanhamento a parentes ou pessoas próximas ao convívio familiar	Situações em que o(a) adolescente presta serviço a ou auxilia parente ou pessoa próxima em suas atividades laborais ou em empreendimento familiar.	"Relata experiência laboral informal ao acompanhar sua avó que trabalhava como diarista. Diz que a ajudava nas tarefas e que gostava muito destas. Tais experiências ocorriam em dias esporádicos no período entre seus 11 e 12 anos de idade."

Atividades associadas ao ambiente da rua[37]	Atividades exercidas no ambiente da rua, frequentemente associadas a realidade da situação de rua.	Ex. 1: "(...) já até fez malabares nos sinais de trânsito"
		Ex. 2: "Ele passa a trabalhar fazendo bicos, olhando e lavando carros nas ruas (...)"
Atividades na área da construção civil	Atividades que se enquadram ao ramo da construção civil, como ajudante de obras, manutenções em edificações, pintura etc.	"Trabalha como ajudante de obras com muito interesse (...) Em 2013 trabalhou em duas obras (...) Ficou mais de dois meses trabalhando (...) trabalhou com tubulações e outras atividades da construção civil"
Atividades genéricas de conserto e manutenção	Prestação de serviço autônomo de consertos e manutenções.	"(...) de todos os trabalhos que realizou o que mais gostou foi o hábito de arrumar bicicletas"
Atividades informais como ajudante, auxiliar ou serviços de apoio em comércio	Situação em que o(a) adolescente presta serviços de maneira informal como ajudante ou auxiliar, necessariamente vinculado(a) a	Ex. 1: "(...) trabalhou como ajudante de cozinha (...) recebia R$60,00 por semana."
		Ex. 2: "o adolescente relata que já trabalhou como entregador em uma pizzaria

[37] De acordo com o Relatório Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) acerca do cumprimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho de 2002, a existência de crianças que trabalham no ambiente das ruas talvez seja a face mais visível do trabalho infantil, e em um nível muito elevado de exposição a riscos que podem ter origem tanto na natureza do trabalho, quanto, ainda mais, no ambiente (tráfego de veículos, poluição, insegurança, assédio e violência). As atividades laborais desempenhadas por crianças que trabalham no ambiente da rua são diversas, podendo ir desde a venda de alimentos ou bens de consumo até a coleta de materiais recicláveis. O relatório também inclui a mendicância como uma atividade laboral característica ao trabalho infantil no ambiente das ruas. “Their activities are diverse – vending food and small consumer goods, shining shoes, washing windscreens, repairing tyres, scavenging and ragpicking, begging, portering, and numerous others.” (OIT, 2002, p. 27)

	estabelecimento comercial ou empreendimento.	e como ajudante em uma padaria"

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH.

A tabela 4 apresenta, em ordem decrescente a quantidade de casos abarcados por cada categoria relacionada ao tipo de atividade laboral exercida, de forma que um mesmo caso apresentar situações de envolvimento em um ou mais tipos de atividades, se enquadrando em mais de uma categoria.

Tabela 4 - Frequência absoluta correspondente às categorias associadas à dimensão "Envolvimento em atividades laborais".

Categoria	**Freq. Absoluta**
Atividades na área da construção civil	6
Atividades informais como ajudante, auxiliar ou serviços de apoio em comércio	6
Atividades associadas ao ambiente da rua	4
Atividades exercidas em acompanhamento a parentes ou pessoas próximas	3
Atividades genéricas de conserto e manutenção	1

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

4.6 - Apresentação de resultados de análise das dimensões associadas à situação de rua e de suas categorias:

Nesta última seção de apresentação dos resultados das análises abordaremos a manifestação da situação de rua na trajetória dos adolescentes por meio dos registros referentes a essa temática presentes nos relatórios dos planos individuais de atendimento analisados. Essa abordagem, como mencionado anteriormente, se dará por meio da análise de duas dimensões associadas à temática que foram identificadas durante a leitura sistemática dos textos dos PIAs.

Seguindo o critério de seleção dos documentos que foram alvo das análises deste trabalho, todos os 23 relatórios dos PIAs se referem a casos de adolescente que, em algum momento se suas vidas, estiveram em situação de rua, mesmo que de forma permanente, por longos ou curtos espaços de tempo, ou de forma intercalada entre casa e rua ou instituições de acolhimento e rua. Apesar da temática da situação de rua ser um ponto em comum em todos os documentos analisados, as duas dimensões analisadas referentes à manifestação da situação de

rua na trajetória dos adolescentes não estiveram presentes em todos os documentos, sendo criada uma categoria específica para abarcar casos em que o registro a respeito desse momento na vida do jovem não se aprofundou em detalhes que pudessem ser percebidos como índices para as dimensões, como veremos mais a diante.

A primeira das dimensões identificadas se refere às causas, motivações ou influências que contribuíram com o direcionamento do(a) adolescente para o ambiente da rua. O princípio classificatório dessa dimensão se baseou na identificação de índices que se referiram a diferentes fatores que foram descritos como influências para a manifestação da situação de rua na vida dos sujeitos acompanhados, e seus agrupamentos em categorias. Foram construídas 8 categorias, sendo uma delas nomeada como “Não identificado”, se referindo a registros sobre a trajetória em situação de rua do adolescente que não apresentaram índices que correspondessem a essa dimensão. O quadro 5 apresenta com detalhes todas as 8 categorias, seguidas de seus conceitos e de exemplos de índices que as compõem.

Quadro 5 - Categorias identificadas na dimensão "Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua", seus conceitos e exemplos de índices.

Categoria	**Conceito**	**Exemplos de índices**
Evasão de abrigos e instituições de acolhimento por conflitos, indisposição ou por causa não especificada.	Situação em que o(a) adolescente evade de abrigos ou instituições de acolhimento em função de conflitos dentro da instituição, seja com outros acolhidos ou com equipe responsável pelo acolhimento, ou por não aceitação das normas institucionais de permanência, ou por causa não especificada, e se direciona para o ambiente da rua.	Ex. 1: "o adolescente vivenciou trajetória de rua devido ao seu uso abusivo de drogas e conflitos com adolescentes na instituição (Centro de passagem O Consolador".
		Ex. 2: "ele ficava alguns dias nas ruas porque não aceitava as regras da unidade".
Fuga de contexto familiar de violência e abuso	Situação em que o(a) adolescente se direciona para o ambiente da rua em reação a situações de abuso ou violência sofridos ou	Ex. 1: “sai (sic) avó a agredia fisicamente e que que o namorado da avó abusava dela quando criança. Por estes fatos, aos

	presenciados no ambiente familiar, sejam de caráter sexual, moral, físico, psicológico ou de outro tipo.	7 anos foge de casa. Começa a ficar na rua (...)".
		Ex. 2: "O adolescente relata que passou a frequentar as ruas porque não gostava de seu padrasto, pois o mesmo violentava sua mãe".
Abandono e/ou rejeição de pais ou responsáveis.	Situações em que o direcionamento para o ambiente da rua ocorre em função da omissão de pais ou responsáveis no cumprimento de seus deveres legais em garantir o acolhimento do(a) adolescente no núcleo familiar, de assegurar, "com absoluta prioridade, seu direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária"[38] ou de preservá-lo(a) de "toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"[39].	Ex. 1: "Aos 7 anos de idade relata que foi abusada sexualmente pelo avô e que o mesmo a ameaçava caso contasse, mas sua avó acabou percebendo e quando ela admitiu o que acontecia, foi expulsa de casa. Desde então inicia sua trajetória de rua (...)".
		Ex. 2: "L. aos 14 anos decidiu procurar o genitor e pedir ajuda e moradia. No entanto, o genitor recusou acolhe-la (sic) em sua residência, alegando o envolvimento dela com a criminalidade e o abuso de drogas. O que provocou maior revolta em L., que permaneceu na rua por dias (...)".
Situação de rua associada ao uso abusivo de drogas	Situações em que o direcionamento para o ambiente da rua ocorre em função do uso abusivo de drogas por parte do(a) adolescente, podendo estar atrelado à permanência em locais que facilitam o acesso à droga, a problemas de convivência no ambiente familiar ou instituição de acolhimento em função do vício ou por outros motivos associados à dependência.	Ex. 1: "A mãe relata que ele começou a ficar nas ruas, sumia de casa por vários dias, ficando na região da Pedreira Padre Lopes e na Praça da Estação".
		Ex. 2: "'A gente prendia muito ele, para ele não mexer com drogas' – afirmou a genitora. Tal postura fez com que com que W. fugisse de casa, pela primeira vez, aos 11 anos de

[38] Art. 227, Constituição Federal de 1988.

[39] *Ibdem*.

		idade. (...) A genitora e o padrasto têm certeza que ele fugiu para usar drogas.”.
Situação de rua associada a influência de grupo	Situações em que o direcionamento do(a) adolescente para o ambiente da rua é influenciado por vínculos estabelecidos com demais sujeitos que possuem trajetória em situação de rua ou que têm sua socialização construída em torno da situação de rua.	Ex. 1: “As amizades de J. antes de começar as atuações infracionais, sempre foram de pessoas adultas e/ou moradores de rua.".
		Ex. 2: "Diante da tentativa de afastá-lo de más companhias e escolhas erradas do adolescente, ele se aproxima ainda mais dessas pessoas, chegando a morar na companhia deles na rua por alguns dias".
Fuga de situações de ameaça na comunidade de origem	Contextos em que o(a) adolescente se direciona para o ambiente da rua como forma de se preservar de situações de ameaças sofridas em sua comunidade de origem.	“(...) passou a usar drogas perto de sua casa (...) Foi ameaçado e passou a vir para o centro da cidade, ficar nas ruas”.
Evasão de cumprimento de MSE	Situações em que o(a) adolescente evade de instituições onde cumpre medida socioeducativa e se instala no ambiente da rua.	"o adolescente diz que após evasões da semiliberdade permaneceu por 08 meses na rua e acabou sendo apreendido pela pratica (sic) do art. 16, único, lei 10826,".
Não especificado	Categoria acionada nas ocasiões em que o documento apresenta registros sobre trajetória em situação de rua do(a) adolescente, porém não indica possíveis causas ou influências associadas ao seu direcionamento ou permanência no ambiente das ruas.	"Tem trajetória pelas ruas e diz que já chegou a ficar por muitos dias fora de casa ‘dormia até no cemitério’”.

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

A tabela 5 apresenta a quantidade de casos descritos pelos relatórios dos PIAs que apresentaram como fator de influência para o direcionamento do(a) adolescente às ruas cada situação representada pelas categorias.

Tabela 5 - Número de casos correspondentes às categorias associadas à dimensão “Causas, motivações e influências para o direcionamento ao ambiente da rua".

Categoria	**Nº de casos**
Abandono e/ou rejeição de pais ou responsáveis.	4
Evasão de abrigos e instituições de acolhimento por conflitos, indisposição ou por causa não especificada.	3
Situação de rua associada ao uso abusivo de drogas	3
Evasão de cumprimento de MSE	3
Fuga de contexto familiar de violência e abuso	2
Situação de rua associada a influência de grupo	2
Fuga de situações de ameaça na comunidade de origem	2
Não especificado	7

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

No decorrer da leitura sistemática dos documentos, em especial dos trechos que fazem referência à trajetória em situação de rua do(a) adolescente, foi identificada uma segunda dimensão, relacionada às práticas e elementos experimentados por esses sujeitos no cotidiano da vida nas ruas. Essa dimensão se refere a situações nas quais o(a) adolescente está exposto, ou às quais ele(a) se associa, que estão presentes em seu dia a dia durante o período em que se encontra instalado(a) nos logradouros públicos.

Nessa segunda dimensão relacionada à trajetória em situação de rua desses indivíduos, o princípio classificatório considerou índices que apontaram para diferentes elementos presentes na vida dos(as) adolescentes durante sua permanência no ambiente das ruas e os agrupou em categorias correspondentes. No total, foram identificados índices que abordaram cinco temáticas distintas, além de casos em que não foi possível identificar a referida dimensão nos trechos que tratavam sobre o tempo em que o sujeito permaneceu nas ruas, resultando em seis categorias, sendo uma delas direcionada a registros não especificados. Todas se encontram dispostas no quadro 6, assim como seus conceitos e exemplos de índices que as compõem.

Quadro 6 - Categorias identificadas na dimensão "Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua", seus conceitos e exemplos de índices.

Categoria	Conceito	Exemplos de índices
Uso abusivo de drogas	Situação em que o uso abusivo de drogas se faz presente no cotidiano da situação de rua do(a) adolescente.	“(...) a sua permanência nas ruas se estendeu por cerca de um mês, quando também intensificou o uso de drogas, principalmente o crack. “
Sofrimento de abusos e violências no ambiente da rua	Situação em que os PIAs registram casos de violências e abusos, sejam de caráter sexual, moral, físico, psicológico ou de outro tipo, sofridos pelo(a) adolescente em decorrência à sua instalação no ambiente da rua.	Ex. 1: “fugia constantemente do abrigo e nestas ocasiões era explorada sexualmente e fazia uso de drogas."
		Ex. 2: “Quando o reencontrava sempre descobria algo ruim que acontecia com o neto nas ruas. Ele teve parte do corpo queimado, levou várias surras, foi atropelado algumas vezes, teve o [ilegível] e um braço quebrado."
Envolvimento em atividades ilícitas	Situação em que o(a) adolescente inicia ou mantém o envolvimento com atividades ilícitas no ambiente da rua.	“Diz não ter conhecimento o que ele faz nas ruas, mas que sempre a polícia o está levando em casa, informando o envolvimento

		do adolescente no tráfico ou roubo"
Prática de mendicância	Situação em que a prática da mendicância está presente no cotidiano do(a) adolescente durante sua instalação no ambiente da rua.	“J. ficava pelas ruas a maior parte do tempo e até chegava a mendigar”
Exercício de trabalho informal	Contexto em que o(a) adolescente desempenha trabalho informal associado ao ambiente da rua durante sua trajetória nesse espaço.	"A partir dos 15 anos de idade, J. passa a morar em definitivo nas ruas atuando (...) como flanelinha nas ruas da cidade (...).”
Não especificado	Categoria acionada nas ocasiões em que o documento apresenta registros sobre trajetória em situação de rua do(a) adolescente, porém não apresenta mais informações sobre seu cotidiano no ambiente da rua.	"ele ficava alguns dias nas ruas porque não aceitava as regras da unidade"

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

A tabela 6 dispõe da quantidade de casos que manifestam situações representada em cada categoria.

Tabela 6 - Número de casos correspondentes às categorias associadas à dimensão “Elementos presentes no cotidiano do(a) adolescente durante sua permanência no ambiente da rua".

Categoria	**Nº de casos**

Uso abusivo de drogas	12
Envolvimento em atividades ilícitas	4
Sofrimento de abusos e violências no ambiente da rua	3
Prática de mendicância	1
Exercício de trabalho informal	1
Não especificado	8

Fonte: Elaboração própria com base em material concedido pelo CIA-BH (2022).

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO ACERCA DOS RESULTADOS

Iniciando a discussão pelos aspectos relacionados à distribuição dos adolescentes acompanhados pelas equipes dos PIAs por gênero, os resultados apresentados apresentam conformidade com as tendências observadas pelos levantamentos mais recentes considerando a realidade da população em situação de rua em Minas Gerais[40] e ainda em uma escala mais específica, Belo Horizonte[41]. O perfil dos adolescentes representados pelo conjunto de casos a que se referem os PIAs, em se tratando da dimensão gênero, parece acompanhar a tendência da maior concentração de pessoas do sexo masculino em situação de rua. Mesmo tomando como referência dados sobre a população adulta em situação de rua, o contexto da população de crianças e adolescentes parece reproduzir essa realidade, trazendo reflexos para o perfil dos socio educandos representados pelos documentos.

A respeito da analogia do ato infracional praticado pelos adolescentes, a prática análoga ao crime tipificado no art. 33 do CPB (tráfico de drogas) aparece em maior destaque, representando 28% de todas as incidências de práticas infracionais constatadas, e é seguida pela prática análoga ao crime tipificado pelo art. 157 do CPB (roubo), que representa 24,4% de todas as incidências de práticas infracionais identificadas. A terceira prática com maior incidência é a análoga ao crime tipificado pelo art. 155 do CPB (furto), com 15,5% de representação entre o total de incidência de práticas. As demais práticas possuem incidência 8,8% menor que esta última, e se conservam em percentuais próximos (em torno de 4,4% de incidência, ou dois casos) (Gráfico 1). Essas três práticas tem uma característica interessante em comum, em detrimento das demais: são atividades que, de certo modo, geram algum retorno econômico. A

[40] De acordo com os dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, do Programa Polos de Cidadania, da UFMG, em 2021, tendo como base os dados do CadÚnico, 88,86% da população em situação de rua do estado de Minas Gerais era composta por pessoas do sexo masculino e 11,14%, do sexo feminino. (Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em 29/11/2022).

[41] O último censo de População em Situação de Rua realizado no município de Belo Horizonte com resultados disponíveis, referente a 2014, apresentou uma distribuição por sexo da população em situação de rua do município na faixa de 86,8% masculina e 13,2% feminina para aquele ano. (Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Relat%C3%B3rio%20Terceiro%20Censo%20POP%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20PBH.pdf>. Acesso em 29/11/2022). Dados para o mesmo município referentes ao ano de 2021, disponibilizados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua apresentam um percentual de 89,46% de pessoas do sexo masculino e 10,54%, feminino. (Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em 29/11/2022).

bibliografia sobre a temática do trabalho infantil entre crianças e adolescentes em situação de rua aponta para o fato de que, em alguns casos, práticas ilícitas, como roubo ou furto, são adotadas por esse público como forma de angariar recursos econômicos (Fegurson, 2006), seja como uma estratégia de sobrevivência encontrada (Santos, 2004):

> (...) possíveis motivos que o conduziram às práticas infracionais (...) proveniente das dificuldades financeiras (...).

ou para outras finalidades, como a manutenção do uso de drogas, como exemplificado pelos trechos a seguir, retirados de alguns dos documentos analisados:

> Desde então passou a cometer pequenos furtos para sustentar seu vício e comprar coisas para uso pessoal.
>
> Passou a cometer furtos e roubos para comprar loló (...).
>
> (...) começou a roubar para comprar drogas e depois passou também a vender drogas.
>
> Tudo indica que o envolvimento de L. com a prática infracional é atravessado pelo uso de drogas ilícitas, e que o dinheiro obtido era usado principalmente para sustentar o consumo.
>
> Todas as suas atuações estão muito vinculadas ao uso da substancia ou formas para adquiri-lo (sic).

A alta ocorrência dessa prática entre os adolescentes pode estar associada ao contexto da rua no que se refere a atividades adotadas com a finalidade de angariar recursos econômicos para sobrevivência ou para outros fins nesse ambiente, mas, principalmente, parece apresentar associação com o uso abusivo de drogas entre esses adolescentes. Isso se reflete na alta frequência de casos em que se faz referência ao consumo abusivo de drogas entre os adolescentes acompanhados pelas equipes dos PIAs (aproximadamente 78% dos relatórios analisados sinalizam essa prática na trajetória de vida dos socio educandos). O uso abusivo de drogas também deixa resquícios no que se refere à saúde dos adolescentes, tanto física, como psíquica, como foi apresentado na seção sobre os resultados. Esse elemento, portanto, parece estar bastante presente no cotidiano desses sujeitos, além de demonstrar associação com uma predisposição a comportamentos de risco, ao envolvimento com práticas ilícitas e à fragilização da saúde, contribuindo com a progressão de um processo de vulnerabilização.

A ocorrência de maternidade ou paternidade na adolescência entre esse público se mostra presente, embora não pareça ter tanta intensidade. De toda forma, se trata de algo que exerce grande impacto na vida desses jovens e pode contribuir para agravar ainda mais a realidade de vulnerabilidade social na qual se encontram inseridos. A isso se adiciona o fato de

que essas crianças geradas em contextos desprovidos de estruturas para garantir proteção e acesso a direitos básicos estariam propensas a sofrer um acúmulo de desvantagens (Sampson e Laub, 1997) que perpetuariam e agravariam as condições de vulnerabilidade para as próximas gerações. Dessa forma, se trata de algo que demanda a atenção dos programas de acompanhamento e de proteção desses adolescentes, com o objetivo de prevenir a gravidez na adolescência e de oferecer suporte nos casos em que tal situação é constatada, como forma de intervir na dinâmica do ciclo da vulnerabilidade social e da pobreza (Sen, 1999).

O vínculo pregresso com instituições de acolhimento é relatado pelos registros dos PIAs como elemento presente na trajetória desses adolescentes, porém, é identificado em pouco mais de um terço dos casos, embora seja descrito pela literatura como um aspecto característico da população de crianças e adolescentes em situação de rua, mesmo que de forma inconstante (Santana et al., 2005; Rizzini e Couto, 2019). O fato de o vínculo com instituições de acolhimento ter sido identificado em apenas 9 dos 23 casos retratados pelos registros pode estar relacionado com a característica da relação que os adolescentes acompanhados mantêm com a rua, o contexto familiar e a comunidade de origem. Em alguns casos os documentos relatam que, embora alguns dos adolescentes possuam histórico de longos períodos de permanência nas ruas, a manutenção dos vínculos familiares, mesmo que fragilizados, permite que a vivência em situação de rua seja intercalada com retornos esporádicos ao ambiente doméstico, o que talvez gere uma menor necessidade de vínculos com instituições de acolhimento para integração social desses sujeitos.

> Diz que de tempos em tempos voltava para casa, mas retornava para rua em seguida (...).
>
> Em Tabuleiro L., "mergulhou ainda mais no uso das drogas", segundo a genitora. Sra M. e Sr. J. tiveram que busca-la (sic). Relatam que a encontraram em situação de mendicância nas ruas, próximas a rodoviária da cidade.
>
> Sra. F. (avó) relata que G. possui o hábito de longa permanência nas ruas, ficando dias sem comparecer em casa. Diz não ter conhecimento o que ele faz nas ruas, mas que sempre a polícia o está levando em casa (...).
>
> Segundo eles, W. chegava a ficar semana nas ruas, sujo e sem banho. Voltava para casa, dormia um dia inteiro e voltava a fugir.

Em alguns casos, o direcionamento do(a) adolescente para abrigos ou casas de acolhimento ocorre em função de situações de ameaça vividas em sua comunidade de origem, e não necessariamente como resposta à situação de rua. Essa constatação pode sustentar a hipótese de que, nos contextos em que os vínculos comunitários se encontram preservados em

certo grau, a demanda por serviços assistenciais de acolhimento se torna menor. Tal percepção pode ser estendida também para a dimensão dos vínculos familiares, de modo que a demanda por esse tipo de serviço diminui na medida em que o(a) adolescente experimenta de certo grau de integração familiar.

O contexto de inserção relacional desses adolescentes é predominantemente marcado pela fragilidade dos vínculos familiares. Essa constatação encontra respaldo na ênfase feita pela literatura no que diz respeito à relevância dos vínculos familiares como elemento significativo para a compreensão do fenômeno da situação de rua entre crianças e adolescentes (Gontijo e Medeiros, 2009). O contexto familiar, como ambiente onde geralmente são estabelecidos os primeiros laços sociais de um indivíduo, laços esses que são fundamentais para sua inserção em uma rede mais ampla, apresenta aspectos de fragilidade em todos os casos analisados por meio dos registros dos PIAs. E o principal deles, e mais recorrente, se refere justamente a situações de abandono ou rejeição familiar, em que o papel familiar de acolhimento, garantia de direitos, proteção contra situações de abuso, exploração, violência ou negligência, e pela inserção do adolescente em uma rede de proteção e integração social, não é exercido.

A fragilidade dos vínculos familiares é sem dúvida o fator de maior relevância para a configuração de uma realidade de vulnerabilidade social entre esses adolescentes representados pelos PIAs. Essa constatação corresponde ao fato de que os vínculos familiares são os mais relevantes na descrição da inserção relacional da população infantil em situação de rua (Neiva-Silva, 2003). O contexto de abandono, como um dos elementos que contribuem para a fragilização desses vínculos, apesar de estar presente em todos os casos analisados, na grande maioria das vezes (exceto em um dos 23 casos) se apresenta associado a outros fatores, os quais são apontados pela literatura como elementos comumente presentes no contexto familiar de crianças e adolescentes em situação de rua, como realidades de violência, exposição ao uso de drogas, carência material e afetiva, perda de parentes etc. (Rizzini e Couto, 2019).

Outros dois elementos que aparecem logo em seguida ao contexto de abandono e/ou rejeição, e com a mesma incidência de constatação no conjunto de casos analisados se refere à exposição ao uso de drogas por parte de pais ou familiares próximos e a contextos de violência doméstica. O primeiro deles pode ter desdobramentos, inclusive, em situações de abandono e negligência, como no exemplo a seguir:

> (...) os pais eram usuários de drogas e a deixavam constantemente trancada sozinha em casa para saírem para rua.

O segundo elemento pode aparecer associado às motivações para o direcionamento do(a) adolescentes ao ambiente das ruas:

> "O adolescente relata que passou a frequentar as ruas porque não gostava de seu padrasto, pois o mesmo violentava sua mãe"

Esses dois elementos, referentes ao contesto familiar de exposição ao uso abusivo de drogas e a violência doméstica, podem ainda se manifestar relacionados entre si, na medida em que a propensão à agressão e à violência doméstica aumenta em decorrência do uso abusivo de drogas por pessoas da família em alguns contextos, frequentemente por parte de pais ou padrastos. O mesmo pode ser dito para os casos em que um ou mais membro próximo da família faz uso abusivo de álcool.

> Ele fumava o negócio e ficava agressivo, ficava doidão e vinha para cima de mim e me batia (...). Os filhos presenciavam as agressões (...).
>
> (...) o padrasto (...) possui problemas de alcoolismo e violentava sua mãe.
>
> (...) a violência doméstica por parte do pai que estava relacionada a uma postura autoritária concomitante ao uso abusivo de bebida alcoólica.

O envolvimento de parentes próximos com atividades ilícitas aparece logo em seguida, juntamente com situações de debilidade de saúde física ou psíquica de pais ou responsáveis. A primeira categoria pode, em alguns casos, conduzir a situações de falecimento dos pais ou responsáveis, ainda na dimensão da família, ou dificultar a inserção da família no ambiente comunitário, por meio da construção de estigmas ou por situações de ameaça na comunidade de origem, demonstrando desdobramentos para a dimensão dos vínculos comunitários. O envolvimento dos pais ou parentes próximos com criminalidade pode até mesmo contribuir com a adoção de comportamentos de risco e com o envolvimento do(a) adolescente em práticas ilícitas.

> A equipe percebe que talvez o envolvimento do adolescente na criminalidade perpasse por uma identificação que G. busca em um pai que talvez nem tenha conhecido (...). (...) o genitor de G. (...) era envolvido com o tráfico de drogas. Durante o período da gestação de G., Sr. J. (Pai) foi assassinado.
>
> (...) seus irmãos e pais também se envolveram no tráfico juntamente com a adolescente. (...) seu pai e seu irmão foram assassinados.
>
> As relações familiares e comunitárias também foram conturbadas, em virtude das atitudes do genitor.

A condição debilitada de saúde de pais ou responsáveis pode, por sua vez, afetar a capacidade que estes teriam de garantir a proteção e o cuidado dos adolescentes, inclusive em alguns casos é apontada como barreira para a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento da medida socioeducativa dos filhos e para a participação no cumprimento dos objetivos dos PIAs. Tais contextos demandariam um suporte dos serviços públicos de assistência social e de programas de saúde da família com o objetivo de preservar o potencial integrador do ambiente familiar, face a esse aspecto em específico.

> Ele ficou com a avó até os 8 anos, momento em que sua avó adoeceu de grave depressão e teve que devolver as crianças para mãe. (...) os meninos começaram a ser negligenciados.
>
> (...) bem idosa e com saúde debilitada, não possuindo condições de dispensar a ele os cuidados necessários.
>
> O mesmo relata que residiu com a bisavó até 2007 (...). (...) não querer a participação dos seus familiares no acompanhamento da medida socioeducativa. Segundo ele, a bisavó não possui condições de saúde de comparecer aos atendimentos.
>
> A Sra. I. sobre complicações de saúde e não pôde comparecer aos atendimentos, já que passou por duas cirurgias recentes na perna após sofrer um acidente de ônibus. A responsável legal se encontra acamada, utiliza cadeira de rodas e realiza acompanhamento no Hospital Sta. Casa (...).

Um ponto a se observar na análise da dimensão familiar, é que, mesmo sendo apontada pela literatura como um aspecto característico do contexto familiar de crianças e adolescentes em situação de rua (Paludo e Koller, 2008), a dimensão da pobreza e da vulnerabilidade econômica está presente nos relatórios, porém, não é a que mais se destaca. Pelo contrário, 7 outras categorias que se referem a aspectos de fragilidade dos vínculos familiares aparecem com maior frequência. Por mais que todos os aspectos identificados nessa dimensão e representados pelas categorias estejam, de certa forma, relacionados, o fato de a condição de pobreza não ter sido o elemento de maior proeminência na composição de uma condição de vulnerabilidade no eixo relacional pode ir ao encontro do que a literatura sobre vulnerabilidade[42] social diz a respeito da influência de diversos fatores para além da condição econômica na configuração de ruma realidade de vulnerabilidade social.

Os demais aspectos identificados, que representam situações que corroboram para a fragilização dos vínculos familiares, de forma geral, confirmaram o que já era apontado pela literatura como característico do contexto familiar do público de crianças e adolescentes em situação de rua (Paludo e Koller, 2008; Rizzini e Couto, 2019). Todos eles correspondem, de

[42] Busso, 2001; Cunha et al., 2004; Carneiro, 2005.

certa forma, a contextos familiares marcados por carências afetivas e materiais, situações de abuso e violência.

A confluência entre cada um desses elementos correspondentes a cisões dos vínculos, além da presença do aspecto do abandono e rejeição familiar em praticamente todos os casos representados pelos documentos analisados, conduz para a hipótese de que a vulnerabilidade dos vínculos familiares é resultado de um acúmulo de elementos fragilizantes que, em última instância, conduzem para a situação de abandono e rejeição, em um progressivo processo de rompimento total dos vínculos. Além disso, boa parte dos elementos fragilizantes encontrados na análise e representados pelas categorias, se não todos, se desdobram em uma conjuntura de vulnerabilidade social que atinge outras dimensões para além da família, podendo se materializar na trajetória em situação de rua ou até mesmo no envolvimento do(a) adolescente com atos infracionais.

O aspecto comunitário dos vínculos desses adolescentes é marcado por situações que perpassam, principalmente, a adoção de comportamentos de risco e o envolvimento com atividades ilícitas. As duas categorias que foram identificadas com maior frequência (respectivamente, situações de ameaça, 10 vezes, e estigmatização ou isolamento social em função de comportamentos de risco ou envolvimento atos ilícitos, 6 vezes) se traduzem em um contexto de exclusão comunitária ou de isolamento que podem apresentar relação com o uso abusivo de drogas e com a prática de atos infracionais. Também há casos em que o(a) próprio(a) adolescente se distancia do contexto comunitário em função do seu envolvimento com práticas desviantes e comportamentos de risco.

> já esteve ameaçada em função de algumas dívidas que contraiu do tráfico"; "teme alguma forma de represália dos antigos parceiros de tráfico."
>
> O adolescente apresenta relações conflituosas tanto na comunidade em que vive quanto nas vizinhas. Já foi ameaçado por traficantes e por outros moradores. (...) W. sempre foi ameaçado (...). W. já teve desentendimentos nas comunidades (...)
>
> (...) os munícipes de Guanhães não o enxergavam como pessoa, mas sim como um usuário de drogas.
>
> (...) não relata muitos vínculos, talvez por que (sic) há oito anos faz uso abusivo de crack, afastando-se da realidade das pessoas de sua região.

Por outro lado, as situações de ameaça também podem estar relacionadas a aspectos que não tem a ver diretamente com a conduta do adolescente, mas com a convivência próxima a contextos de criminalidade e violência.

> (...) ele presencia um homicídio de uma pessoa no bairro da casa de sua mãe e por isso ele começa a ser ameaçado por estas pessoas.
>
> (...) “fiz fofoca com nome do traficante e cortaram meu cabelo”.

Embora a proximidade a contextos de violência, criminalidade e uso abusivo de drogas se faça presente na realidade desses adolescentes e exerça influência na configuração de uma realidade de vulnerabilidade social, a frequência com que esse aspecto é mencionado ocupa a quinta posição no conjunto das nove categorias identificadas. Isso leva a crer que situações de ameaça e de exclusão possam estar predominantemente relacionadas ao envolvimento do adolescente com atividades de risco ou ilícitas. Como acusa a literatura (Oliveira et al., 2019), o envolvimento do(a) adolescente com atividades ilícitas, práticas desviantes ou comportamentos de risco, influenciado por aspectos individuais, relacionais ou estruturais, ou todos juntos, pode conduzir à ampliação de sua condição de vulnerabilidade social por meio de sua acusação e rotulação pública, que implicaria na sua discriminação e exclusão social. Dessa forma, em função da definição de sua identidade pública em associação ao rótulo de desviante, o(a) adolescente se depara com uma barreira para sua integração social, que o direciona cada vez mais ao estreitamento de laços com grupos desviantes.

Essa dinâmica de exclusão comunitária e sua influência no estreitamento de laços com grupos desviantes pode estar refletida na frequência em que as categorias “Influência de grupos na prática de atividades ilícitas” e “Influência de grupo para comportamentos de risco” são identificadas no conjunto de documentos analisados. Ambos os aspectos aparecem 5 vezes cada um.

> Devido a estes comportamentos começou a afastar-se da escola e a se envolver mais com os colegas que vendiam drogas.
>
> O adolescente usava os equipamentos públicos como a escola para firmar laços de amizades, que seguisse (sic) os mesmos caminhos seus.
>
> (...) o adolescente envolve-se com pessoas e situações que propiciam atos infracionais.
>
> Diante da tentativa de afastá-lo de más companhias e escolhas erradas do adolescente, ele se aproxima ainda mais dessas pessoas, chegando a morar na companhia deles na rua por alguns dias.

A aproximação de grupos que propiciam atos infracionais, ou comportamentos de risco pode estar correlacionada com o funcionamento de um ciclo de acúmulo de desvantagens (Sampson e Laub, 1997) que, caso não venha a ser interrompido, leva não só ao rompimento dos vínculos comunitários, mas a uma realidade de desfiliação (Castel, 1994).

Os vínculos escolares desses adolescentes, por sua vez, sofrem influência de todo o contexto de inserção relacional precária, tanto no âmbito familiar quanto comunitário, e condições de vulnerabilidade econômica, além de serem afetados negativamente pelo cenário de envolvimento com atividades ilícitas e, frequentemente, de uso abusivo de drogas. Situações de evasão escolar, de abandono ou de baixa frequência são as mais constatadas no conjunto dos documentos em que a dimensão de fragilidade dos vínculos escolares é identificada. No total, esse aspecto é identificado em 16 casos, considerando os que estão explicitamente relacionados ao envolvimento com atividades ilícitas, ao uso abusivo de drogas e os causa não especificada.

Como já constatado pela literatura, a relação que o público de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social estabelece com o ambiente escolar sofre variações na medida de sua integração a outras esferas do convívio social, principalmente no ambiente familiar e comunitário (Rizzini e Couto, 2019). Apesar de, na maior parte dos casos, o registro sobre a baixa assiduidade escolar e a recorrência de situações de abandono e evasão não apresentar detalhes sobre o contexto em que o processo de afastamento do ambiente escolar se deu, se levarmos em conta que, quanto menos fragilizados os vínculos familiares e comunitários se encontram, maior o grau de coesão dos vínculos com o ambiente escolar, podemos considerar que o processo de evasão identificado reflete as constatações anteriores, relativas à predominância de contextos familiares de abandono, rejeição ou negligência, e a experiências comunitárias relacionadas a situações de ameaça e violência.

> J. ficava pelas ruas a maior parte do tempo e até chegava a mendigar, não ia a escola e não apareça nenhum familiar para leva-lo (sic) de volta a casa.
>
> (...) os pais não acompanharam o processo de formação de G., e não havia quem realizasse matrícula nas escolas.
>
> A adolescente não possui histórico escolar e a mãe nega-se a buscar o documento, mesmo sendo orientada quanto às suas obrigações.
>
> Devido a uma guerra local de gangues rivais, K. relata que era impedido de frequentar a escola.
>
> Voltou a se envolver com drogas, não teve como pagar os traficantes e precisou largar a escola.

A categoria que se refere à dificuldade de relacionamento e conflitos no ambiente escolar aparece como segunda mais frequente nessa dimensão. Essa categoria abrange registros sobre problemas de comportamentos do(a) adolescente no espaço da escola, conduta agressiva direcionada a outros alunos e professores, além de situações de isolamento e retração ao convívio com outros estudantes. As dificuldades de relacionamentos e de estabelecimento de

vínculos com o ambiente escolar e com os demais sujeitos que o compõem podem estar relacionadas ao envolvimento do(a) adolescente com comportamentos de risco, atividades ilícitas ou uso abusivo de drogas, como exemplificam os trechos a seguir:

> K. agrediu um aluno com uma tesoura, devido a uma guerra de bairro (...).
>
> Com o início do uso começou a ter problemas na escola, ficava agressivo e brigava com os colegas e professores. Devido a estes comportamentos começou a afastar-se da escola e a se envolver mais com os colegas que vendiam drogas.

Porém, na maioria dos casos, não se faz menção direta à possível influência do uso abusivo de drogas e do envolvimento com atividades ilícitas na adoção de uma postura agressiva e na recorrência de problemas de comportamento no ambiente escolar. Por outro lado, um elemento que aparece reiteradas vezes, ora associada à categoria "Dificuldades de relacionamento e/ou conflitos com outros alunos e professores", ora relacionado a outros aspectos, é a ausência de interesse, indisposição ou não priorização da trajetória escolar.

> (...) insatisfeita pela obrigação de frequência escolar, danificou bens da instituição, quebrando garrafas térmicas e, em seguida, ateou fogo ao seu colchão, o que evoluiu para o incêndio.
>
> O jovem não demonstra interesse em prosseguir nos estudos.
>
> (...) se interessava pouco e faltava muito às aulas.
>
> (...) só conseguiu vaga para ele no horário noturno, o que para o adolescente não foi interessante (...) estudar a noite é muito cansativo, "não consigo trabalhar de dia e estudar de noite, não".

A falta de interesse e de perspectivas em relação ao ambiente escolar pode estar relacionada ao não estabelecimento de um senso de utilidade em relação à vida escolar e à falta de conexão entre a realidade cotidiana desses adolescentes e a projeção de uma trajetória educacional (Silva, 2005). Por mais que, em alguns momentos, haja o reconhecimento por parte dos adolescentes do valor da educação para a melhoria de condições de vida, como exemplificam os trechos abaixo, a manifestação de falta de interesse em cumprir uma trajetória escolar é bem frequente.

> R. mencionou que pretende continuar os estudos e que atualmente reconhece o grande valor da escola.
>
> P demonstra ter clareza da importância da escolarização, apesar de demonstrar dificuldades em frequentar assiduamente as aulas.
>
> J. demonstra ter conhecimento da importância em dar prosseguimento à escolarização e de ter uma profissão e/ou um emprego formal.

Apesar de em muitos casos os adolescentes apresentarem a compreensão sobre a importância dos estudos, a recorrência de reações de desinteresse pode estar associada à insuficiência de uma proposta de trajetória escolar frente às urgências das necessidades enfrentadas no cotidiano. Além das necessidades imediatas que tomam a prioridade frente à trajetória educacional, a existência social de crianças e adolescentes em situação de rua é marcada por uma dinâmica intensa de aprendizado pela prática e pelo fazer (Silva, 2005). Um sistema educacional distante dessa realidade de aprendizado cotidiano pode soar desinteressante e pouco relevante.

A construção de perspectivas educacionais junto ao adolescente se trata de um dos trabalhos executados pela equipe que acompanha o(a) adolescente no cumprimento de sua medida socioeducativa, e está bastante relacionada com a construção de perspectivas profissionais. A partir da análise dos documentos, é possível perceber que os esforços das equipes dos PIAs seguem na direção de mapear interesses e preferências do adolescente, levando em consideração suas experiências laborais e educacionais pregressas, com o intuito de construir perspectivas possíveis e carreiras concebíveis para além de uma realidade de vulnerabilidade social.

> Quanto a (sic) profissionalização, a adolescente nunca fez cursos, mas demonstra interesse em fazer cursos de cabeleireira e manicure e trabalhar como atendente ou balconista, mas descarta trabalhar no caixa, devido a suas, dificuldades em matemática.
>
> O adolescente chega a esta unidade sem nunca ter participado de nenhum curso profissionalizante e com o desejo de ter seu próprio negocio e realizar cursos profissionalizantes nas áreas de mecânica, cabeleireiro e computador.
>
> Afirma ainda que gostaria de ser aeromoça, atriz ou cantora, bem como relata ter vontade de cursar direito. A adolescente faz uma boa leitura quando liga o interesse em fazer cursos de idiomas ao sonho de ser aeromoça. “Preciso falar outras línguas se quiser ser aeromoça”.

A escolha por uma profissão ou carreira pode perpassar dimensões individuais, mas sobretudo, sofre influências do contexto histórico, do ambiente sociocultural e de elementos estruturais de ordem política, econômica e educacional (Valle, 2006; Bourdieu, 1998). Considerando o contexto de desvantagem social no qual os adolescentes acompanhados pelos PIAs estão inseridos, que inclui aspectos de vulnerabilidade associados a situações de violência, discriminação, privação de direitos, escassez econômica, inserção relacional precária, entre outros fatores vulnerabilizantes, os horizontes profissionais possíveis podem parecer muito

limitados diante dos olhos desses jovens. Ainda mais quando se considera que a escolha profissional esteja intimamente vinculada às posições socioculturais e aos níveis de escolarização, ou do capital cultural e escolar (Valle, 2006; Bourdieu, 1998). Se torna necessária a construção de uma representação de si mesmo enquanto profissional, de sua inserção no mundo do trabalho e de sua função social (Valle, 2006, p. 179) em campos de carreiras que não estejam necessariamente associadas a condições de precariedade laboral ou à vida nas ruas.

No caso desses adolescentes, as experiências laborais pregressas, mesmo que precárias, podem contribuir para a formulação de preferências e de perspectivas de carreiras fora de uma conjuntura de vulnerabilidade, desde que conduzidas e facilitadas pela inserção em atividades profissionalizantes e pela orientação da equipe técnica. A profissionalização, adequada às condições peculiares desses sujeitos enquanto adolescentes, condições estas prescritas pela legislação, podem contribuir para o distanciamento desses jovens do contexto de envolvimento com práticas ilícitas e com comportamentos de risco.

> B gosta muito da construção civil. Trabalha como ajudante de obras com muito interesse. Diz que todo garoto sonha em ser astronauta ou bombeiro, mas ele não, seu sonho é ser mestre de obras. Em 2013 trabalhou em duas obras, uma em frente a (sic) casa de sua mãe no primeiro semestre. Ficou mais de dois meses trabalhando. Começou a aprender a assentar ladrilho, trabalhou com tubulações e outras atividades da construção civil. Diz que logo que puder fará curso de pedreiro. Também diz ter interesse com a profissão de pedreiro.
>
> Ele passa a trabalhar fazendo bicos, olhando e lavando carros nas ruas para afastar do envolvimento com as drogas. (...) Frente às demandas do socioeducando e sua postura com relação aos eixos da MSE em que se encontra a equipe técnica da CSL SJB, vem se mobilizando no intuito de aperfeiçoar para o adolescente oficinas e atividades especificas a fim de que K. se posicione com relação à formação básica, profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Em relação às causas e motivações relacionadas ao direcionamento do(a) adolescente para o ambiente das ruas, as categorias identificadas se referem, principalmente, às categorias relacionadas às fragilidades dos vínculos comunitários e dos vínculos familiares. São, no total, 7 casos que se referem a aspectos de vulnerabilidade presentes no âmbito da inserção comunitária, se considerarmos as três categorias que dizem respeito a conflitos em instituições de acolhimento, influência de grupo e situações de ameaça na comunidade de origem. A fragilidade dos vínculos familiares aparece em segundo lugar como fator frequente em relação às causas e motivações para o direcionamento do(a) adolescente ao ambiente da rua, nos casos em que esses fatores são especificados. No total, são duas categorias referentes às condições de inserção relacional no âmbito familiar: a relativa a situações de abandono ou rejeição e as que

tratam de contextos familiares de abusos e violências. Somam-se no total 6 casos, dos 16 especificados, em que os vínculos familiares fragilizados tornam o(a) adolescente propenso(a) à situação de rua. Os demais casos se relacionam ao uso abusivo de drogas e ao envolvimento com atos infracionais, por meio da evasão do cumprimento da MSE.

Quando já no ambiente das ruas, o elemento que, destacadamente, se mostrou presente no cotidiano desses adolescentes foi o uso abusivo de drogas. Em 12 dos 15 casos acompanhados pela equipe dos PIAs, a permanência nas ruas estava associada à dependência química. Outros fatores que também se mostram presentes no dia a dia desses jovens durante o período da trajetória em situação de rua, mesmo que de forma menos intensa quando comparados ao uso abusivo de drogas, são envolvimentos em atividades ilícitas, situações de violências e abusos e desempenho de atividades de trabalho informal, incluindo a prática da mendicância.

Pode-se concluir que a manifestação da realidade da situação de rua na trajetória desses adolescentes é um desdobramento das condições de vulnerabilidade vivenciadas, principalmente, nos âmbitos comunitários e familiares, e da adoção de comportamentos de risco, como o uso abusivo de drogas e o envolvimento em atividades ilícitas, que corroboram com seus processos de vulnerabilização social. Já no espaço das ruas, as condições de desvantagens sociais são agravadas pela exposição a situações que vulnerabilizam ainda mais a existência social desses adolescentes, principalmente relacionadas ao uso abusivo de drogas, elemento este que esteve presente como forte aspecto fragilizante na maioria das dimensões que trataram sobre a inserção relacional. Com igual potencial vulnerabilizante, apesar de menos frequentes, exposições a violências e abusos, assim como a intensificação do envolvimento com práticas ilícitas, também parecem ser elementos rotineiramente presentes na trajetória em situação de rua dos adolescentes, contribuindo para o agravamento da desintegração social, rumo à uma existência de desfiliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou, por meio da análise de casos que se referem a um recorte bem específico do fenômeno da situação de rua e da vulnerabilidade social entre crianças e adolescentes, direcionar olhares para a influência das condições de inserção relacional exercem na conformação de uma conjuntura de vulnerabilidade social, para além de fatores econômicos. Esse esforço foi feito considerando dimensões da existência social de um indivíduo que são apontadas pela literatura como de extrema importância para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação (Castel, 1994).

Diante dos resultados e da discussão apresentada, percebe-se, inicialmente, uma influência muito forte da disposição dos vínculos familiares e comunitários na composição da situação de vulnerabilidade. Esses dois âmbitos podem afetar-se mutualmente a depender da situação de preservação de seus vínculos, da mesma forma que também podem gerar desdobramentos na inserção do(a) adolescente nas demais dimensões de interação social, como no ambiente escolar, no encaminhamento a situações irregulares de trabalho, no envolvimento com atividades ilícitas, no direcionamento à situação de rua e na adoção de comportamentos de risco, como o uso abusivo de drogas.

Constata-se também nos registros sobre as histórias de vida desses adolescentes o funcionamento de um ciclo de acúmulo de desvantagens, na medida em que contextos de vulnerabilidade social não assistidos por iniciativas de proteção ou assistência social, acarretam o surgimento de muitos outros aspectos que podem atingir não só uma mesma dimensão, mas todas as outras. Por exemplo, a inserção em um ambiente familiar em que pais ou responsáveis possuem envolvimento com criminalidade pode afetar as relações sociais do(a) adolescente na dimensão comunitária, como já demonstrado. Por sua vez, a inserção em ambientes comunitários de contextos associados à violência e criminalidade podem ter implicações na qualidade dos vínculos estabelecidos no ambiente escolar. E dessa forma, as desvantagens vão se acumulando e tomando uma proporção generalizada.

Considerando que este estudo tem caráter exploratório, os resultados de suas análises podem direcionar para algumas questões de pesquisa e hipóteses suscetíveis de serem trabalhadas por meio de outros estudos. Uma das primeiras questões que emergiram com a construção e a finalização dessas análises foi a respeito da diferença entre as dimensões de inserção relacional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa que possuem trajetória em situação de rua e os que não possuem.

Durante a seleção do *corpus* de documentos para a realização desta análise, já após uma pré-seleção feita, me deparei com alguns dos documentos que não se referiam a casos de adolescentes com trajetória de rua. E, inicialmente, o que chamava a atenção não era a falta de registros sobre a situação de rua na trajetória do adolescente ao qual o caso se referia, mas o contraste em relação à complexidade das situações de fragilidade dos vínculos e ao grau de generalidade da situação de vulnerabilidade. Nos casos que não correspondiam a histórias de adolescentes que tiveram trajetória de rua, as dimensões de vulnerabilidade pareciam bem menos intensas e nem todas as dimensões apareciam nos registros dos PIAs. Houve situações que até mesmo as dimensões sobre família e comunidade, que apareceram em todos os casos que se referiram a adolescentes com trajetória de rua, não apresentaram registros de aspectos de fragilidades.

Uma questão de investigação oportuna seria em relação às especificidades dos casos de adolescentes em cumprimento de MSE que possuem trajetória em situação de rua, em relação aos demais que também estão em cumprimento de MSE. Investigações nesse sentido poderiam trazer lampejos sobre formas cada vez mais adequadas e adaptadas às particularidades desse público de promoção da sua integração social.

Além disso, as dimensões e categorias identificadas neste trabalho podem ser utilizadas como subsídios para a criação de um *score* de risco para a situação de rua entre crianças e adolescentes que levem em consideração as condições de vulnerabilidade social influenciadas pela realidade de inserção relacional desses sujeitos. Uma análise das condições de risco desse público que leve em consideração as dimensões identificadas e apresentadas neste trabalho pode servir como orientação para políticas de prevenção à situação de rua, assistência e integração social.

Outra hipótese suscitada por este trabalho e passível de ser investigada se trata da influência da preservação dos vínculos comunitários na demanda por serviços socioassistenciais, principalmente relacionados ao acolhimento institucional. Como identificado e descrito anteriormente, em alguns casos analisados, a demanda por serviços de acolhimento institucional se deu, não pela trajetória em situação de rua, mas por contextos comunitários de vínculos fragilizados. Em outros, o direcionamento para a situação de rua ocorreu como resposta a contextos de insegurança e ameaça na comunidade de origem, culminando, posteriormente, na demanda por serviços socioassistenciais de acolhimento e abrigamento. Um caminho possível para se conduzir uma investigação como essa seria o da

comparação da demanda por esses serviços em casos de vínculos comunitários fragilizados frente a contextos em que tais se encontram preservados.

Uma outra questão de pesquisa propícia diante dos resultados encontrados neste trabalho seria a investigação mais detalhada dos contextos de abandono e rejeição no âmbito familiar desses adolescentes. A unanimidade com que essa categoria foi identificada na dimensão da fragilidade dos vínculos familiares remonta à importância de se compreender melhor o que contribui para que essas situações de abandono ocorram. Tendo em consideração que, dentre as dimensões presentes em todos os casos analisado, a dimensão familiar é a mais complexa, em termos de números de categorias, a análise mais detalhada dessa dimensão, com o foco nas condições que propiciam situações de negligência, abandono e rejeição podem contribuir para a construção de medidas que visem a preservação e a reintegração dos vínculos familiares.

Também foi constatado neste trabalho, considerando os casos analisados, que o uso abusivo de drogas contribui em muito com o agravamento da situação de vulnerabilidade social por meio da fragilidade dos vínculos em pelo menos três das principais dimensões (família, comunidade e escola), mesmo que esse comportamento possa ser resultado das situações de desintegração dos vínculos nessas dimensões. O uso de drogas esteve bastante presente na trajetória dos adolescentes acompanhados pelos PIAs dos quais os documentos de referem. A elaboração de estudos voltados para o entendimento mais aprofundado do lugar ocupado pelo elemento "droga" na história de vida de crianças e adolescentes em situação de rua pode trazer *insights* sobre formas de prevenir a manifestação de tal aspecto vulnerabilizante na trajetória desses sujeitos e de como contornar essa realidade.

Por fim, este estudo joga luz na importância de se construir perspectivas junto aos adolescentes que ultrapassem as limitações oferecidas pelas redes de vulnerabilidade nas quais estão inseridos e as limitações de capital humano, social e cultural aos quais têm acesso. Mesmo diante de uma conjuntura de desvantagens, a construção de vínculos que apresentem possibilidades de recondução do curso de vida para caminhos diferentes dos condicionados pelas estruturas tradicionais de distribuição de poder, de hierarquia social, de desigualdade social e pela realidade de inserção relacional, e que, além disso, ofereçam suporte durante esse percurso, pode permitir o direcionamento desses adolescentes para caminhos distantes de uma realidade de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ABDELGALIL, S.; GURGEL, R. G.; THEOBALD, S.; *et al*. Household and family characteristics of street children in Aracaju, Brazil. **Archives of Disease in Childhood**, v. 89, p. 817–820, 2004.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SILVA, Ana Cristina Serafim da; SOUZA, Gabriel Pereira de; *et al*. O trabalho infantil na rua. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, p. 59–71, 2010.

ALENCAR, Vitor. Considerações acerca da lei do SINASE. *In*: PAIVA, Ilana Lemos de; SOUZA, Cândida; RODRIGUES, Daniela Bezerra (Orgs.). **Justiça juvenil teoria e prática no sistema socioeducativo**. Natal: EDUFRN - Editora da UFRN, 2014, p. 49–58.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 2000/2001: lucha contra la pobreza**. Madrid: Mundi-Prensa, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELOFF, Mary. **Los derechos del niño en el sistema interamericano**. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.

BLACK, Maggie. **The childrens and the nations: the story of Unicef**. New York: Unicef, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1998.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of Theory and Research of the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greendwood, 1986, p. 241–258.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 25 nov. 2022.

_____. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/422114/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

_____. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 26 jun. 2022.

_____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 27 nov. 2022.

_____, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad social: naciones e implicancias de politicas para Latinoamerica a inicio del siglo XXI. *In*: **Comisión económica para América Latina y el Caribe - CEPAL**. Santiago do Chile: [s.n.], 2001, p. 1–39.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social. **Serviço Social e Sociedade**, v. 26, n. 84, p. 66–90, 2005.

CASTEL, Robert. A Dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Caderno CRH**, v. 10, n. 26, p. 19–40, 2006.

_____, Robert. Da Indigência à exclusão, à desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. *In*: LANCETTI, Antônio; BAREMBLITT, Gregorio (Orgs.). **Saudeeloucura 4**. 1. ed. São paulo: Hucitec, 1994, p. 21–48.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas. *In*: AZEVEDO, Fábio Palácio de (Org.). **Juventude, Cultura E Políticas Públicas: Intervenções Apresentadas no Seminário Teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude**. [s.l.]: Anita Garibaldi, 2005, v. 1, p. 35–66.

CECHINEL, Adré; FONTANA, Silva Aparecida Pereira; GIUSTINA, Kelli Pazeto Della; *et al*. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNESC**, v. 5, n. 1, p. 1–7, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 295–316. (1).

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. **Um estudo sobre a brincadeira entre crianças em situação de rua**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CIRINO, Daniele Cristine da Silva; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 3, p. 547–555, 2009.

COIMBRA, Célia Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria. Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da (in)competência. *In*: COIMBRA, Célia Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Lívia (Orgs.). **Pivetes - Encontros Entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 57–69.

COLEMAN, James, S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, v. 94, p. 95–121, 1988.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL. **Panorama social de America Latina**. 1. ed. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2000.

CRUZ, Maria Núbia Alvez; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 131–142, 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto da; JAKOB, Alberto A. E.; HOGAN, Daniel J.; *et al*. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 27, p. 143–168, 2004.

FERGUSON, Kristin M. Responding to children's street work with alternative income-generation strategies. **International Social Work**, v. 49, n. 6, p. 705–717, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e seus Macro Determinantes. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 338–349, 2011.

_____, Frederico Poley Martins; NOGUEIRA JUNIOR, Reginaldo Pinto. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 68, p. 465–488, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. **Psico**, v. 36, n. 3, p. 267–263, 2005.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.** 1. ed. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FRASSETTO, Flávio Américo; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa; BOTARELLII, Adalberto; *et al*. Gênese e Desdobramentos da Lei 12594/2012: Reflexos na Ação Socioeducativa. **Adolescência e Conflitualidade**, v. 6, p. 19–72, 2012.

GARCIA, Frederico Duarte; SOUZA, Ricardo Alexandre; BRITO, Cristiane Miryan Drumond de; *et al*. **Terceiro censo de população em situação de rua e do migrante**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2022/Relat%C3%B3rio%20Terceiro%20Censo%20POP%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20PBH.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Josiane Machado. **A escola de quem não tem escola : os desafios da escolarização para jovens em situação de rua**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6021>. Acesso em: 26 nov. 2022.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 467–475, 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; COMIN, Alvaro Augusto. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: Pode a expansão eludir desigualdades? **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 475–498, 2020.

IELLATCHITCH, Alexander; MAYRHOFER, Wolfgang; MEYER, Michael. The Fields of Career. Towards a New Theoretical Perspective. *In*: Lyon, França: Interdisciplinary Department of Management and Organisational Behaviour, 2001, p. 2–19.

ILO. **A future without child labour - Global Report under the Follow up to the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work**. Geneva: International Labour Office, 2022. (International Labour Conference). Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_publ_9221124169_en.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

JIMENEZ, Luciane; JESUS, Neusa Francisca de; MALVASI, Paulo Artur; *et al*. Significados da nova lei do SINASE no sistema socioeducativo. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 6, p. 1–18, 2012.

KASSOUF, Ana Lúcia. **O trabalho infantil em cinco estados brasileiros**. 1. ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2004.

LANDERS, Cassie. A cry for help: UNICEF response to street children in the third world. **Children's enviromental quartely**, v. 5, n. 1, p. 37–42, 1988.

LOURY, G. C. A dynamic theory of racial income differences. *In*: WALLACE, P. A.; LA MOND, A. M. (Orgs.). **Women, Minorities, and Employment Discrimination**. Lexington, Massachusetts: Heath, 1977, p. 153–186.

MARTINS, Raul Aragão. Programa de apoio sociofamiliar a crianças e adolescentes em situação de rua. **Nuances**, v. 6, p. 193–201, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório Educação Para Todos no Brasil 2000-2015**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: [s.n.], 2014.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ALBUQUERQUE, Bruna Simões de; ROCHA, Bianca Ferreira; *et al*. Plano Individual de Atendimento (PIA) na perspectiva dos técnicos da semiliberdade. **Serviço Social & Sociedade**, v. 00, n. 122, p. 341–356, 2015.

MOSER, Caroline; BRONKHORST, Bernice van. **Youth Violence in Latin America and the Caribbean: Costs, Causes, and Interventions**. Washinton: Banco Mundial, 1999. (Environmentally and Socially Sustainable Development SMUW Working Paper 3).

_____, Caroline O. N. The asset vulnerability framework: Reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v. 26, n. 1, p. 1–19, 1998.

NEIVA-SILVA, Lucas. **Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua : um estudo longitudinal**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13708>. Acesso em: 26 nov. 2022.

OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; *et al*. Curso de vida, adolescentes e criminalidade: uma leitura a partir do PIA. **Psicologia e Sociedade**, v. 31, n. 210441, p. 1–18, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os direitos das crianças. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 42–52, 2008.

PASTORE, José. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1979.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1983.

PEREIRA, Flávia Caroline Santos Cardoso. **Análise do processo de construção do Plano Individual de Atendimento para efetivação das medidas socioeducativas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150320>. Acesso em: 27 nov. 2022.

QUEIROZ, Bruno Caldeira Marinho. Evolução histórico normativa da proteção e responsabilização penal juvenil no Brasil. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/evolucao-historico-normativa-da-protecao-e-responsabilizacao-penal-juvenil-no-brasil/8610/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

RIBEIRO, Moneda Oliveira. A criança de/na rua tem família: uma família em crise. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 11, n. 1, p. 35–47, 2001.

_____, Moneda Oliveira. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 5, p. 622–629, 2003.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 105–122, 2019.

_____, Irene; PEREIRA, Luciléia; THAPLIYAL, Nisha. Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 2, p. 164–177, 2007.

ROBAÍNA, Igor. **Entre mobilidades e permanências: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROSA, Caroline. **Acolhimentto institucional e vida em situação de rua: a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e "repúblicas" de Belo Horizonte/MG**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 30–45, 1994.

_____, Fúlvia. O discurso sobre crianças de rua na década de 80. **Cadernos de Pesquisa**, n. 87, p. 71–81, 1993.

SAMPSON, R. J.; LAUB, J. H. A Life Course Theory of Cumulative Disadvantage and Stability of Delinquency. *In*: **Developmental Theories of Crime and Delinquency**. Albany, Nova Iorque: Transaction Publishers, 1997, p. 133–161.

SANTANA, Juliana Prates; DONINELLI, Thais Mesquita; FROSI, Raquel Valiente; *et al*. Os Adolescentes em Situação de Rua e as Instituições de Atendimento: Utilizações e Reconhecimento de Objetivos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 1, p. 134–142, 2005.

SANTOS, Marco Antônio Cabral. Criança e criminalidade no início do século. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento**, v. 5, n. 1/2, p. 43–50, 1995.

SCHWONKE, Camila Rose Guadalupe Barcelos; FONSECA, Adriana Dora da; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. Vulnerabilidades de adolescentes com vivências de rua. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 4, p. 849–855, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **CIA-BH**. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/cia-bh>. Acesso em: 26 out. 2022.

SEN, Amartya. Invertir en la infancia: su papel en el desarrollo. *In*: **Romper el ciclo de la pobreza. Invertir en la infancia**. Paris: BID. Departamento de Desarrollo Sostenible. División de Desarrollo Social, 1999, p. 1–14. Disponível em: <http://derechosdesdeelprincipio.weebly.com/uploads/9/7/3/7/9737526/invertir_infancia_amartya_sen.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

____, Amartya. **Social Exclusion: Concept, Application, and Scrutiny**. Manila, Filipinas: Asian Development Bank, 2000.

SILVA, Josianne Maria Mattos da; AVELAR, Telma Costa de. Crianças em situação de rua e suas representações sobre lar e família por meio do desenho. **Psicologia Argumento**, v. 32, n. 76, p. 69–77, 2014.

SILVA, Solange Cristina da. A escola e a rua: interação possível? **Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EEDUFSC**, v. 37, p. 67–87, 2005.

TEXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Plano Individual de Atendimento (PIA) – O presente e o futuro do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *In*: PAIVA, Ilana Lemos de; SOUZA, Cândida; RODRIGUES, Daniela Bezerra (Orgs.). **Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo**. 20. ed. Natal: EDUFRN - Editora da UFRN, 2014, p. 101–123.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **O que é Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (Cia-BH)?** Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/perguntas-frequentes/o-que-e-centro-integrado-de-atendimento-ao-adolescente-autor-de-ato-infracional-de-belo-horizonte-cia-bh.htm#.Y4VxDRTMJnJ>. Acesso em: 26 out. 2022.

VALLE, Ione Ribeiro. Carreira do magistério: uma escolha profissional deliberada? **Revista Brasileira de Estudos Pedagóogicos**, v. 8, n. 216, p. 178–187, 2006.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? *In*: **CELADE**. Puerto España: [s.n.], 2001.

_____, Jorge Rodríguez. **Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales**. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía(CELADE) – División de Población, 2000. (Población y desarrollo). Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/7185/S2000937_es.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

_____, Jorge Rodríguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes**. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) - División de Población, 2001. (Serie Población y Desarrollo). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/7150>. Acesso em: 26 nov. 2022.

VOLPI, Mário. **Sem Liberdade, sem Direitos. a Privação de Liberdade na Percepção do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

WARREN, Tish. **Liturgia do ordinário: práticas sagradas na vida cotidiana**. Trad. Guilherme Cordeiro Pires. [s.l.]: Thomas Nelson Brasil, 2021.

WINNICOTT, Donald. **Tudo começa em casa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

População em Situação de Rua no Brasil - Totais por Região, Estado e Município. Observatório brasileiro de políticas públicas com a população em situação de rua. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.